



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE EDUCAÇÃO



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

LAYS REGINA BATISTA DE MACENA MARTINS DOS SANTOS

**A ESCOLARIZAÇÃO DA POPULAÇÃO POBRE NA PARAHYBA DO NORTE:
INSTRUIR PARA CIVILIZAR. 1855 – 1889**

**JOÃO PESSOA-PB
2016**

LAYS REGINA BATISTA DE MACENA MARTINS DOS SANTOS

**A ESCOLARIZAÇÃO DA POPULAÇÃO POBRE NA PARAHYBA DO NORTE:
INSTRUIR PARA CIVILIZAR. 1855 – 1889**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba (PPGE-UFPB) como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: História da Educação

Orientadora: Profa. Dra. Mauricéia Ananias

JOÃO PESSOA-PB
2016

S237e Santos, Lays Regina Batista de Macena Martins dos.
A escolarização da população pobre na Parahyba do
Norte: instruir para civilizar, 1855-1889 / Lays Regina Batista
de Macena Martins dos Santos.- João Pessoa, 2016.
106f.
Orientadora: Mauricéia Ananias
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE
1. Educação. 2. História da educação. 3. Escolarização -
Província da Parahyba do Norte. 4. População pobre. 5. Século
XIX. 6. Instrução pública primária.

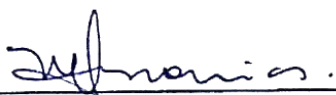
UFPB/BC

CDU: 37(043)

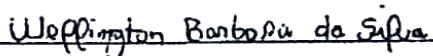
LAYS REGINA BATISTA DE MACENA MARTINS DOS SANTOS

**A ESCOLARIZAÇÃO DA POPULAÇÃO POBRE NA PARAHYBA DO NORTE:
INSTRUIR PARA CIVILIZAR. 1855 – 1889**

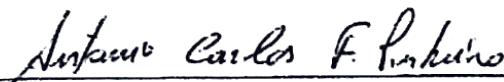
BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Mauricéia Ananias – PPGE/UFPB - (Orientadora)



Prof. Dr. Wellington Barbosa da Silva – PPGH/UFRPE - (Membro externo)



Prof. Dr. Antonio Carlos Ferreira Pinheiro – PPGE/UFPB - (Membro interno)



Profa. Dra. Cláudia Engler Cury – PPGE/UFPB - (Membro interno)

À Maria da Penha (minha mãe), que tanto se orgulha por ver sua filha concluir os estudos em uma instituição pública.

Aos pobres deste imenso Brasil, que têm esperança de alcançar melhores condições de vida por meio da educação.

AGRADECIMENTOS

“Que poderei retribuir ao Senhor Deus por tudo aquilo que ele fez em meu favor?” (Salmo 115, 12). É com a pergunta do salmista que agradeço primeiramente ao bom Deus, Senhor da vida e da história que me permitiu trilhar os caminhos necessários para chegar até aqui!

À minha orientadora, professora Mauricéia Ananias, por toda paciência, dedicação e cuidado com que conduziu a orientação deste trabalho. A quem sou muito grata não apenas pela competência profissional, mas, por toda humanidade e afeto que fez a diferença nos meus momentos de ansiedades e incertezas. Suas orientações não serviram apenas para escrita do texto. Mas, servirão para toda a vida, sobretudo quando eu começar a exercer a docência, saberei em quem me inspirar.

À professora Surya A. Pombo de Barros, minha gratidão por ter tido o privilégio de iniciar as pesquisas em história da educação com uma professora que tantas vezes me motivou e me inspirou a ir adiante.

Aos integrantes do Grupo de Pesquisa História da Educação do Nordeste Oitocentista – GHENO – pela partilha das fontes, de aprendizados e questionamentos durante as reuniões. Penso que a construção de um trabalho como este não seria possível sem o apoio do coletivo.

À Comunidade Doce Mãe de Deus, lugar onde muitas vezes renovei as forças por meio da espiritualidade e da vida fraterna.

À minha família, minha mãe e minha irmã Silvia Karla, pelo incentivo de sempre. E minha avó materna que sempre pergunta se já sou professora da universidade, me motivando a ir adiante.

Aos meus animais de estimação: Rajinha, companheira fiel nos momentos que eu passei em frente ao computador escrevendo, pesquisando, lendo, e que faz a alegria da casa. Lilica, sempre muito amável e presente, onde estou ela também está. E Fofinha, que apesar de ter chegado adulta, conquistou meu coração com seu jeitinho de ser. Elas são motivo de muita alegria em minha vida.

Às amigas que fizeram a diferença pela presença motivadora de sempre: Evelyanne, Suenya, Sawana, Roberta, Ingrid, Lidiane, e colegas da turma 34. Vocês deixaram a vida acadêmica mais leve e agradável.

Aos professores Antonio Carlos Ferreira Pinheiro e Cláudia Engler Cury pelos anos de dedicação à pesquisa que os tornaram referências para os novos pesquisadores em história da educação da Paraíba. E pela leitura atenta do meu trabalho no exame de qualificação e na defesa.

Ao professor Wellington Barbosa por ter aceitado participar da banca, dedicando assim seu tempo para leitura deste trabalho.

À todas as pessoas que contribuíram com as fontes para construção deste trabalho. Quero agradecer a professora Solange Rocha do PPGH/UFPB e a Géssica Romão que compartilharam preciosas informações sobre a presença de alunos pobres e negros nas aulas primárias da Parahyba do Norte.

À Capes pelo apoio financeiro.

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo analisar a escolarização da população pobre na Província da Parahyba do Norte como parte do processo de institucionalização da instrução pública primária entre os anos de 1855, a primeira menção encontrada nos relatórios dos presidentes da Província sobre a existência de alunos pobres nas aulas públicas primária, e 1889, em razão de ter marcado a política e a sociedade da época com a mudança de regime político. Para construção da narrativa, elegemos como fontes principais os relatórios de presidentes da Província, os relatórios do diretor geral da instrução, as leis e regulamentos da instrução pública, jornais que circularam na Província durante o período estudado, livros de memorialistas, informações oficiais publicadas no senso demográfico de 1872 e documentos diversos da instrução pública, entre eles requerimentos, ofícios e abaixo assinados destinados à Assembleia Provincial, além da bibliografia produzida acerca da história, da educação e da história da educação na Paraíba. A escolha das fontes contemplou as informações contidas sobre instrução e sociedade na Parahyba do Norte no século XIX. A partir do referencial teórico da história social, buscamos perceber nos documentos informações sobre as experiências “dos subalternos a partir de suas próprias especificidades constituintes”. Ou seja, analisar as interações sociais desses sujeitos até então submissos à sociedade proveniente do capital que compunha as elites econômicas da época. O percurso metodológico considerou a organização da instrução na Província, a partir do funcionamento das aulas de primeiras letras, destacando os conflitos percebidos no processo de escolarização, bem como esforçando-se para uma leitura crítica para não assimilarmos diretamente os discursos oficiais e nem tampouco reproduzi-los como verdades absolutas. No decorrer da pesquisa, percebemos que o ideal de instrução pensado à época estava unido à necessidade de inserir a nação em um projeto de civilização, que, a partir dos discursos dos homens da época, o acesso à instrução garantiria a libertação do povo da ignorância, reconfigurando uma moral pautada no desenvolvimento como forma de progresso social, buscando caracterizar, dessa forma, uma sociedade civilizada. Assim, a partir das análises realizadas sobre o perfil etnicorracial e econômico da população paraibana e as condições em que se encontrava a instrução pública primária na Província e a partir, em especial, de cinco casos de aulas públicas primárias que se apresentaram como aulas destinadas a essa população, encontrados ao longo da pesquisa, concluímos que a população pobre teve acesso às primeiras letras na escola pública paraibana oitocentista, por causa de a instrução ser também considerada um meio de acesso à civilização.

Palavras-chave: Província da Parahyba do Norte; População Pobre; Século XIX; Instrução Pública Primária.

ABSTRACT

This dissertation has as objective to analyze the schooling of the poor population in the Province of North Parahyba as part of the process of institutionalization of primary public instruction between the years of 1855, the first words found in the reports of the presidents of the Province about the existence of poor students in the primary public classes. And 1889, because to have marked the politics and the society of the time with the change of political regime. For the construction of the narrative, we elected as the main sources of the reports of the presidents of the Province, the reports of the General Director of the instruction, the laws and regulations of public instruction, newspapers circulated in the Province during the studied period, memoir writers of books, official information published in the 1872 demographic sense and the many documents about public instruction, among them requests, crafts and undersigned intended for Provincial Assembly, as well as bibliography produced about the history of education and of the history of education in Paraíba. The choice of sources has contemplated the information contained on the instruction and society in the North Parahyba in the 19th century. From the theoretical framework of social history, we seek to seize the documents information about the experiences "of subalterns from its own specificities constituents". I.e., analyze the social interactions of these subjects until then submissive to society from the capital that composed the economic elites of the time. The methodological approach considered the organization of instruction in the Province from the operation of the classes of first letters highlighting the perceived conflicts in the schooling process, as well as striving to a critical reading not directly directly assimilate the official speeches and don't reproduce them as absolute truths. In the course of the research we realized that the ideal of instruction thought at the time was linked to the need of the nation in a project of civilization based on the discourse of men of the time who believed that the access to instruction would lead to the liberation of the people of ignorance, reconfiguring a moral guided in the development as a form of social progress. What characterizes, this way, a civilized society. Thus, from the analyzes carried out on the "black people" and economic profile of Paraíba population and conditions which was the primary public instruction in the Province and from, in particular, four cases of primary public classes that presented themselves as lessons aimed at this population, we conclude that the poor population had access to the first letters in public school of Paraíba eighteenth century.

Keywords: Province of North Parahyba; Poor population; 19th century; Primary Public Instruction.

SUMÁRIO

RESUMO.....	vi
ABSTRACT	vii
LISTA DE QUADROS.....	ix
1 INTRODUÇÃO	11
2 HISTÓRIAS DA HISTÓRIA DA PESQUISA: experiências, instrução e sociedade	16
2.1 – Experiências, inquietações e motivações	16
2.2 – Histórias sobre a escolarização da população pobre e negra no período imperial brasileiro	18
2.3 A escolha pela “história vista de baixo”	21
2.4 – Os sujeitos pesquisados e os objetivos propostos	23
2.5 – A Província da Parahyba do Norte	28
2.5.1 – A organização social e política da Província	28
2.5.2 - Entre brancos, pretos, pardos, livres e libertos: quem eram os parahybanos?	34
3 TALVEZ VOS EMBARACE O NUMERO DE MENINOS POBRES QUE DEVE ADMITTIR CADA AULA: a instrução pública e particular na Província da Parahyba do Norte	37
3.1 Criação e extinção de cadeiras de primeiras letras	38
3.2 Aulas/escolas particulares	50
3.3 Institucionalização da instrução pública primária.....	55
4 A ESCOLARIZAÇÃO DA POPULAÇÃO POBRE NA PROVÍNCIA DA PARAHYBA DO NORTE	66
4.1. Instruir para civilizar.....	66
4.2 Instituições de ensino e escolarização de crianças pobres	74
4.3 Aulas, cadeiras e/ou escolas para pobres	82
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
REFERÊNCIAS	100

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Mapa das Cadeiras de Latim e de primeiras letras do sexo masculino e feminino da Província da Parahyba, com declaração das datas, e natureza de seus provimentos e o número de alunos que cada uma tem.	42
Quadro 02: Mapa demonstrativo do número de alunos que frequentaram as escolas públicas de instrução primaria durante os anos de 1854 a 1862.....	44
Quadro 03: Números de aulas particulares da instrução primária na Província da Parahyba do Norte: 1849 – 1867, por localidades.....	50
Quadro 04: Mapa dos alunos que frequentaram diversas aulas particulares de instrução primária, tanto do sexo masculino como do feminino.....	52
Quadro 05: Regulamentos Gerais da Instrução na Província da Parahyba do Norte – (1849 – 1889).....	55
Quadro 06: Relação da instrução com a ideia de civilização, a partir dos discursos dos presidentes da Província da Parahyba do Norte.....	70
Quadro 07: Lista das províncias e os anos de criação das escolas de educandos artífices entre os anos de 1840-1874.....	75
Quadro 08: Os Horários e as Atividades no Colégio de Educandos Artífices da Parahyba do Norte.....	78
Quadro 09: Arrolamento dos meninos aptos para a Escola da Povoação do Jacaraú em 08 de Abril de 1882.....	90

1 INTRODUÇÃO

Os estudos sobre política educacional acerca da escola pública brasileira nos anos iniciais do século XXI tem sido direcionado, em especial, para dois caminhos: por um lado, questões relativas às tensões sociais de uma população que por não ter recursos financeiros para pagar uma instituição privada frequentaria a escola pública, e por outro, a desconfiança referente à qualidade da escola pública que não corresponderia aos interesses de letramento e possibilidades de inserção no ensino superior.

Essa desconfiança talvez seja fruto de uma dívida histórica contraída, por e para a sociedade brasileira, a partir da universalização da educação básica em todo o território nacional. Para entender a natureza de nossa dívida, nas dimensões quantitativa e qualitativa, e nas relações entre essas dimensões, impõe-se ter disposição para perceber o tipo de estrutura social que foi se conformando a partir de um país Colônia e escravocrata durante séculos. (FRIGOTO, 2009, p.18).

Para Costa e Soares (2015), “[...] a correlação entre educação e pobreza talvez tenha sido um dos temas mais discutidos na literatura pertinente à área educacional, tensionada especialmente pelas relações entre escola, trabalho e desenvolvimento no Brasil”. Os autores continuam, ao considerar que já no século XIX “[...] discursos aponta[ram] a educação como um instrumento eficaz na diminuição do número de enfermos, indigentes e criminosos, ou ainda como elemento de moralização do homem ”. (COSTA; SOARES, 2015, p.125).

Os trabalhos realizados no campo de pesquisa em história da educação, referências para esta dissertação, buscam, (re) contar a história da institucionalização da escola no Brasil.

Ao tratar dos estudos voltados para escola pública primária no século XIX, na historiografia da educação brasileira por muito tempo repetiu-se a ideia de que os pobres não tiveram acesso à educação formal – aquela dada em um ambiente reconhecido como espaço escolar. No entanto, desde a década de 1980 novas pesquisas têm mostrado um movimento contrário ao defendido. Diversos pesquisadores do campo da história da educação indicaram a possibilidade de se pensar a escola pública primária como um lugar que recebeu alunos pobres e, também, negros no Brasil oitocentista, devido à necessidade de instruir e civilizar a população em torno de um suposto projeto de Nação civilizada.

Nesse sentido Veiga (2008), afirmou,

[...] que na origem da implementação da escola pública elementar para todo cidadão brasileiro a partir da Constituição de 1824, na vigência da monarquia

imperial, houve um crescente apelo para a necessidade de instruir e civilizar o povo. Como uma invenção imperial, em grande parte dos discursos a aprendizagem da leitura, da escrita, das contas, bem como a frequência à escola se apresentava como fator condicional de edificação de uma nova sociedade. (VEIGA, 2008, p. 502).

E continuou a defesa da possibilidade da criação de escolas públicas para meninos e meninas pobres, bem como a, então, falta de estudos sobre a questão.

Sobre a instrução dos pobres, temos que, na historiografia, criança pobre é em geral objeto de estudo de quem investiga instituições destinadas especialmente a elas, tais como orfanatos, asilos, escolas de aprendizagem de ofícios. Assim, Mary del Priore, na introdução do livro *História das crianças no Brasil*, de 1999, afirma: “No século XIX, a alternativa para os filhos dos pobres não seria a educação, mas a sua transformação em cidadãos úteis e produtivos na lavoura, enquanto os filhos de uma pequena elite eram ensinados por professores particulares” (Priore, 1999, p. 10). Contudo, já por essa época havia pesquisas que demonstraram a presença de pobres na escola, como é o caso da dissertação de Alessandra Frota Martinez, *Educar e instruir: a instrução popular na corte imperial (1854-1889)*, de 1997. **Apesar de outros estudos nos anos seguintes identificarem a presença de meninos pobres nas escolas públicas, o tema é pouco problematizado na perspectiva de refletir sobre o significado dessa clientela na origem da escola pública brasileira.** (VEIGA, 2008, 503, grifos nossos).

A partir das citações acima, apresentamos a polêmica que permeou esta dissertação. Pesquisas que defenderam por um longo tempo a escola pública primária como um lugar frequentado somente pelas elites; e atualmente, novas pesquisas da história da educação que vêm demonstrando que as aulas de primeiras letras puderam sim ter sido um lugar pensado para instruir e inculcar nos pobres o ideal civilizatório defendido pelos homens letrados da época.

Assim, este trabalho se insere nesse segundo movimento de renovação da historiografia educacional brasileira, com o olhar voltado para a Província da Parahyba do Norte. Mesmo diante das lacunas encontradas nas fontes de pesquisa, quando o assunto eram as características sociais dos sujeitos que frequentaram as aulas públicas primárias, conseguimos verificar, a partir da documentação, a presença de alunos pobres nas escolas mantidas pelo Estado provincial.

Dessa forma, tivemos como objeto de estudo analisar a presença de alunos pobres na escola pública primária paraibana como parte do processo de institucionalização da escola pública no período de 1855 a 1889. A ideia de instrução e escola estava unida à necessidade de inserir a nação em um projeto de civilização, que, a partir dos discursos dos homens da época, o acesso à instrução garantiria a libertação do povo da ignorância, reconfigurando uma moral

pautada no desenvolvimento como forma de progresso social. O que caracterizaria com isso uma sociedade civilizada. Pois, para esses homens, “[...] a ignorância era o mal do Império; as luzes da instrução, oferecidas por e para parcelas específicas da sociedade, salvariam a Nação”. (ANANIAS, 2015, p. 13).

Para esta pesquisa, elegemos como fontes principais os relatórios de presidentes da Província, os relatórios do diretor geral da instrução¹, as leis e regulamentos da instrução pública, os jornais *O Imparcial*, o *Jornal da Parahyba*, *A regeneração*, *O Publicador*, *O Arauto Parahybano*, e o *Correio Noticioso* que circularam na Província durante o período estudado, livros de memorialistas, informações oficiais publicadas no senso demográfico de 1872 e os Documentos Diversos da instrução pública, entre eles requerimentos, ofícios e abaixo assinados destinados à Assembleia provincial, estes últimos depositados no Arquivo Público do estado da Paraíba, que foram catalogados e transcritos pelo Grupo de História da Educação do Nordeste Oitocentista- GHENO². Além da bibliografia produzida acerca da história, da educação e da história da educação na Paraíba.

Para fundamentação deste estudo nos apropriamos da orientação teórico-metodológica da história social, que tem por finalidade se debruçar ante os diversos aspectos da sociedade, enfocando não apenas as tradicionais dimensões econômica e política, mas, também, as dimensões socioculturais em um momento histórico singular, para tanto, sentimos a necessidade de deslocar “[...] as lentes da história” (FARIA FILHO; VIDAL, 2005, p. 1) da educação brasileira para escrever a história da educação paraibana, a partir do movimento da “[...] história vista de baixo”. (THOMPSON, 2001, p. 185).

Escrever sobre a instrução da Província da Parahyba do Norte nos permite revisitar as fontes de pesquisa disponíveis sobre a temática, fazendo uma nova leitura acerca do que queremos apreender sobre as aulas públicas do período. Assim, pesquisar a instrução destinada à população pobre, seja ela livre ou liberta, faz-se necessário devido aos poucos trabalhos existentes na Província sobre esses sujeitos e a análise acerca dos acessos à instrução primária.

¹ FERRONATO, Cristiano. A instrução pública na Parahyba do Norte: discursos, falas e relatórios de presidentes da província (1837-1889) [recurso eletrônico]. In: CURY, Cláudia Engler; ANANIAS, Mauricéia; PINHEIRO, Antonio Carlos F. **Coleção Documentos da Educação Brasileira**. Vitória, ES: SBHE/Edunit/Virtual Livros, 2015.

² O Grupo de Pesquisa História da Educação do Nordeste Oitocentista (GHENO) realizou um levantamento de toda a documentação referente à instrução na Província da Parahyba do Norte no período Imperial depositada no Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte do estado da Paraíba, publicado em: CURY, Cláudia Engler; ANANIAS, Mauricéia; PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira Pinheiro. **Fontes para a história da educação da Paraíba imperial [recurso eletrônico]**: documentos diversos (1821-1860). Vitória, ES: SBHE/Virtual Livros, 2015. Os anos de 1861 a 1889 aguardam publicação.

Dessa forma, para melhor sistematização e construção da narrativa aqui apresentada, dividimos o texto em quatro capítulos.

Neste primeiro capítulo, buscamos introduzir o leitor no universo da pesquisa, bem como sua problemática e relevância para os estudos no campo da história da educação considerando o ineditismo que a pesquisa apresenta para os estudos em história da educação na Paraíba.

No segundo capítulo, intitulado *HISTÓRIAS DA HISTÓRIA DA PESQUISA: experiências, instrução e sociedade* apresentamos as motivações e a importância de realizar esta pesquisa para a historiografia paraibana; um breve mapeamento dos trabalhos sobre o século XIX que teve como objeto de estudo os sujeitos analisados – pobres e negros – em outras províncias do Império brasileiro; o referencial teórico apropriado para fundamentar a pesquisa, a partir dos estudos do historiador social Edward P. Thompson, considerando a opção da “história vista de baixo”; o recorte temporal escolhido, as fontes que possibilitaram a realização da pesquisa e os objetivos propostos. E por fim, apresentaremos algumas características da sociedade paraibana a fim de conhecer e contextualizar a sociedade da época e com isso perseguir os indícios que nos conduziram a justificar a presença de alunos pobres na escola pública primária paraibana. Compreender características acerca do contexto social, foi de suma importância à medida que as evidências sobre as diferenças sociais existentes na sociedade paraibana do século XIX, nos permitiram perseguir os indícios que viessem indicar possíveis análises para justificar o argumento central da dissertação.

No terceiro capítulo *TALVEZ VOS EMBARACE O NUMERO DE MENINOS POBRES QUE DEVE ADMITTIR CADA AULA: a instrução pública e particular na Província da Parahyba do Norte* apresentamos um panorama geral da organização da instrução pública primária na Província a partir de categorias, como as aulas de primeiras letras – criação e extinção de cadeiras, aulas particulares e o debate oficial que permeou a institucionalização da instrução pública primária na Parahyba do Norte e sua importância como espaço de letramento dos filhos dos homens de posses da época e dos filhos dos homens pobres.

No quarto e último capítulo abordamos *A escolarização da população pobre na Província da Parahyba do Norte* a partir dos elementos que nos permitiram descrever a organização da Província, bem como a configuração da instrução primária a partir da defesa da instrução como um meio de civilizar a população moldando hábitos e costumes; a criação de instituições educativas a fim de instruir a população pobre na Província criadas tanto por meio da iniciativa privada, como do público; e para além dessas instituições, apresentaremos as aulas públicas primárias que contaram com a presença de alunos pobres na Parahyba do Norte

Oitocentista, que foi possível mapear a partir de uma análise exaustiva da documentação. A narrativa esteve marcada pela defesa do problema central da dissertação: indicar a presença de alunos pobres nas aulas públicas de primeiras letras.

2 HISTÓRIAS DA HISTÓRIA DA PESQUISA: experiências, instrução e sociedade

Toda escrita de um trabalho acadêmico é fruto de uma escolha motivada por alguma experiência. Embora, durante o processo de escrita, o pesquisador se depare com a necessidade de fazer outras escolhas que vão além da motivação inicial.

As escolhas estão intrinsecamente relacionadas ao lugar de onde o pesquisador escreve. Lugar esse que aqui chamaremos de contexto social, a fim de também justificar os objetivos que nos propomos pesquisar nesta dissertação.

Neste capítulo apresentaremos as motivações e escolhas que precisamos fazer para construção de uma narrativa coerente com o objeto de pesquisa.

Dessa forma, dividimos este capítulo em cinco tópicos. No primeiro tópico, apresentamos as motivações pessoais que contribuíram para escolha da temática a ser pesquisada. Em seguida, realizamos um breve levantamento de trabalhos que dialogaram com nosso objeto de pesquisa e se tornaram pesquisas de referência para o campo da história da educação. No terceiro tópico, nos propomos apresentar ao leitor o referencial teórico que fundamentou a pesquisa. Em seguida, nos debruçaremos com mais afinco no recorte temporal escolhido e na metodologia utilizada para análise das fontes a partir dos objetivos que motivaram a construção da narrativa. Por fim, no último tópico, apresentaremos o contexto social da Província da Parahyba do Norte, a fim de demonstrar as diferenças sociais existente na sociedade paraibana oitocentista, como indício da presença de alunos pobres nas aulas públicas primárias.

2.1 – Experiências, inquietações e motivações

Adentrar no universo de uma pesquisa acadêmica, geralmente, é fruto de uma motivação pessoal, em que o (a) pesquisador (a) se compromete a percorrer um longo, árduo e, nem sempre, prazeroso caminho, sustentado pela particularidade das escolhas que precisou fazer e, que, por vezes, estão relacionadas às experiências vividas, que proporcionaram descobertas positivas e identificação com o que foi estudado.

A escrita deste trabalho é fruto da minha experiência com o projeto de pesquisa intitulado “Estado da Arte da produção sobre História da Educação da População Negra no Brasil”, no qual participei na condição de voluntária do Programa de Iniciação Científica – PIVIC/2011-2012. E, posteriormente, com a participação no Programa de Iniciação à Docência

– PROLICEN/2012, cujo projeto intitulava-se “História da educação da população negra na Paraíba: primeiras aproximações”, ambos os projetos coordenados pela professora Surya Aaronovich Pombo de Barros e desenvolvidos na Universidade Federal da Paraíba.

A experiência da iniciação científica trouxe à tona questionamentos acerca da história da educação na Paraíba, deixando algumas lacunas abertas, quanto à escolarização dos sujeitos – pobres e negros – na então Província da Parahyba do Norte.

A pesquisa ora apresentada, tem por objetivo demonstrar o acesso de uma parcela da população diferenciada por suas condições sociais e étnicas à instrução primária como parte do processo de institucionalização da escola pública na Paraíba durante o século XIX a partir, em especial, de quatro casos de aulas públicas primárias que se apresentaram como aulas destinadas a essa população, encontrados ao longo da pesquisa.

Mas, afinal, quem eram esses pobres? Se, por muito tempo foi defendido que a instrução no século XIX era destinada somente às elites. E esses sujeitos eram negros? Que estudos recentes têm indicado os tipos de escolarização destinados aos pobres e negros? Como proceder à pesquisa? Se, ainda hoje, muitos afirmam que “negros não poderiam ser. Afinal, escravos não frequentavam as escolas”.

Durante o processo da escrita, as afirmativas de que a escola era lugar destinado somente às elites e que negros não poderiam ir à escola, por serem escravos, se fizeram presente em diversos momentos nos ambientes que transitei como mestrandia, por exemplo, nas aulas do estágio docência realizado no componente curricular História da Educação II no curso de Pedagogia. Afirmção presente inclusive nos textos estudados durante as aulas do estágio e que muito me inquietou, pois, eu sabia que não era (mais) verdade, e que a pesquisa que estávamos desenvolvendo mostrava uma complexidade a partir não só do recorte social, mas das informações encontradas nas fontes de pesquisa que nos permitiu perpassar, também, pelo recorte étnico-racial.

Dessa forma, encontramos mais um argumento que indica a necessidade da revisão historiográfica para os estudos em história da educação a fim de contribuir para indicação de novas obras com base em pesquisa documental que possam desconstruir algumas afirmações tidas como verdades que, ainda hoje, são abordadas nos cursos de formação de professores, como foi o caso da experiência vivida no estágio docência ao nos deparar com referências bibliográficas desatualizadas que não contemplam mais as novas temáticas, objetos e abordagens sugeridas para o debate que inicia novos professores ao universo acadêmico da pesquisa científica.

2.2 Histórias sobre a escolarização da população pobre e negra no período imperial brasileiro

O estudo do período imperial nos motiva a adentrar em um momento de efervescência no que tange às discussões acerca da instrução, sua institucionalização e tentativa de uniformização a partir de um modelo educativo exportado da Europa que se difundia considerando as ideias de defesa de civilização e de desenvolvimento social. O século XIX, de acordo com Barros (2012, p. 168), “[...] é atualmente, entendido como um momento crucial para os rumos da educação nacional. Um período de debates e realizações que, no exame *a posteriori*, ajudam a compreender questões relacionadas à educação brasileira”. Contar a história dos sujeitos e suas relações com a educação em um período importante de debates, em que se almejava a formação do Estado Nacional, se faz mister para compreender o caminho de lutas, conquistas e resistências percorrido durante o processo de institucionalização da instrução pública primária.

O movimento de compreender a participação de sujeitos que foram considerados alijados do processo de escolarização no período imperial como negros, pobres e mulheres tem ganhado vozes a partir de pesquisas realizadas por historiadores da educação em diversos estados brasileiros.

Neste trabalho, o nosso olhar volta-se para o século XIX, período marcado como um momento “fértil de debates” acerca da institucionalização da instrução pública em todo território Nacional. Contrariando inclusive a ideia defendida por Fernando de Azevedo na obra - A cultura brasileira - “ [...] com a tese de que após a expulsão dos jesuítas por Pombal em 1759 até 1930, pouco ou nada se fez para consolidação de um sistema escolar no império”. (CURY, 2010, p. 44).

Ao tratar a história da educação brasileira e o período imperial,

Os historiadores da educação brasileira têm chamado à atenção para os processos de constituição da forma escolar de educação, implementada ao longo do século XIX, em meio a disputas e tensões, associada aos projetos de nação e à formação do Estado brasileiro. Exorcizando marcos cronológicos rígidos e lineares, os historiadores têm produzido um novo olhar sobre o Oitocentos, caracterizando-o como um período fértil de debates, iniciativas e práticas educativas. (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 19).

Nesse momento inicial, pretendemos chamar atenção para pesquisas que tiveram como principal objeto os sujeitos históricos, que fizeram parte do processo de escolarização – os de baixo – abarcando o período Imperial.

Em Minas Gerais, por exemplo, podemos citar o trabalho do professor Marcus Vinicius Fonseca, *População negra e educação: o perfil racial das escolas mineiras no século XIX*, sobre a escolarização da população negra na Província mineira durante o Oitocentos. Em um trabalho minucioso, o autor apresenta o perfil étnico-racial das crianças que frequentaram as escolas de Minas Gerais e a relação entre negros e a educação na sociedade mineira, buscando discutir a questão étnico-racial como elemento estruturante da sociedade.

Outro trabalho realizado em Minas Gerais é o da professora Cynthia Greive Veiga, *Escola pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção Imperial*. A pesquisadora ousou afirmar a existência da escola pública caracterizando-a com suas variadas nuances com um projeto nacional de acesso à escolarização destinado aos negros e pobres no Brasil imperial.

Em São Paulo, podemos citar como referência a dissertação da professora Surya Aaronovich Pombo de Barros, intitulada: *Negrinhos que por ahi andão: a escolarização da população negra em São Paulo (1870-1920)*. A autora discute a escolarização da população negra nas últimas décadas do século XIX até o período de transição do Império para a República.

No trabalho, Barros (2005) chegou à conclusão de que houve na Província Paulista duas concepções que ela denominou de “Ação branca” e “Ação negra”, voltadas para escolarização da população negra. Considerou ser a primeira, utilizada como estratégia em oferecer escolarização para a parcela da população branca, “[...] percebida como importante para modernização” ainda que “[...] a presença das crianças negras na escola gerava um incômodo”. Já a “Ação negra” teria sido, por um lado, a busca de segmentos da população negra pelo acesso à escola. Nesse sentido, a existência de *homens incomuns*, como o advogado e abolicionista Luiz Gama e o professor da Academia de Direito José Rubino de Souza, negros que alcançaram patamares elevados na cultura letrada pode, dentro de limites, ser considerada expectativas de ações que, embrionariamente, garantiram a participação de grupos e/ou pessoas que tiveram acesso a um tipo de aulas/ escolas.

Entre tantas outras pesquisas, a tese de doutorado da pesquisadora Ione Celeste Jesus de Sousa, intitulada: *Escolas ao Povo: experiências de escolarização de pobres na Bahia - 1870 a 1890*, buscou apreender como ocorreu a escolarização da população pobre na Bahia nas três últimas décadas do Império. De acordo com a autora, o projeto de escolarização estava voltado

para finalidade de “[...] constituir um futuro cidadão, apto a contribuir positivamente como trabalhador, pai de família e eleitor ao progresso e civilização da nação”. (SOUSA, 2006, p. 8).

Na Paraíba, o trabalho dissertativo da pesquisadora Guaraciane Mendonça de Lima *O Collégio De Educandos Artífices – 1865-1874: a Infância Desvalida Da Parahyba Do Norte* é o que mais se aproxima do estudo da instrução de uma população pobre e desvalida. A autora direcionou a pesquisa questionando elementos no sentido da compreensão de quem eram as crianças que ingressavam no Colégio. E concluiu que o Colégio de Educandos Artífices foi criado para atender a necessidade de formação da mão de obra de uma infância desvalida, como veremos no capítulo 3. A fundação de espaços educativos semelhantes também existiu em várias províncias do Império brasileiro com a mesma finalidade de formar a infância pobre a partir de uma instrução direcionada para o aprendizado de ofícios e com isso, constituir o trabalhador livre, que, gradativamente, ocuparia o lugar do trabalhador escravizado.

Estudos realizados no estado de Pernambuco corroboram a defesa de que, por formas diferentes, vários pesquisadores de todas as partes do Brasil se preocuparam em investigar as possíveis formas de instrução oferecida à população negra, branca pobre e também indígena. O trabalho de Adlene Silva Arantes *O Papel da Colônia Orfanológica Isabel na educação e na definição dos destinos de meninos negros, brancos e índios na província de Pernambuco (1874-1889)* buscou compreender a instrução ofertada na Instituição criada por Missionários Capuchinos na Província de Pernambuco na segunda metade do século XIX com o objetivo de receber crianças órfãs e ingênuas³. Concluiu que o ensino possibilitava que a educação dada aos órfãos, ingênuos, libertos e índios os tornassem úteis a si e à sociedade, preparando-os para o trabalho na agricultura, na indústria e no comércio.

Outro trabalho que pesquisou a Província de Pernambuco e a relação entre negros e instrução no século XIX foi a dissertação de Itacir Marques da Luz *Compassos Letrados: profissionais negros entre instrução e ofício em Pernambuco (1840-1860)* que se propôs a analisar a participação dos negros na cultura escrita do século XIX a partir da investigação sobre a Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, uma associação que se constituiu numa importante instância educacional junto aos negros que atuavam em ofícios específicos na cidade do Recife, em plena ordem escravista, através do seu trabalho de instrução e profissionalização⁴.

³ Ingênuo, termo legal utilizado para identificar os filhos dos escravizados nascidos após a Lei do Ventre Livre promulgada no ano de 1871.

⁴ A tese do autor *Laços da Diáspora: associacionismo e educabilidade entre a população negra de Pernambuco na primeira metade do século XIX* já defendida em 2014 não estava, à época da consulta, disponível na biblioteca digital de dissertações e teses da Universidade Federal de Minas Gerais.

2.3 A escolha pela “história vista de baixo”

Este trabalho pretende adentrar no universo das aulas públicas primárias na Província da Parahyba do Norte e descobrir em que nível e como os sujeitos antes considerados alijados do processo de escolarização tiveram acesso às aulas. Assim, buscaremos apreender se e em quais condições os sujeitos desfavorecidos pela condição social e racial, parte significativa da população da Província paraibana no século XIX, tiveram acesso ao universo das letras por meio de uma educação oferecida pelo Estado provincial.

A intenção apresentada é motivada pelas ideias do historiador social Edward P. Thompson considerando o que ele chamou de “história vista de baixo” que, na nossa apropriação apresentaremos tanto como sendo uma história produzida pelos “de baixo” como analisada sob a perspectiva do movimento de “baixo para cima” (THOMPSON, 2001, p. 185). De acordo com Thompson, escrever a partir dessa compreensão histórica permite ao pesquisador,

[...] interrogar os silêncios reais, através do diálogo do conhecimento. E, à medida que esses silêncios são penetrados, não cosemos apenas um conceito novo ao pano velho, mas vemos ser necessário reordenar todo o *conjunto* de conceitos. Não há altar mais oculto que seja sacrossanto de modo a obstar a indagação e a revisão. (THOMPSON, 1981, p.185, grifos do autor).

Assim, a análise para ser coerente com a teoria proposta revisitou documentos há muito analisados com a intenção de construir esta narrativa considerando não apenas os discursos e relatórios dos presidentes da Província da Parahyba do Norte e dos diretores da instrução como significativos de falas oficiais que defendiam a instrução primária como medida de civilização de uma parcela de pessoas; mas, também, entender essas medidas considerando, inclusive, as ausências dos sujeitos que eram objetos das discussões.

Para Faria Filho (2010), essa perspectiva analítica se apresenta ao mesmo tempo como atraente, mas marcada por grandes dificuldades com as fontes, representando, dessa forma, desafios e fascínios para os historiadores. (FARIA FILHO, 2010).

A história social que tem suas ideias fundamentadas, também, nos escritos do historiador britânico, nos últimos anos ganhou espaços nas pesquisas dos programas de Pós-Graduação no Brasil no campo da história da educação, uma vez que segundo Schueler e Mac Cord, (2014, p. 70),

[...] atentos às experiências dos trabalhadores que criaram estratégias próprias de escolarização, lutaram pelo seu aperfeiçoamento profissional e discutiram o respeito às costumeiras hierarquias artesanais. Para o século XIX, por

exemplo, encontramos investigações que analisam as vivências de artífices especializados, livres, durante a vigência do escravismo. Organizados em sociedades de auxílio mútuo, eles utilizavam o aperfeiçoamento técnico adquirido nas oficinas e a instrução alcançada em aulas noturnas para conquistarem respeitabilidade pública e mobilidade social ascendente. A educação escolar era apropriada pelos subalternos como arma de reconhecimento de sua cidadania.

A metodologia de análise proposta pela história social permite-nos perceber nos documentos informações sobre as experiências “[...] dos subalternos a partir de suas próprias especificidades constituintes” (SCHUELER; MAC CORD, 2014, p. 86). Ou seja, analisar as interações sociais desses sujeitos até então submissos à uma sociedade proveniente do capital mundial, considerando aqui a escravidão e suas implicações sociais e culturais, que formou as elites econômicas da época.

Ao pesquisar as relações de escolarização e instrução estabelecidas na sociedade paraibana oitocentista, se fez necessário investigar as relações sociais desses sujeitos e as consequências que levaram os indivíduos a terem acesso à cultura letrada por meio de uma educação que, gradativamente, se escolarizava.

De acordo com Thompson (1998, p. 18), ainda que

[...] a vida social esteja em permanente mudança e a mobilidade seja considerável, essas mudanças ainda não atingiram o ponto em que se admite que cada geração sucessiva terá um horizonte diferente. E a educação formal, esse motor de aceleração (e do distanciamento) cultural, ainda não se interpôs de forma significativa nesse processo de transmissão de geração para geração.

Assim, considerando a importância dada a instrução como uma forma de difundir as letras e a cultura, ao apresentar a população pobre como parte significativa do contingente populacional paraibano, buscaremos indicar ser essa população a que ocuparia as aulas públicas primárias na Província da Parahyba do Norte.

Mas então, quem seriam os pobres? E até que ponto esses pobres teriam condições para enviar seus filhos às aulas primárias?

Essas questões passarão todo o trabalho como fundamentais para apresentar os argumentos necessários capazes de atender aos objetivos aqui propostos para análise. A segunda questão irá aparecer com maior pertinência no capítulo III, e a primeira, ainda neste capítulo buscaremos apontar indícios que possam ajudar no entendimento de quem foram essas pessoas que, contrariando todas as vicissitudes, compuseram parte da população que frequentou as aulas públicas primárias no oitocentos brasileiro.

2.4 – Os sujeitos pesquisados e os objetivos propostos

O avanço de pesquisas sobre a institucionalização do ensino na Província da Parahyba do Norte no século XIX tem se destacado na historiografia da educação paraibana. Pesquisadores como Pinheiro (2004), Cury (2004), Lima (2008), Ananias (2010), Araújo (2010), Ferronato (2012), Miranda (2012), entre outros, têm se debruçado em estudos acerca da problemática instrucional a partir da tentativa de uniformização da instrução pública primária na Província, em especial, após o Ato Adicional de 1834 que concedeu às províncias o poder para legislar sobre diversos assuntos públicos, entre eles a instrução pública primária e secundária. (DOLHNIKOFF, 2005).

Nos últimos anos, o fortalecimento da história da educação brasileira trouxe profundas transformações ao campo. Dentre elas, podemos destacar a emergência de diferentes sujeitos históricos analisados no que se refere ao acesso (ou não) à cultura escolar. (BARROS; SANTOS, 2012).

Segundo Veiga (2008), para os estudos do século XIX, podemos acrescentar a escola pública como um dos espaços de presença das crianças pobres e, particularmente, de produção da identificação do “aluno pobre”. Tal denominação, segundo a autora, pode ser detectada em diferentes documentos.

O recorte temporal proposto para esta narrativa levou em consideração a primeira menção encontrada nos relatórios dos presidentes de Província sobre a existência de alunos pobres nas aulas públicas primárias no ano de 1855:

A adopção de quaesquer medidas que obrigassem todos esses paes a mandar seus filhos cursar as aulas quer publicas quer particulares do ensino primario, e habilitassem os Professores a fornecerem aos **meninos pobres** os objectos indispensaveis ao exercicio das escolas, como tinta, papel pennas, agua, louzas, livros, etc. removeria por ventura o grande inconveniente da falta de instrucção ainda a mais simples e elemental, que se observa na maior parte da nossa população do centro. (PARAHYBA DO NORTE, Província Relatório..., 1855, p.11, grifos nossos).

E o ano de 1889, em razão de ter marcado a política e a sociedade da época com a mudança de regime político, será, também, o ano de encerramento das análises realizadas, considerando que o nascimento da República necessitou de novos estudos, inclusive já

realizados, para a compreensão do mesmo problema que apontamos aqui, o acesso de crianças negras e pobres à escola⁵.

A escolha das fontes contemplou as informações contidas sobre instrução e sociedade da Parahyba do Norte no século XIX. O percurso metodológico para análise, considerou as características acerca da sociedade paraibana e a organização da instrução na Província a partir do funcionamento das aulas de primeiras letras destacando os conflitos percebidos no processo de escolarização, bem como esforçando-se para uma leitura crítica para não assimilarmos diretamente os discursos oficiais e nem tampouco reproduzi-los como verdades absolutas.

Trabalhar com fontes oficiais como a legislação, os relatórios de presidentes de Província e os Documentos Diversos sobre a instrução exigiu uma série de cuidados.

Assim, consideramos a premissa de que foi necessário estarmos atento à ideia de que nem sempre o que estava na lei era o que havia sido pensado por todos ou o que aconteceu. Portanto, a necessidade de, sempre, considerarmos “[...] o momento da produção e o momento da realização da lei” [...] nas análises feitas. (FARIA FILHO, 1998, p. 105).

Os Documentos Diversos sobre a instrução pública constituíram-se como basilares para análise que propusemos realizar a partir dos objetivos da pesquisa, pois apresentou-nos a possibilidade de apreender as informações acerca do acesso dos pobres ao universo das letras na Província da Parahyba do Norte podendo “[...] ser compreendidos como base fundamental para a reconstrução da história da instrução/educação no nosso país, considerando, sempre, a perspectiva de alargamento das possibilidades de uso dessa documentação”. (CURY; ANANIAS; PINHEIRO, 2015, p. 16).

Ao analisar os documentos diversos, como requerimentos, ofícios e pedidos destinados à Assembleia provincial foi possível perceber os movimentos que marcaram a abertura de cadeiras de primeiras letras e a participação da população pobre que por meio de abaixo-assinados reivindicou o direito às aulas públicas primárias para seus filhos. Assim, a partir desses documentos foi possível perceber as diferenças do que estava na lei e nos discursos dos presidentes da Província com o que era reivindicado por parte dos sujeitos – pais e professores – referente à instrução pública.

⁵ Esses estudos podem ser consultados no levantamento realizado pela professora Surya A. Pombo de Barros, publicado na Coleção Documentos da Educação Brasileira: BARROS, Surya Aaronovih Pombo de. (Org.). O Estado da arte da pesquisa em história da educação da população negra no Brasil [recurso eletrônico]. In: CURY, Cláudia Engler; ANANIAS, Mauricéia; PINHEIRO, Antonio Carlos F. *Coleção Documentos da Educação Brasileira*. Vitória, ES: SBHE/Virtual Livros, 2015.

Os documentos oficiais como as leis e regulamentos, os relatórios dos presidentes de Província e os relatórios do diretor geral da instrução, apresentavam propostas e medidas que buscavam o melhoramento da instrução pública primária e o debate em torno do que seria o papel da instrução quanto ao que se almejava alcançar por meio de um projeto de nação moderna e civilizada em que a Província da Parahyba do Norte estava inserido.

Os relatórios dos presidentes da Província, já bastante estudados na história da educação, ajudaram-nos também na oferta de dados estatísticos sobre a instrução do período.

Já a escolha dos jornais como fontes, nos levou a apreender informações acerca da instrução pública primária diferentes das ditas nas chamadas fontes oficiais. Em princípio, a escolha dos periódicos como fontes deu-se na tentativa de contrapor as informações presentes nos jornais com as informações dos documentos considerados oficiais. Em alguns momentos, como veremos no capítulo seguinte, esse movimento foi possível; em outros não. De todas as formas, porém, foi preciso ter atenção e cuidado para não conceber as informações- todas elas - como verdades inquestionáveis, uma vez que as preferências políticas dos jornais pesquisados eram perspectiveis na medida que as comparavam-nas com as orientações do partido que estivesse no poder provincial às épocas- ora liberal, ora conservador – e que, constamos, influenciavam nas notícias veiculadas.

Para Barboza (2009, p. 89), “[...] os periódicos são importantíssimos para a reconstituição e visibilidade da vida cultural do século XIX brasileiro [...]” permitindo compreender muito do que se falava, lia e se escrevia considerando as queixas, debates sobre a forma de governar, anúncios e matérias publicadas.

De acordo com Souza (2013, p.25), ao pesquisar sobre a imprensa e a instrução na Província da Parahyba do Norte,

O grande mote das notícias publicadas nos impressos do século XIX na província da Parahyba do Norte tinha cunho político. Disputas entre partidos, demissão de funcionários públicos e debates ideológicos em torno de posicionamentos que oscilavam entre posturas a favor dos partidos liberais ou conservadores. Os editoriais traziam embates que perduravam por semanas a fio sem que um vencedor fosse apontado. Em número também elevado temos as discussões relativas à instrução. Verbas mal destinadas (ou em número insuficiente), demissões e contratação de professores, implantação de escolas e indicação dos melhores métodos de ensino que deveriam ser adotados nas aulas públicas figuravam com larga frequência nos jornais.

E por fim, a obra dos memorialistas nos possibilitou conhecer situações do cotidiano a partir de relatos deixados pelos autores que, muitas vezes, ao retratarem suas infâncias ou de outrens, disponibilizaram dados das pessoas que circularam na Província.

A instrução pública defendida como principal ramo do serviço público nos discursos dos presidentes de Província e nos debates na Assembleia Legislativa estava fortemente ligada aos ideais de moralidade, ordem e prosperidade aparecendo constantemente nos discursos oficiais dos responsáveis pela instrução, como podemos observar na fala do Diretor Geral da Instrução, Manoel Porfirio Aranha:

A instrucção é um poderoso elemento de moralidade, ordem e prosperidade publica, como é uma condição indispensavel de perfeição bem estar, e felicidade individual. E por tanto um beneficio de tão elevado alcance para a sociedade, não só deve ser largamente derramado por todos os membros d’ella; mas ainda é indispensavel que todos eles sejam constrangidos a acceital-o, se por ventura não o fizerem expontaneamente. (PARAHYBA DO NORTE, Província. Relatório do Diretor Geral da Instrução..., 1861, p. 2).

Pensar a instrução e a escolarização no século XIX apresenta algumas possibilidades de entendimento quanto aos diferentes significados dados à essas duas palavras- e categorias- nas pesquisas em história da educação.

Compreendemos aqui o termo instrução como “[...] parte da cultura educacional, uma vez que remete a uma compreensão particular e específica dentro do imenso universo que envolve a problemática educacional e escolar”. (PINHEIRO, 2009, p. 101).

Sobre o uso do termo escolarização, Faria Filho chama atenção ao dizer que:

Estamos entendendo o termo escolarização em duplo sentido, os quais estão intimamente relacionados. Num primeiro, escolarização pretende designar o estabelecimento de processos e políticas concernentes à “organização” de uma rede, ou redes de instituições, mais ou menos formais, responsáveis seja pelo ensino elementar da leitura, da escrita, do cálculo e, no mais das vezes, da moral e da religião, seja pelo atendimento em níveis posteriores e mais aprofundados. Em outra acepção, estamos entendendo por escolarização o processo e a paulatina produção de referências sociais, tendo a escola, ou a forma escolar de socialização e transmissão de conhecimentos, como eixo articulador de seus sentidos e significados. Neste caso, nossa atenção estará voltada para o que temos chamado de implicações/dimensões sociais, culturais e políticas da escolarização, abrangendo questões relacionadas ao letramento, ao reconhecimento ou não das competências culturais e políticas dos diversos sujeitos sociais e à emergência da profissão docente no Brasil. (FARIA FILHO, 2008, p. 78).

O autor ainda afirmará que:

No século XIX, o processo de escolarização está interligado, com discussões sobre a importância da instrução, para o fortalecimento do Estado Nacional, bem como a necessidade de estabelecer no Império Brasileiro, o Império das Leis. (FARIA FILHO, 2008, p.81).

Dessa forma, o conceito de escolarização abordado por este trabalho se apropriou das ideias defendidas pelo autor, em especial, no que diz respeito à relação entre a criação de aulas, cadeiras/escolas de primeiras letras e a defesa da importância da instrução na tentativa de civilizar a população, considerando não só o ato do ensino, mas também as influências e referências dessa atitude em relação às posições ocupadas pelos sujeitos em uma sociedade escravocrata.

Considerando todas as contribuições referenciadas, pudemos perceber o ideal de instrução pensado e defendido pelos intelectuais e gestores da época. A documentação disponível, em especial os discursos dos presidentes da Província, demonstraram a instrução como um “alimento intelectual” e necessário para o aprimoramento do homem,

Ninguém há, senhores, que duvide mais da necessidade da instrução e da educação do povo, porque todos reconhecem naquella o alimento intellectual do homem, e nesta o aperfeiçoamento de suas faculdades moraes. (PARAHYBA DO NORTE, Província. Relatório..., 1867, p. 17).

Na citação acima, o sentido utilitário da instrução demonstra que os homens e mulheres seriam formados intelectualmente a partir dela. A moral e os bons costumes também seriam características presentes em quem tivesse o domínio do letramento. Assim, a instrução tinha a tarefa de moldar o indivíduo para boa convivência e indicar a forma como estes deveriam se comportar na sociedade.

A defesa considerava um bem necessário e profícuo à sociedade, como observamos na fala do presidente de Província Francisco d'Araujo Lima, em 1863:

[...] O cultivo da intelligencia pela difusão de uteis conhecimentos facilitados á todas as classes na proporção de suas necessidades, sendo o meio mais seguro de obtermos esse resultado, é ao mesmo tempo um desideratum digno do vosso empenho, como legisladores e obreiros da prosperidade da provincia. (PARAHYBA DO NORTE, Província. Falla..., 1863, p. 17).

A pesquisa sobre as condições sociais dos alunos que frequentaram as aulas primárias na Parahyba do Norte oitocentista impôs uma variedade de desafios para a análise da documentação disponível sobre a instrução. Ao mesmo tempo que os limites impuseram dificuldades, sentimo-nos motivadas a fazê-la pelo anseio de escrever a história da educação paraibana a partir dos sujeitos que fizeram parte do processo social de construção da instrução.

O objetivo de compreender o contexto da Província considerando a sua organização social, política e cultural norteou a busca à historiografia local a fim de desenhar o perfil étnico-racial e econômico dos sujeitos e encontrar indícios que nos permitiram compreender a destinação da instrução pública primária.

Todos os resultados da pesquisa só foram possíveis a partir da compreensão das relações estabelecidas entre a sociedade e a instrução geradas por e para uma parte dos seus habitantes, conforme indicado no tópico seguinte.

2.5 – A Província da Parahyba do Norte

Os espaço e tempo para história são duas categorias imprescindíveis no processo de construção de qualquer pesquisa historiográfica que almeje contar ou recontar algo acerca de um determinado assunto. Para história da educação, não é diferente. Escrever sobre a instrução e dos sujeitos que dela participaram por meio de um tipo de escolarização faz parte, acima de tudo, de uma tentativa de se contar a história de uma sociedade.

Assim, neste tópico, apresentamos ao leitor algumas características da sociedade paraibana que na orientação assumida construiu a instrução no século XIX.

Buscamos informações acerca da população paraibana do século XIX analisando a produção bibliográfica em teses, dissertações, artigos, comunicações científicas, resenhas, livros de memorialistas e informações oficiais publicadas no senso demográfico de 1872, como também, nos relatórios dos presidentes de Província.

Dividimos este tópico em dois momentos: no primeiro, apresentamos a organização social e política da Província da Parahyba do Norte tendo como referências as informações acerca das disputas políticas da sociedade destacando o sistema escravista como forma de trabalho institucionalizado no Brasil até a última década do século XIX. No segundo, fizemos um levantamento do perfil social e étnico-racial da população paraibana a fim de conhecer os sujeitos que frequentariam as aulas públicas primárias da Parahyba do Norte.

2.5. 1 – A organização social e política da Província

A Parahyba do Norte, não se diferenciando do que vivia todo o Império brasileiro, tentava organizar-se em seus diversos ramos do serviço público a partir da criação de leis que viessem estabelecer a defendida ordem nas esferas de responsabilidades do governo provincial.

As disputas políticas nesse período foram marcadas por dois grupos que buscavam organizar os serviços públicos de acordo com os seus ideais, e esteve caracterizada entre:

[...] liberais e conservadores e a disputa entre eles pelo controle e direção dos rumos políticos marcaram a história do Império, em especial os anos após a independência até as duas primeiras décadas da segunda metade do século dezenove. A unidade nacional, a propriedade, a escravidão e a ordem social foram defendidas por esses dois grupos para essa consolidação. (ANANIAS, 2010, p.38).

Os partidos conservador e liberal estiveram presentes na busca pelo poder na Província paraibana durante todo o período estudado. Fundado pela família dos “Carneiro da Cunha”, o partido conservador tinha como programa de governo “[...] observar rigorosamente a Constituição, restabelecer o Conselho de Estado que fora extinto pelo Ato Adicional, restringir a competência das assembleias provinciais, resistir às inovações políticas e fortalecer a autoridade do país através da elaboração de leis”. (SILVA, 2013, p. 35).

O partido liberal defendia, a “[...] maior autonomia das províncias e a abolição do Conselho de Estado”. (SILVA, 2013, p. 36).

Da mesma forma, a disputa entre liberais e conservadores também esteve nos ideais de instrução do período:

No caso da Província da Parahyba do Norte podemos destacar que os homens vinculados ao partido liberal ocuparam os principais cargos de direção do estado ao longo do século XIX e que o partido conservador manteve-se na oposição até as últimas décadas desse período, quando seus representantes conseguiram ocupar a presidência da Província. Na leitura da documentação, principalmente nos jornais, percebeu-se que as propostas acerca da instrução pública veiculadas pelo partido liberal foram alvo de críticas por parte de seus opositores e que a pauta de sugestões para melhorias da instrução na Província foi constante nas páginas dos jornais assumidamente ligados ao partido conservador. (CURY; ANANIAS, 2013, p.116).

As divergências de ideais fizeram parte da busca pelo poder conformando as tentativas de organização da instrução numa sociedade escravocrata que tentava se afirmar como Nação. As evidências dessas querelas podem ser comprovadas nas notícias presentes nos jornais paraibanos que se apresentavam como partidários divulgando posições contrárias ou favoráveis ao partido que estivesse no governo provincial.

As mudanças econômicas e políticas, para a afirmação do regime monárquico, foram analisadas por muitos estudiosos considerando a transição da mão de obra escrava para a trabalhadora livre, como afirma Lima (2008), que ajudou-nos a pensar a produção da sociedade

e as especificidades do que acontecia nas bandas do Norte do país apreendendo o significado da concentração de terras, da escravidão e das dificuldades de convivência com a seca e epidemias, problemas sempre presentes nas narrativas históricas analisadas.

Durante a segunda metade do século XIX, o Brasil passou por uma grave crise social, gerada por problemas na produção e pela transição da mão-de-obra escrava para mão-de-obra livre. Essa transição teve início em 1850, com a proibição do tráfico negreiro através da assinatura da Lei Euzébio de Queiroz. No Norte do país a situação era agravada pela crise no setor agro-exportador e pelas periódicas secas. A grande concentração de terras nas mãos de poucos proprietários era mais um dos agravantes desta crise social do Norte. (LIMA, 2008, p. 31).

A produção econômica da Província a partir da segunda metade do Oitocentos “[...] caminhava para transformações nas suas formas de produção, foi um período de reativação da produção açucareira e da montagem de uma inicial indústria têxtil, embora convivendo com flutuações econômicas e períodos de estagnação ”. (MARIANO, 2015, p. 179). Problemas naturais também trouxeram diversos prejuízos à Província marcando um tempo de longas estiagens com a seca mais rigorosa ocorrida entre os anos de 1877 a 1879.

A época também foi marcada pelo fim do tráfico de escravizados no ano de 1850 associado ao tráfico interprovincial que contribuiu com a diminuição do número de cativos na Província, estimulando o uso da mão de obra do homem livre e pobre.

Em todo Império brasileiro a população escravizada dava lugar à população livre e pobre desde o final do século XVIII, como afirmou Ariane Sá (2005), ao considerar que, “[...] os homens livres pobres somavam quase a metade da população brasileira estimada em 3 milhões de habitantes no final do século XVIII. De várias origens sociais e matizes, eram negros libertos, brancos, índios e os miscigenados mulatos, cafuzos e mamelucos ”. (SÁ, 2005, p. 57).

Esse movimento se estendeu por todo o século XIX na Província da Parahyba do Norte. Ainda de acordo com a autora,

O declínio da escravidão reforçou a utilização do homem livre pobre em todos os setores da economia paraibana. Assim, como em todo o Norte, o morador-agregado foi a relação de trabalho mais utilizada, acompanhada pelo assalariamento e pela ampliação do sistema de parceria. Com a crise da escravidão, o homem livre pobre, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, foi a garantia encontrada pelos proprietários rurais paraibanos de responderem às exigências e solicitações do capitalismo internacional. (SÁ, 2005, p. 77).

Um contingente cada vez maior de homens livres e pobres circulava pela Província e o intuito era transformá-los em trabalhadores disciplinados. (MARIANO, 2015, p. 180).

Guimarães (2014), ao pesquisar sobre as redes de sociabilidades da população negra na Cidade da Parahyba no século XIX, investigou alguns aspectos sociais da capital paraibana, e concluiu que a cidade “[...] se apresentava com uma população pequena em relação a outros centros urbanos, com uma configuração arquitetônica discreta e não muito rica (salvo as edificações religiosas), com algumas dificuldades de iluminação e muitas obras públicas paradas”. (GUIMARÃES, 2014, p. 122).

Ao pesquisar sobre a cidade de Campinas, na Província de São Paulo, e sua relação com a modernidade a partir da segunda metade do século XIX, Lapa (2008), chamou atenção para a preocupação das autoridades em relação ao controle da população escravizada e livre em um ambiente de embates a partir de uma cidade que se conformava às mudanças com a chegada das estradas de ferro e de indústrias como sinais de desenvolvimento do espaço urbano.

Não se pode viver impunemente na cidade. O uso das horas de trabalho, lazer e ociosidade dos seus moradores – escravos e livres – é melhor e mais disciplinado tendo em vista explicitamente a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento de todos, só que com um detalhe: que esse processo assegure e legitime a posse e propriedade dos primeiros pelos segundos. (LAPA, 2008, p. 27).

O autor teceu críticas à realidade escravista e desigual:

Já que é inevitável que a urbanidade conviva com a escravidão, resta aí saber como estabelecer para ambas as regras desse convívio. A modernidade urbana tem que se compatibilizar com a aberração dessa realidade que é a própria negação dos seus princípios liberais, civilizatórios e dos seus valores: a escravidão. Pelo menos o projeto de modernização ao qual a cidade se submete não entremostra durante muito tempo uma consciência e/ou prática abolicionista, ele se desenvolve tendo em conta que precisa ordenar a coexistência de dois universos: o livre e o escravo. (LAPA, 2008, p. 27).

Dessa forma, percebemos que a preocupação com a modernidade e civilização fazia parte de um projeto de nação do qual as principais cidades das províncias do Império estavam inseridas, e que perpassava inclusive o debate acerca da escravidão e os prejuízos que esse sistema poderia causar no processo de modernização das cidades.

Na Província da Parahyba do Norte, o reconhecimento do avanço de uma população livre em relação à população escravizada não tardou a ocupar os relatórios dos presidentes da Província. No ano de 1846, o presidente, Tenente Coronel Frederico Carneiro de Campos, anunciou:

[...] vi muito amiudadas as habitações, residências de uma família mais ou menos numerosa e anfiaço-vos também que não tenho encontrado em outra

Província, das porque tenho percorrido, nem mais frequentes as casas e famílias, nem mesmo superior população livre. (PARAHYBA DO NORTE, Província. Relatório..., 1846, p.6).

No ano de 1861, o presidente Luiz Antonio de Silva Nunes fez menção ao censo realizado em 1852 sobre a população escravizada que sofria uma queda, como podemos observar:

Segundo o último censo, que teve lugar em 1852, onde a população da Província por 212,000 almas, das que 28,000 escravos. Tendo porém sido dizimada em 1856 pela cholera a população escrava, que, ainda por outras causas de todos conhecidas, tende a decrescer, creio que não será muito errado o calculo, que a limitar hoje a 20,000 almas, se tanto chegar”. (PARAHYBA DO NORTE, Província. Relatório..., 1861, p. 10).

Como dissemos anteriormente, o decréscimo da população escravizada dava lugar a uma mão de obra livre e pobre. E mesmo passando por frequentes crises no mercado de açúcar e problemas na infraestrutura, de acordo com Rocha (2009), a economia continuava a se expandir, por exemplo, com a criação de novos engenhos em todas as regiões da Província.

Certamente, além da ampliação das áreas em que se produzia o açúcar, os indivíduos livres pobres devem ter sido fundamentais para o desenvolvimento dessas atividades agrícolas e de funções não-agrícolas da província, visto que eles, ao longo do Oitocentos, passaram a compor a maior parte da população, enquanto o número de escravos diminuía a cada década rumo ao fim da escravidão. (ROCHA, 2009, p.113).

O memorialista Coriolano Medeiros, ao lembrar acontecimentos vividos por ele na década de 1880 no bairro Tambiá, considerado o mais antigo da Cidade da Parahyba, fez referência à existência de uma população pobre no local. Ao descrever a festa de São João, como algo presente na cultura do povo nordestino citou os pobres que não tinham recursos para celebrar a festa da mesma forma que os ricos. “Os mais pobres, aqueles que não dispunham de qualquer recurso, se acomodavam às alegrias dos demais”. (MEDEIROS, 1994, p. 53).

Em 1872, a população paraibana era composta de 376.226 habitantes e mostrava a redução de pessoas escravizadas para 21.526, representando somente 5,7% da população em geral. A população livre, de 354.700 habitantes, compunha 94,3%. (ROCHA, 2009, p.116).

Dessa forma,

Tinha-se, de um lado, a diminuição do número de escravizados e, de outro, aumentava a população livre. Esse crescimento, ao menos na década de 1840, era tão visível que um presidente da província, quando da elaboração de relatórios, comentou sobre a necessidade de “reorganizar” o quadro da população da província, ou seja, atualizar os dados, pois ele afirmou nunca ter

visto outra com número tão expressivo de pessoas livres como na Paraíba. (ROCHA, 2009, p. 117).

De acordo com Dias (2000), ao pesquisar sobre os votantes pobres no Império brasileiro, identificou que essa parcela da população que gradativamente crescia devido a decadência da escravidão, se fazia presente nas ocupações agrícolas “[...] dentro da desigualdade de crescimento econômico”. (DIAS, 2000, p. 59). Ao fazer referência ao Nordeste brasileiro, a autora nos deu indícios de onde estariam e quais possíveis ocupações desses pobres, pois “[...] No Nordeste, com a decadência precoce da escravidão, a população de livres pobres se elevava, no recenseamento de 1872, à 83% em Pernambuco e na Bahia”. (DIAS, 2000, p. 59).

Existia, inclusive, uma preocupação por parte dos presidentes da Província da Parahyba do Norte, em relação à pobreza e aos homens pobres que era realidade tanto no espaço urbano como no espaço rural. Pois, de acordo com o discurso da época, a pobreza era relacionada a causa de violência, como podemos observar no trecho retirado do relatório do presidente da Província, Luiz Antonio da Silva Nunes, no ano de 1860:

Com efeito, nota se, ao menos aqui, que o maior numero das victimas são escolhidas por aquella espécie de delinquentes na classe das pessoas, que por sua pobreza e posição desvalida não dispõem dos necessários recursos para chamar o ofensor á juízo, e fase-lo punir na forma da lei, sendo que semelhante circumstancia, ao passo que acoçoava o criminoso para a pratica do delicto, expunha o ofendido a misérrima posição d’aquelle, que, tendo o seo animal como único instrumento de trabalho, o que é aqui comum, via-se reduzido a não ter meio algum honesto de subsistência. (PARAHYBA DO NORTE, Província. Relatório..., 1860, p. 6).

Talvez essa “preocupação” dos gestores paraibanos quanto à população pobre e a ordem que deveria ser estabelecida na sociedade, estivesse relacionada ao ideal de civilização defendido pelos gestores e intelectuais de todo Império brasileiro. Para Abreu (2008, p.141) ao pesquisar sobre o uso do termo civilização no Brasil Imperial pelas elites políticas, médicas, jurídicas, literárias e religiosas identificou que a civilização, no século XIX, estava associada à necessidade de dar civilidade às pessoas, e era entendida como “[...] ‘cortesia’, ‘urbanidade’, ‘polidez’, ‘boa educação’, ‘boas maneiras’, ‘delicadeza’, ‘etiqueta’, ou seja, tudo que se opunha à rusticidade grosseira dos setores sociais mais baixos”. (aspas do original).

De acordo com a autora existia, portanto, a necessidade de se implementar na jovem nação condições fundamentais para civilização de uma parcela da população. Essas condições estavam associadas a produção e a ordem no trabalho. Assim, seria necessário a existência de uma política tida como civilizadora, “[...] de controle da vadiagem e ociosidade da população

livre e liberto pobre. Dentre as medidas adotadas, destacam-se aquelas ligadas a ‘civilização dos costumes’ da população, que precisava ser vigiada e disciplinada para o trabalho produtivo”. (ABREU, 2008, p. 142 – aspas do original).

Temos aí duas questões: a primeira que diz respeito a necessidade de “civilizar” uma parcela da população, que aqui identificamos como população pobre, a fim de alcançar o progresso e com isso o *status* de nação civilizada, como preocupação e dever do governo provincial, que discutiremos no capítulo 4 deste trabalho.

E a segunda questão, refere-se ao discurso dos gestores paraibanos que associavam à pobreza à violência e consequentemente à falta de civilização. No entanto, na busca por encontrar os pobres e possivelmente os filhos desses pobres que deveriam frequentar a escola pública primária paraibana, encontramos informações no Censo de 1872 de profissões que nos levou a inferir sobre esses sujeitos pobres. Que não eram os “delinquentes desvalidos” que praticavam delitos, como os discursos dos presidentes da Província muitas vezes nos fizeram crer, mas, eram trabalhadores que não faziam parte de uma elite econômica, mas estavam inseridos na sociedade como parte de uma camada social subalterna e à mercê do acesso a qualquer serviço público oferecido, como a possibilidade de se instruir, por exemplo.

Os dados encontrados no censo realizado em 1872, em todo império brasileiro, indicaram uma quantidade significativa de trabalhadores que exerciam profissões tipicamente urbanas e outras, ainda, associadas ao mundo do campo. Estas pessoas, aqui denominadas pobres, ocupavam ofícios na sociedade como pescadores, criados, jornaleiros, manufactureiros, fabricantes, comerciantes, guarda-livros, caixeiros, costureiras, lavradores, agricultores contradizendo, muitas vezes, os relatos dos presidentes de Província que associavam a pobreza à vagabundagem e à ociosidade.

A literatura de Coriolano de Medeiros nos deu pistas de quais seriam as profissões mais comuns para esses homens pobres, pretos e pardos, como o caso de três irmãos pardos, “[...] Secundino, marceneiro; Joaquim, pedreiro; Manoel Vitor, caixeiro de tecidos e modas”. (MEDEIROS, 1994, 33).

2.5.2 - Entre brancos, pretos, pardos, livres e libertos: quem eram os paraibanos?

Manoel Pedro Cardoso Vieira, pardo, filho legítimo de Pedro Cardoso Vieira, estudou na faculdade de Direito de Recife, tornou-se parte da elite política paraibana, envolveu-se com o movimento abolicionista encabeçado por Joaquim Nabuco no século XIX, e, dentre tantas atividades que exerceu, foi professor do Lyceu Provincial no ano de 1871. (ROCHA, 2009).

Padre Ricardo, filho do funileiro Ricardo da Rocha, “[...] muito pretinho e risonho”, ordenou-se no seminário de Olinda e voltou à casa paterna logo após sua ordenação, no seminário surpreendeu a todos, ao permitir que um preto também se tornasse vigário de Cristo. (MEDEIROS, 1994, p. 32).

Cecília Cordeiro, branca e aloirada, com instrução superior à do seu marido- José Cordeiro, um caboclo que era procurador do comendador Santos Coelho e à noite exercia a função de inspetor de quarteirão-, viveu no bairro do Tambiá na segunda metade do século XIX, onde abriu uma aula particular. (MEDEIROS, 1994).

Os três casos mencionados apresentam situações que poderiam ser corriqueiras, mas devido às características étnicas das pessoas que viveram, são considerados –ainda- exceções nas análises feitas sobre a sociedade paraibana- e brasileira- do século XIX. No contexto desta dissertação, o objetivo foi apresentar ao leitor a diversidade étnica e social da sociedade oitocentista como parte inerente para compreender a época como possível de oferecer uma instrução destinada à população pobre, e como novidade para os estudos em História da Educação na Paraíba, a presença de pobres (muitos negros, compreendendo os pardos e pretos) no universo das letras, a partir de um recorte social, mas atentando para o étnico-racial.

A partir das informações sobre a profissão destas pessoas que compuseram a sociedade paraibana do século XIX, faz-se mister chamar atenção para complexidade acerca das funções exercidas pelos homens e mulheres pobres – que eram maioria – e as exceções das atividades exercidas pelos homens negros como citado acima, considerada pela historiografia tradicional como funções de brancos.

O censo de 1872 fez o levantamento do número de habitantes da Província da Parahyba do Norte a partir da cor da pele indicou que a população negra era maioria, uma vez que consideramos de acordo com Rocha (2009), a população negra como pretos e pardos, “[...] a população total era de 376.226, a maioria era negra, isto é, somavam 221.938; dessas, 188.241 eram pardas e 33.697 pretas, atingindo o percentual de 59%”. (ROCHA, 2009, p. 112).

Apresentamos ao leitor dados quantitativos acerca da população livre e escravizada na Província para justificar uma questão que tanto nos inquietou durante a construção da pesquisa e, até mesmo, antes quando ainda era um projeto de pesquisa. Ora, se diante de uma sociedade escravista como era o Brasil Imperial, tínhamos na Província um número maior de pessoas livres e libertas que precisava vender sua mão de obra para as elites que não estavam acostumadas com o trabalho braçal, inferimos que essa era, também, a população alvo da instrução pública primária, pois para estas mesmas elites a pobreza estava associada à ignorância, violência e falta de tratos para a convivência social. Dessa forma, o argumento

central da pesquisa apontará que a população pobre compunha as pessoas desprovidas de instrução primária por não terem recursos suficientes para pagar as aulas/escolas particulares como as mais abastadas e, assim, era parte do público que frequentava as aulas públicas de primeiras letras da Província, conforme demonstraremos nos demais capítulos.

3 TALVEZ VOS EMBARACE O NUMERO DE MENINOS POBRES QUE DEVE ADMITTIR CADA AULA: a instrução pública e particular na Província da Parahyba do Norte

Ao discutir a educação brasileira no século XIX Faria Filho ressalta que pesquisas recentes no campo da história da educação, “[...] têm demonstrado que havia, em várias Províncias, uma intensa discussão acerca da necessidade de escolarização da população, sobretudo das chamadas ‘camadas inferiores da sociedade’”. (2011, p.135, aspas do autor).

O conjunto documental de fontes oficiais, mais os jornais e a bibliografia da época e contemporânea sobre a educação e sociedade mostraram o já anunciado em outras províncias, a existência da instrução das chamadas “camadas inferiores da sociedade”. Para a Província da Parahyba do Norte, a busca de um material que corroborasse essa defesa foi exaustiva. Assim, aqui a análise geral da situação da instrução primária perpassará todos os indícios encontrados acerca dos discursos que indicaram a existência desses sujeitos, bem como a própria inserção deles nos espaços de escolarização.

Embora o marco do nosso recorte temporal tenha sido o ano de 1855 como justificado anteriormente, as análises acerca da organização da instrução a partir do funcionamento das aulas de primeiras letras e o seu processo de institucionalização considerou a importância das informações para o debate encontrado na documentação e a promulgação dos primeiros regulamentos da instrução no ano de 1849 como um marco para os rumos que a instrução na Província deveria tomar a partir da segunda metade do oitocentos.

Construímos a narrativa nos apropriando das críticas encontradas nos relatórios dos presidentes da Província que ao mesmo tempo que apontavam os espaços como insuficientes e inadequados para o ensino à época, indicavam a presença de crianças pobres,

A complexidade para o entendimento dos dados se intensificou, principalmente a partir do momento em que as referências mostraram a presença de crianças pobres e de famílias mais abastadas nas mesmas aulas.

Para melhor entendimento, dividimos este capítulo em três tópicos, definidos a partir da criação de categorias de análise acerca do processo de institucionalização da instrução pública primária na Província da Parahyba do Norte.

No primeiro tópico, apresentamos as aulas/cadeiras/escolas⁶, bem como a quantidade de escolas criadas e as nuances desse processo de criação e extinção de aulas/escolas da instrução primária na Paraíba oitocentista.

No segundo tópico, nos debruçaremos acerca das aulas particulares na Província paraibana que estiveram também sob a égide do poder público provincial e apresentaram-se como uma alternativa para o acesso à instrução primária de uma parcela mais abastada da população.

E, em seguida, apresentaremos os debates que mediaram a institucionalização e uniformização da instrução pública na Província tendo como bases os discursos dos intelectuais e gestores da época.

3.1 Criação e extinção de cadeiras de primeiras letras

A primeira lei geral do ensino promulgada em 15 de outubro de 1827 tinha por objetivo organizar a incipiente Nação brasileira e determinava que “[...] em todas as cidades, villas e logares mais populosos, haverão as escolas de primeiras letras que forem necessarias”. (BRASIL. Lei de 15 de outubro, 1827).

Criada como uma lei geral do ensino no âmbito de todo território imperial, segundo Faria Filho

É contemporânea de um lento, mas paulatino, fortalecimento de uma perspectiva político-cultural para a construção da nação brasileira e do Estado Nacional que via na instrução umas das principais estratégias civilizatórias do povo brasileiro, tal qual frações importantes da elite concebiam e propunham-se a organizar. Instruir as “classes inferiores” era tarefa fundamental do Estado brasileiro e, ao mesmo tempo, condição mesma de existência desse Estado e da nação. (FARIA FILHO, 2011, p. 137).

Em 1834 foi promulgado o Ato Adicional, emenda constitucional que criou as assembleias legislativas e concedeu às províncias o poder para legislar sobre diversos assuntos públicos, entre eles a instrução pública primária e secundária. No entanto, há na historiografia educacional divergências sobre o Ato Adicional, com questões acerca de seus efeitos positivos ou negativos para a instrução. Na maioria dos casos, o Ato Adicional foi responsabilizado pelo

⁶ No decorrer do texto usaremos os termos aulas, cadeiras e escolas de primeiras letras indistintamente, de acordo com o que apareceu na documentação estudada.

insucesso da institucionalização da instrução pública no território nacional devido à acusação de descentralização do poder público.

De acordo com Castanha (2006, p.171):

Para a maioria dos historiadores a descentralização fragmentou os parques projetos e recursos existentes, contribuindo para a proliferação de leis contraditórias, e na prática pôs por terra a instrução elementar no Brasil imperial. O Ato Adicional é visto como fator determinante na definição das políticas de instrução pública elementar, pois cada província, a partir de então, tinha autonomia para se organizar ao seu modo.

No aparato legal do Ato Adicional competia aos presidentes de províncias algumas responsabilidades, como:

Convocar a Assembleia Provincial para reunir-se no prazo marcado para suas sessões; convocá-la extraordinariamente; prorrogar ou adiar a sessão anual, a seu critério; expedir ordens, instruções e regulamentos adequados à boa execução das leis provinciais; além de sancionar as leis aprovadas pela Assembleia. (DOLHNIKOFF, 2005, p. 101).

A partir de então, com o objetivo de institucionalizar e uniformizar a instrução pública na Província foram promulgadas leis e regulamentos referentes à criação de cadeiras de primeiras letras, nomeação e jubilação de professores, métodos de ensino, uniformidade do ensino, frequência escolar e inspeção da instrução. A medida que as leis e regulamentos eram prescritos como ordenamentos legais do estado provincial, os relatórios dos presidentes de Província e os relatórios do diretor geral da instrução pública apresentavam críticas e sugestões para mudanças e reformas da instrução.

A primeira lei referente à instrução pública na Província da Parahyba do Norte, foi a de nº 116 – de 19 de maio de 1835, que no artigo 1º determinava a criação de “[...] aulas de primeiras letras nas povoações de São José da Vila Nova de Souza, Catolé do Rocha, da de Pombal, Misericórdia, da de Piancó, Santa Luzia, da de Patos, Congo, da de São João de Boa Vista, da de Campina Grande”. (LEIS E REGULAMENTOS..., 1835, [2004], p.15).

Para o período colonial na Parahyba, Mello (1996, p. 31) sinalizou a existência de doze cadeiras de primeiras letras, sendo duas localizadas na Capital - uma no bairro alto “[...] e outra, no Varadouro; as demais no interior. Após esse registro, somente encontramos menção de novas cadeiras de primeiras letras em 1821”. (SILVA, 2013, p.51).

A criação e extinção de aulas públicas de primeiras letras na Paraíba foram influenciadas por uma organização, que de acordo com Pinheiro (2002, p. 28), era “[...] marcadamente

oligárquica, da sociedade política paraibana, que se materializou mediante uma complexa teia de relações estabelecidas entre os poderes local, provincial/estadual e nacional e caracterizada pelo clientelismo que influenciou, sobremaneira, a estruturação da instrução pública”. Foi possível perceber, que esse processo de criar e suprimir as aulas estava unido a um processo político e descomprometido com o princípio público de destinar professores habilitados para a escolarização das crianças.

Ainda de acordo com Pinheiro (2002, p. 33),

A criação de cadeiras e sua “provisão” por professores oriundos dos grupos de confiança e ou da parentela dos políticos e, não raro, apadrinhados e nomeados interinamente, representavam uma forma de garantir a popularidade desses políticos, de justificar seu empenho e poder, ou seja, consubstanciar a ingerência dos coronéis na vida pública.

No entanto, percebemos na documentação analisada uma certa insatisfação do presidente da Província, Venancio José de Oliveira Lisbôa, no ano de 1869, quando, em seu relatório, chamou de “anarchia” o movimento de criação e extinção das cadeiras de primeiras letras:

Para mim julgo que a primordial necessidade é acabar com a anarchia que hoje existe sobre a criação e extinção de cadeiras. As collecções estão cheias de leis que todos os annos determinão criação e extinção de cadeiras; a Presidencia por sua parte está também autorizada para faze-lo e o tem feito, dando-se até o espetaculo desagradavel da Assembléa desfazer o que fez a Presidencia e vice-versa; este estado de cousas não pode continuar sem grave prejuizo, a sua inconveniencia é patente. (PARAHYBA DO NORTE, Província. Relatório..., 1869, p.11).

Ao que nos pareceu, as críticas à forma de organização da instrução faziam parte do cotidiano das falas proferidas pelos presidentes da Província da Parahyba do Norte enfatizando o estado pouco lisonjeiro das aulas. Ao mesmo tempo, as ações a fim de promover o melhoramento da instrução pública não nos pareceram receber tantos encaminhamentos. Talvez um dos fatores que tenha dificultado essas ações tenha sido o curto tempo que ficavam no cargo, impossibilitando, assim, a execução de uma proposta de médio e longo prazo. Uma vez que “[...] [su]a nomeação era feita por parte do imperador, conforme previsto na Assembleia Constituinte de 1823”. (DOLHNIKOFF, 2005, p. 103).

Sobre a nomeação dos professores, encontramos algumas críticas por parte do *Jornal da Parahyba* em um texto intitulado de “Mofina” em que o jornal chamou de “protegida” uma professora que foi provida em uma escola primária na cidade de Cajazeiras, no interior da Província.

Qual será a razão porque é conservada como professora n'esta infeliz cidade de Cajazeiras Anna Josepha Silveira Kolim, que alem de não ter a minima habilitação acresce que não tem conducta regular e até se – diz que _____. Erá porque é ella irman do analfabeto Hygino Gonçalves Sobreira Rolim promotor publico da comarca e sobrinho do grande Vital de Souza Rolim, que apezar de ser seu tio, todavia não confia suas filhas para serem por ellas educadas? Será finalmente por ser ella protegida pelo sapientíssimo Padre Manoel Mariano d'Albuquerque – Deputado Provincial e se – necessitar deste para as patotas? O Exm. Sr. Presidente da provincia e o Sr. Director da instrucção publica compadeção-se de nós. (*JORNAL DA PARAHYBA*, 1881, p. 4).

No ano seguinte, o mesmo jornal fez duras críticas aos professores recém nomeados para a instrução pública primária, afirmando que não eram habilitados e que chegavam, inclusive, a passar meses sem lecionar e ainda assim, recebiam os vencimentos.

Nomeados os professores públicos primarios, nas péssimas condições, que esboçamos no final do artigo anterior, ninguem que estiver de bôa fé dirá que esses agentes do magisterio, assim nomeados, achão-se habilitados para satisfazer regularmente a espinhosa, melindrosa e delicadíssima missão, que é inherente áquelles, que assumem perante a sociedade e o governo o encargo nobre e respeitavel de preceptor da mocidade. O abuso chega á tal ponto, que alguns professores, sem motivo justificado, levam mezes e mezes, que não leccionam em suas cadeiras; e, não obstante, recebem seus vencimentos, porque os protectores tudo empregão com o fim d'arranjar-lhes atestados de frequência em ditas cadeiras! (*JORNAL DA PARAHYBA*, 1882, p. 1 - 2).

De acordo com as críticas proferidas pelo editorial do *Jornal da Parahyba* ter um magistério que adentrava no serviço público através de apadrinhamento e proteção política sem nenhuma exigência quanto à capacidade intelectual causava prejuízos à instrução primária, inclusive, aos alunos mais pobres, que frequentavam as aulas públicas. Pois, segundo o jornal, “[...] **não convém aos pais das infelizes famílias pobres**, porque alguns, d’entre elles, os mais instruídos, não cessão de queixar-se, que seus filhos saem das escolas sem saberem as matérias do ensino, adoptado no programma das mesmas escolas.” (*JORNAL DA PARAHYBA*, 1882, p. 2 – grifos nossos).

Durante o período aqui estudado, percebemos que a criação e extinção de aulas/cadeiras/escolas na Província buscou em alguns casos atender às reivindicações de famílias pobres – como veremos no caso da povoação de Mamanguape no capítulo seguinte –, como também na defesa geral da necessidade de criação de espaços para a difusão das letras entre a população, superando, inclusive, a ideia anteriormente defendida pela historiografia da educação ao considerar que “[...] a instrução escolar não se constituía em necessidade tão

premente que suscitasse, nos grupos sociais subalternos, movimentos reivindicatórios de acesso à escola”. (PINHEIRO, 2002, p. 29).

No ano de 1850, o número de cadeiras de aulas de primeiras letras em todo território da Província, a partir das informações contidas no relatório do presidente, Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, totalizava 37 cadeiras públicas, divididas em 34 para o sexo masculino e 3 para o sexo feminino, somando um total de 303 alunos matriculados, como observaremos no quadro

01

Quadro 01: Mapa das Cadeiras de Latim e de primeiras letras do sexo masculino e feminino da Província da Parahyba, com declaração das datas, e natureza de seus provimentos e o número de alunos que cada uma tem.

NATUREZA DAS AULAS.	Localidades.	Nomes dos Professores.	Natureza dos Provimentos.	N. DE ALUMNOS.	TOTAL.
LATIM	Cidade de Arêa.	Joaquim José Henriques da Silva....	Provisão vitalicia em 27 de Julho de 1842.....	19	19
	Villa do Pombal Villa de Souza..	Manoel Luiz dos Santos..... Amaro Gomes dos Santos.....	Idem de 22 de Agosto de 1848..... Idem em 6 de Agosto de 1838.....	13 22	35
PRIMEIRAS LETRAS PARA O SEXO MASCOLINO.	Cidade da Parahyba Varadouro.....	Antonio da Costa Rego Moura..... Joaquim da Silva Guimarães Ferreira.	Idem pª Piancó em 7 de Fevrª de 1833 e Cidade em 30 de Mçª de 41 Idem para Itabaiana em 9 de Março de 1833, e Varadouro em 16 de Março de 1841	13 3	254
	Cabedello.....	Manoel Garcia do Amaral.....	Idem em 17 de Abril de 1849.....	87	
	Lucena.....	P. Augusto Syrrillo d’Oliveira e Mello	Idem em 5 de Abril de 1848.....	24	
	Santa Rita.....	Angelo Miguel de Souza.....	Idem para Alhandra em 5 de Abril de 1839, e Santa Ritta por apostilla de 27 de Julho de 1848		
	Espirito Santo...	P. Firmino Herculano de Figueirêdo	Idem em 22 de Agosto de 1848.....		
	Jacoca.....	Francisco Jordão Stuart.....	Idem em 7 de Maio de 1851.....		
	Itabaiana.....	José Luiz Pereira.....	Idem em 6 de Maio de 1851.....		
	Pedras de Fogo.	Estavam Coelho de Mello.....	Idem para Alhandra em 27 de Maio de 1836, para a Jacoca em 14 de Janeiro de 1839, e Pedras de Fogo em.....		
	Alhandra.....	Manoel Jeronimo do Sacramento..	Idem para Piancó em 11 de Julho de 1839, e para Alhandra em...		
	Pitimbú.....	Francisco Ignacio da Silva.....	Idem para Itabaiana em 28 de Abril de 1848, e Pitimbú em....		
Mamangoape...	FrancºPulquerio Gonçalves d’Andrade	Idem em 28 de Janeiro de 1830.....	24	254	
Bahia da Traição	Antonio Luiz de Mello.....	Idem pª Gurinhem em 31 de Mª de 1834 e Bª em 2 de Agosto de 37.....			
Pilar.....	Ciro Deocleciano Ribeiro Pessoa....	Idem em 31 de Maio de 18[??] 7.....	24	254	
Ingá.....	João de Almeida Costa.....	Idem em 15 de Abril de 18[??]			
PRIMEIRAS LETRAS PARA O SEXO FEMININO.	Cidade d’Arêa...	Antonio Victor Pereira.....	Para Tambaú em 7 de Fevereiro de 1833, aposentado em.....	24	254
	Alagôa Grande..	Antonio José Gomes Barbosa...	Vaga 26 de Maio de 1829.....		
	Campina Grande	José Soares Alves de Almeida.....	Idem em 4 de Agosto de 1832.....		
	Alagôa Nova...	Joaquim José da Costa Mattos.....	Idem em 7 de Agosto de 1832.....		
	Independencia...	.Padre Manoel de Carvalho e Silva	Idem em 7 de Fevereiro de 1833 e reentregue em.....		
	Serra da Raiz.	Gregorio Magno Borges da Fonseca	Idem de Piancó em 12 de Junho de 1834, pª S. Rita em 2 de Agtª de 1837,		
	Bananeiras.....	João Ribeiro Campos.....	aposentado em 19 de Abril de 43, e Bananeiras em.		
	Cuité.....	Antonio Theodoro Serpa....	Idem em 4 de Junho de 1834.....		
	Natuba.....	P. José Avelino Monteiro de Lima.	Interinamente em 11 de Maio de 1849.....		
	S. João.....		Vaga.....		
Boa-Vista.....		Idem provida em 21 de Abril de 1849.....			
PRIMEIRAS LETRAS PARA O SEXO FEMININO.	Pombal.....	Francisco José da Rocha Formiga.	Idem em 6 de Maio de 1851.....	24	254
	Piancó.....		Vaga.....		
	Pattos.....	Francisco Herculano de Medeiros...	Provida em 18 de Novembro de 1838.....		
	Catolé.....	José Torquato de Sá Cavalcanti....	Idem em 13 de Setembro de 1848.....		
	Souza.....	Antonio de Hollanda Cavalcanti..	Idem em 23 de Julho de 1834.....		
FEMINª	Cidade da Parahyba Varadouro.....	Maria da Conceição Cabral..... Maria das Neves Manoela de Mello.	Idem em 23 de Junho de 1828..... Idem em 29 de Maio de 1838.....	27 22	49
	Cidade d’Arêa..	Anna Umbelina Cavalcanti Chaves..	Idem em 20 de Maio de 1840.....		
Total de alunos: 357					

Fonte: FERRONATO, Cristiano. A instrução pública na Parahyba do Norte: discursos, falas e relatórios de presidentes da província (1837-1889) [recurso eletrônico]. In: CURY, Cláudia Engler; ANANIAS, Mauricéia; PINHEIRO, Antonio Carlos F. **Coleção Documentos da Educação Brasileira.** Vitória, ES: SBHE/Edunit/Virtual Livros, 2015.

⁷ Informação reproduzida a partir do documento original.

Como podemos observar no quadro, as informações sobre as aulas eram incompletas e nem todos os relatórios traziam os números de alunos frequentes. O que nos indicou que mesmo depois do Regulamento de 1849 com a criação do cargo de Diretor Geral e dos comissários da instrução a forma de fiscalizar não teria sido suficiente, como relatou o presidente Francisco Araújo de Lima, no relatório de 1863, ao propor que a instrução na Província precisava passar por uma reforma e “[...] a mais necessaria me parece a relativa á inspecção das escolas. O systema actual de Commissarios não estipendiados quasi equivale á não haver inspecção; e, entretanto, a Provincia não póde crear mais esta classe de empregados com a precisa retribuição”. (PARAHYBA DO NORTE, Província. Relatório..., 1863, p. 17).

No conjunto de Documentos Diversos da Instrução, as informações acerca da quantidade de cadeiras e matrículas desse mesmo ano era superior aos dados presentes no relatório. Para o ano de 1850, existiam na Província 54 cadeiras para o sexo masculino com o total de 1.849 meninos matriculados e 14 cadeiras do sexo feminino, totalizando 362 meninas matriculadas. E 12 escolas particulares que foram frequentadas por 94 alunos do sexo masculino e 77 do feminino.

Palacio do Governo da Parahiba 28 de Fevereiro de 1850 Ill^{mo} E^{mo} Senhor.
Existem na provincia cadeiras da instrucção primaria: 54 para o sexo masculino e 14 para o feminino. As primeiras forão frequentadas durante o ano passado por 1:849 meninos; as segundas por 362 meninas. Existe mais nesta capital um internato de meninas, ainda em começo com 9 pensionistas = São 12 as escolas particulares conhecidas as quaes forão frequentadas por 94 alunos do sexo masculino e 77 do Feminino. (CURY; ANANIAS; PINHEIRO, 2015, p. 139).

Diante do exposto percebemos a dificuldade em realizar análises a partir dos dados apresentados. Nos dois casos, os números presentes no relatório e nos Documentos Diversos demonstraram uma diferença considerável de aulas públicas e a quantidade de matrículas desses alunos, indicando duas informações distintas sobre a quantidade de cadeiras. Por outro lado, não é de nosso interesse defender qual dos documentos estaria com a verdade e sim aproximarmo-nos de forma *verossímil* das realidades que os documentos indicam, a própria ausência de informações foi entendida como indicativo da organização da instrução do período, mais do que críticas, as lacunas demonstraram as dificuldades não só em organizar como também em relatar a instrução pública e particular.

Apresentar dados quantitativos acerca das aulas/cadeiras/escolas como contribuição para a história da educação foi uma das metas definidas durante o período desta escrita. No entanto, as dificuldades encontradas não nos permitiram apresentar informações mais precisas

sobre esses dados, “[...] se as cadeiras estavam em funcionamento, mas os dados não foram enviados, se as aulas estavam paradas e isso não foi registrado ou, se foram enviados e não registrados, não foi possível identificar”. (ANANIAS, 2014, p. 11).

Por outro lado, cientes dessa dificuldade, entendemos a importância de apresentar, ainda que incompletas, as informações encontradas nas fontes oficiais sobre a quantidade dessas aulas, sejam públicas ou particulares.

No quadro abaixo, há um quantitativo dos alunos que frequentaram as escolas públicas da instrução primária em toda a Província, durante os anos de 1854 a 1862.

Quadro 02: Mapa demonstrativo do número de alunos que frequentaram as escolas públicas de instrução primária durante os anos de 1854 a 1862.

Annos.	Numero de cadeiras	Alunos do Sexo masculino	Numero de cadeiras	Alunas do Sexo feminino	Total das cadeiras	Total dos alumnos	Observações.
1854	37	1239	5	133	42	1372	“Não se pode garantir a exactidão do numero de alumnos pela inexactidão dos mappas”. (PARAHYBA DO NORTE, Província. Relatório..., 1864, p. 10).
1855	37	1213	5	123	42	1336	
1856	38	1230	5	122	43	1352	
1857	44	1452	12	154	56	1606	
1858	44	1570	12	279	56	1849	
1859	54	1846	14	362	68	2208	
1860	64	1697	15	352	69	2049	
1861	39	1371	15	362	54	1733	
1862	39	1403	15	319	54	1722	
1862	41	1362	15	404	56	1766	
Somma		14383		2610		16993	

Fonte: Secretaria da Instrução Publica da Parahyba, 31 de Agosto de 1864. Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte no dia 1º de Outubro de 1864 pelo Presidente, Dr. Sinval Odorico de Moura. Parahyba, Typ. de J.R. da Costa, 1864.

De acordo com informações contidas no relatório do presidente Theodoro Machado Freire Pereira da Silva, os números poderiam ainda ser menores “[...] se os mappas das escolas fossem exactos; mas não o são, pois os professores costumam exagerar o numero de seos

alumnos para simularem zelo, ou não ficaram abaixo do maximo legal, o que daria logar á que outras aulas fossem fechadas”. (PARAHYBA DO NORTE, Província. Relatório..., 1868, p.13).

E o presidente continuou,

[...] ainda mesmo que isso não sucedesse, avaliando que a população livre da Província seja de 300.000 almas e que o numero de meninos com idade escolar corresponde a um sétimo da população, termo estabelecido nas estatísticas para o caso, deveria existir 42, 857 meninos, capazes de freqüentar as aulas; e no entanto a freqüência a que dão os mappas é tão sómente de 2,814 alumnos! É visto que tão desfavorável resultado não altera-se, incluindo-se no calculo o numero de 200 meninos que aprendem nas sete escolas particulares que há na Província. (PARAHYBA DO NORTE, Província. Relatório..., 1868, p. 13).

Os discursos dos presidentes da Província e do diretor geral da instrução denunciavam que as aulas públicas existentes não eram suficientes para atender as necessidades da Província. De acordo com o presidente Ambrozio Leitão da Cunha, no ano de 1859, o número de escolas e a freqüência dos alunos não correspondia ao número de habitantes,

Existem actualmente na provincia 68 cadeiras do ensino primario, sendo 54 para o sexo masculino, e 14 para o femenino. D’aquellas estão providas interinamente 8, e destas 2. Todas as mais teem professores vitalicios. As primeiras forão frequentadas durante o segundo semestre do anno findo por **1:849 alumnos**. As segundas por **279**. Nem o numero das escolas, nem a sua frequencia me parece que correspondão devidamente á população da provincia, computada em **210:000**. Hei de estudar devidamente este assumpto e providenciar convenientemente, ou reclamar de vós as medidas que não se incluíram nas minhas attribuições, ou nas authorizações que tendes dado á presidencia. No entretanto dizer-vos-ei já: Que tenho ouvido a pessoas competentes, e o confirma o director da instrução publica que a distribuição actual das cadeiras não é a melhor: pois que povoados há, onde seriam ellas dispensaveis, entretanto que outros mais importantes estão privados d’aquelle beneficio. (PARAHYBA DO NORTE, Província. Relatório..., 1859, p. 11, grifos nossos).

O diretor geral da instrução Manoel Porfírio Aranha, em 1861, também afirmou a necessidade de aumentar o número de escolas primárias, a fim de alcançar as necessidades da Província:

O numero das cadeiras existentes não pode satisfazer as verdadeiras necessidades da Província. [...] E’ pois manifesta a necessidade que ha de augmentar-se o numero de escolas do ensino primário. Não desconheço que se achão em má circumstancias as finanças da Província, mas entendo que as necessidades deste ramo de serviço, devem ser atendidas de preferencia as de qualquer outro, e que por amor delas é justo que se fação todos os possiveis sacrificios. (PARAHYBA DO NORTE, Província. Relatório do diretor geral da instrução... 1861, p. 2).

No entanto, percebemos que existia uma distância considerável entre o discurso e a prática dos gestores quanto à instrução primária na Província. O que aparentemente seria uma preocupação quanto ao número das cadeiras existentes e as ações para criação e manutenção das aulas, se manifestava, muitas vezes, no fechamento de algumas cadeiras alegando serem poucos os recursos, conforme determinou o presidente Francisco Araújo Lima:

Os recursos da Provincia não comportavam, e não comportam, o crescido numero de cadeiras de instrucção primaria, que existia: foi isto por Vós reconhecido assim e induz a crer a existencia da Lei nº 12 de 8 de Agosto de 1860. Usando da autorização concedida no art. 4 da dita Lei por portaria de 18 de Junho ultimo, extingui as seguintes cadeiras: a 2.^a do bairro alto da capital, as de Tambaú, Cachoeira de Cebolas, Serra do Pontes, Cuité de Independencia, Araruna, Bethlem, S. João e S. José de Piranhas, Santa Luzia, Mulungú, Alagoa do Monteiro, Boa Vista, Pocinhos, e a de Fagundes; das quaes estavam providas vitaliciamente as de Mulungú e Santa Luzia, e sem titulo vitalico as de Fagundes, Alagoa do Monteiro, Pocinhos e Boa Vista. (PARAHYBA DO NORTE, Província. Relatório..., 1861, p. 6).

Sobre o fechamento dessas cadeiras, encontramos no Jornal *A Regeneração* uma defesa da atitude do governo provincial em suprimi-las, usando a mesma justificativa da falta de recursos da Província.

Existem innumeras cadeiras do ensino primario derramadas pela provincia, muitas das quaes só servem de dar direito aos respectivos professores a perceberem os 800\$000 rs. annues, ordenado que em outras partes do Imperio não se paga tão vantajoso, sem prestarem ellas vantagem alguma, visto não satisfazerem seus fins. A supressão de taes cadeiras não trará á provincia reconhecida conveniencia?
Assim, portanto, é nossa opinião que a redução dessas despesas se poderá faser sem offensa as nossas leis, bem como a supressão de outras, taes como as da illuminação publica, que de facto já não existe, e as das obras publicas, visto não haverem meios para se faserem essas obras. (*A REGENERAÇÃO*, 1861, p. 2).

A análise realizada compreendeu a necessidade de se posicionar com críticas às matérias dos impressos paraibanos, considerando que ora eram os liberais que estavam no poder, ora os conservadores. E os jornais, em maioria, identificavam-se como partidários, dispostos a fazerem oposição frente aos governos à época da oposição.

A Regeneração era considerado um jornal Político, Litterario, Noticioso e Commercial seguindo a posição política de crítica à direção da instrução pública sobre a supressão de algumas cadeiras de primeiras letras.

A instrucção publica, mal dirigida e insuficiente como temos, em vez de ter desenvolvimento foi restringida. A falta de dinheiro motivou a supressão de muitas cadeiras de ensino primario em lugares populosos.

Sobre a administração da justiça, essa necessidade vital de um povo, muito teria a dizer para mostrar a marcha tortuosa e irregular que em certos pontos especialmente soube dar-lhe o maldito espirito de partido reflectindo a dubiedade, vacilação, individualismo, e abatimento moral, característicos da politica inventada pelos bons governos que temos tido de algum tempo para agora. (A *REGENERAÇÃO*, 1861, p. 3 - 4).

O *Jornal da Parahyba*, no ano de 1882, questionou a quantidade de escolas existentes na Província, considerando o número de habitantes.

Sem dúvida as 75 escolas de instrucção primaria existentes na provincia, de modo algum correspondem as necessidades da população, não somente por ser este numero muito reduzido e desproporcionado a mesma população já bastante avultada, e tão dissiminada por uma grande extensão de territorio, como também por outros motivos entre os quaes figura em primeiro lugar o da falta de habilitações da maxima parte dos respectivos professores, cujo ensinamento limita-se as noções puramente rudimentarias, e isto mesmo sem methodo, e por conseguinte, sem o bom aproveitamento aos alumnos. E' pois, intuitiva a utilidade de uma Escola Normal para instrucção theorica e pratica dos futuros mestres. (*JORNAL DA PARAHYBA*, 1882, p.1).

Por outro lado, percebemos nos Documentos Diversos da instrucção que a população paraibana não esteve inerte a este movimento de criação e supressão das cadeiras. Encontramos alguns abaixo-assinados solicitando a reabertura de cadeiras extintas.

Em Fagundes no ano de 1861, um documento destinado à Câmara Municipal indicava haver naquele lugar uma aula que fora suprimida.

Os abaixo assignados habitantes da Povoação de Fagundes e seus suburbios, formados na salutar disposição do § 30 do art. 179 da Constituição política do Império vem respeitosa e humildemente diante dessa illustrissima Câmara suplicar, para o que como órgão do município, e conhecedora das necessidades desta infeliz e dislumbrada Povoação faça restaurar a Cadeira do ensino primario, e reentregar ao Magistério o respectivo ex. Professor Jose Joaquim Franco demettido por Portaria de 18 de Junho do corrente anno de conformidade com o art. 4º da Lei nº 12 de 8 de Agosto do anno p. passado; e os motivos de sua súplica são as seguintes: Que o Professôr demettido, dotado de uma conducta exemplar e de optimas qualidades tem desempenhado as funções seu cargo com dedicação e interesse, appresentando sempre zêlo e cuidado pelo adiantamento e progredos de seus discípulos que graças a esse zêlo e interesse tem aproveitado consideravelmente; Que a Cadeira de Fagundes sempre foi freqüentada pelo **crescido número de trinta a quarenta alumnos**; Que esta Povoação e seu destrito muito concorre para o augmento das rendas da Província pelo avultado número de tres a quatro mil sacas de Lám que annualmente bota para o mercado da Capital, e o do da Praça do

Reciffe e o dizimo do gado vaccum, que em comparação a certas localidades muito avulta; Que as Cadeiras mais próximas a esta Povoação são as das Villas do Ingá e Campina Grande, distantes tanto de uma como de outra cinco léguas de mãos caminhos; Que finalmente esta esquecida Povoação não tem fruído outro beneficio do Governo se não uma Aula publica do insino primario a dois annos criada e agora com surpresa suprimida: Por essa razões estando os habitantes de Fagundes saptisfeitissimos com seu Professôr, não pouparão exforços para restauração da Cadeira e reentregação delle. E sendo assim os Supp.^{es} humildemente ponderao a Illustrissima Câmara para lembrar a quem competir, que as leis em que foi firmada a demissão desse Professôr, não comprehendendo, e nem devia comprehender aquellas Cadeiras que se achão na circunstância da de Fagundes: a Lei falla tão somente daquellas Cadeiras, que foram dispensáveis pela pouca utilidade que préstão; mas uma Cadeira freqüentada pelo crescido número de **trinta e seis alumnos em uma estação invernosa, cujo numero he superiôr ao de algumas Villas da Província**, não presta pouca utilidade. E por isso confião e esperão sua inteirêsa de VV. SS^{as} somente dominados pelo interesse publico, facão chegar este pequeno brado ao poder competente, a fim de que seja o Professôr de Fagundes reentregado, e a Cadeira restabelecida. Por essa forma terão VV. SS^{as} promovido o beneficio, talvez o unico bem dos habitantes de Fagundes, que veem-se actualmente privados de fornecer a seus filhos o ensino elementar. (PARAHYBA DO NORTE, Província. Documentos Diversos..., 1861, paginação irregular, grifos nossos).

Depois do documento assinado e remetido aos membros da Câmara Municipal pela população de Fagundes foi possível localizar a reabertura da cadeira no ano de 1864, mas, dessa vez com outro professor: José Mancio Barbosa.

Forão ultimamente restabelecidas as cadeiras do ensino primario das povoações de S. João, Serra do Pontes, Fagundes, e Cachoeira de Cebolas, as quaes já estão providas, com professores effectivos as duas primeiras, e com interinos as outras; achando-se pois assim elevado a sessenta o numero de cadeiras de primeiras letras da provincia. (PARAHYBA DO NORTE, Província. Relatório..., 1864, p. 4).

O movimento realizado pela população exigindo das autoridades provinciais a reabertura das escolas em determinada localidade contradiz o discurso de que as famílias eram “[...] indolentes e pobres utilizam-se muito cedo do trabalho dos filhos ainda tenros para o serviço do campo, ou para qualquer outro mister immediatamente lucrativo e deixão de mandá-lo as escolas”. (CURY; ANANIAS; PINHEIRO, 2015, p. 139).

A atitude dessas famílias de exigirem das autoridades a reabertura das escolas de primeiras letras, nos levou a questionar os discursos dos presidentes da Província. As famílias eram acusadas de não se importarem com a instrução dos seus filhos, as preocupações e encaminhamentos de petições e abaixo-assinados indicaram conflitos entre o que era proclamado e o que era vivido na capital e nas diversas vilas e cidades da Província.

A Província fechava as escolas por considerar que a condição financeira dos cofres públicos era insuficiente para manter as aulas; as famílias se posicionavam contrárias às decisões, agindo, em algumas vezes, de maneira legal e organizada para prover as aulas públicas para seus filhos, mostrando um movimento para além das ausências e culpas anunciadas nos relatórios dos presidentes da Província. Indicando que a população – ao menos parte dela – estava inserida nos debates acerca da instrução pública, influenciando inclusive nas decisões a serem tomadas pelo poder provincial.

No tópico seguinte, apresentaremos as aulas/escolas particulares existentes na Província, como alternativa para escolarização de uma parcela da população mais abastada da sociedade paraibana.

3.2 Aulas/escolas particulares

As aulas particulares na Província da Parahyba do Norte, estavam “[...] subordinadas às instruções normativas determinadas pelo Estado”. (PINHEIRO, 2009, p.1). O que indica, que a autorização para abertura de aulas por particulares, bem como a fiscalização, estavam sob a égide do poder público provincial, o que nos permitiu encontrar alguns dados sobre elas, ainda que com maior dificuldade, pois não conseguimos mapear todas as informações que pretendíamos.

Com o decorrer da pesquisa, percebemos que a criação das aulas particulares na Província acontecia de forma mais frequente nos bairros da Capital, e, esporadicamente, no interior e nas cidades consideradas mais “importantes”. Além da Capital, cidades como Areia e Mamanguape apareceram registradas como ofertantes de aulas.

Quadro 03: Números de aulas particulares da instrução primária na Província da Parahyba do Norte: 1849 – 1867, por localidades.

Ano	Localidade	Aulas para meninas	Total de alunas	Aulas para meninos	Total de Alunos
1849	Capital	3	55	2	60
1850					
1851					
1852					
1853	Cidade da Parahyba (capital)	1	22	3	102
	Santa Luzia			1	
	Serra do Teixeira			1	
1854	Capital Mamanguape	10 1		4	
1855	Cidade da Parahyba (capital)	10	136	4	
1856					
1857			125		
1858	Capital	4	----	6	-----
1859	Capital Cajazeiras	4 1		5	
1860					
1861	Capital Cidade d'Areia Patos Souza Cajazeiras	1		3 2 1 1	
1862	-----	3	41	6	143
1863	-----	3	50	11	195
1864	Capital Fagundes Areia Cabedelo	2 1		4 1 1	
1865	Capital Cabedelo Pedras de Fogo	2 1 1	37 6 41	3	86
1866	-----	2		10	
1867	Capital Mamanguape Boqueirão	1		4 1 1	

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir das informações encontradas nos relatórios dos presidentes da Província.

Assim como os dados referentes às aulas públicas as informações apresentadas no quadro 03 também estão incompletas, mais uma vez as lacunas podem propiciar debates; por exemplo, se observarmos a quantidade de aulas para meninas e o total de alunas matriculadas, percebemos que os meninos frequentaram mais aulas particulares que os meninas. E podemos deduzir, por aproximação, que cada aula era frequentada por 25 alunas e/ou alunos.

Outro dado importante que corrobora com o que dissemos anteriormente, em todos os anos que identificamos o local da criação de aulas, a Cidade da Parahyba – Capital da Província, estava provida por mais de uma aula particular tanto para meninas como para meninos.

Nos anos de 1862, 1863 e 1866 não encontramos as informações da localidade em que existiam as aulas particulares, como podemos observar no quadro. Mesmo assim, há informações da existência dessas aulas no relatório do presidente da Província. Ao afirmar que no ano de 1861 “[...] os dados estatísticos, que foi possível obter acerca das escolas particulares do ensino primário, são incompletíssimos pela relutância dos respectivos professores, quanto á remessa dos mappas de informações, e pouca energia dos commissários no emprego das multas”. (PARAHYBA DO NORTE, Província. Relatório, 1861, p. 9).

As aulas particulares na Província da Parahyba do Norte, como já anunciado, estavam sujeitas a inspeção das autoridades da Província,

Em virtude do artigo 30 da Lei n. 11 do anno passado, publiquei dous regulamentos, creando em hum delles a Directoria Geral da Instrucção Publica, e outro estabelecendo as regras para o ensino nas Escolas: **sujeitei as escolas particulares à inspecção do Director Geral**, e uniformisei por este modo o ensino. Era para desejar que essa uniformidade fosse em todo o Império, para que se estabelecesse melhor a nacionalidade pela identidade de idéias, e sentimentos entre todos os cidadãos, como se fosse de uma mesma família. (PARAHYBA DO NORTE, 1849, p. 12-13, grifos nossos).

Quadro 04: Mapa dos alunos que frequentaram diversas aulas particulares de instrução primária, tanto do sexo masculino como do feminino

Localidades	Nomes dos Professores.	Sexos	N.º de alunos	TOTAL.	Observações.
Capital.....	João Licinio Vellozo.....	Masculino.	20	147	“Além das cadeiras do sexo feminino mencionadas no presente mappa, existe mais um collegio nesta capital sob a direção de D. Idalina d’Assumpção Henriques e duas irmãs”. (PARAHYBA DO NORTE, Província. Relatório..., 1864, p. 17).
».....	Adriano Francisco Ferreira Neves.....		8		
».....	João Hamilton.....		60		
».....	Chirstovão de Hollanda C. Dias Parede.		25		
Fagundes...	José Borges da Rocha.....		10		
Arêa.....	Manoel Ezequiel Pompeo de Oliveira....		24		
Capital.....	Francisca de Paula Pernambucana.....	Feminº	17	29	
».....	Alexandrina Eudocia da Costa Ribeiro..		4		
Cabedello..	Rosalina Joaquina Soares.....		8		
Somma.....				176	

Fonte: SECRETARIA da Instrucção Publica da Parahyba, 31 de Agosto de 1864. Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte no dia 1º de Outubro de 1864 pelo Presidente, Dr. Sinval Odorico de Moura. Parahyba, Typ. de J.R. da Costa, 1864.

A estatística, para além das aulas na Capital, indicava aula em Areia. Encontramos informações referentes à aula do professor João Licínio Vellozo na Capital da Província citada no Jornal *O Imparcial*, do ano de 1861, em um anúncio que versava sobre a oferta da aula e o valor que cada aluno deveria pagar mensalmente.

O abaixo assignado avisa aos pais de famílias, que o ensino de sua aula particular de 1^{as} letras e grammatica latina terá principio no dia 7 de janeiro do corrente na casa n. 50, sita na rua Direita d’esta cidade. O mesmo declara que a paga mensal de cada alumno será 3\$, e a sua aula será funcionada duas vezes por dia.

Parahyba 2 de Janeiro de 1861. João Licinio Vellozo. (*O IMPARCIAL*, 1861, p. 4).

Na década de 1880, encontramos a indicação de um aluno negro, filho de uma escravizada, que frequentou a aula do professor João Licínio Veloso. O aluno chamava-se Eliseu Elias Cesar, nascido dias antes da Lei do Ventre Livre, filho registrado de Dulcídio Augusto Cesar que pertencia à uma família rica da Província.

A infância de Eliseu Cesar não foi marcada de grandes amarguras. Seu pai natural não o perfilha, mas, também não o despreza. E o tira da senzala. E sua avó paterna Vicência Ferreira de Albuquerque Cesar, o acolhe em seu lar virtuoso. Cria-o com o maior desvelo. Manda-o para a escola. Ensina-lhe religião, sentimento que transparece no misticismo exaltado de sua poesia. (NÓBREGA FILHO, 1953, p. 290).

A breve história de Eliseu Elias Cesar que se tornou um jornalista influente na época foi contada pelo Acadêmico Seráfico Nóbrega na sessão de posse na Academia Paraibana de Letras, no ano de 1953. E teve seu discurso publicado na Revista da Academia Paraibana de Letras dois anos depois.

Seráfico Nóbrega considerou que Eliseu Cesar teve o repúdio do seu professor durante a infância por ser filho bastardo, como diziam à época, e que chegou a ser considerado pelo professor João Licínio como um dos piores alunos da escola.

Eliseu Cesar teve na infância, o repúdio de seu mestre. Achincalhava-o o motejo dos meninos da cidade. E quase todos contavam ainda histórias, de heróis da guerra do Paraguai, de comerciantes, de políticos, de magistrados, de advogados, de senhores de engenhos e de senhores de escravos. E Eliseu era apenas um moleque bastardo criado por uma família de brancos. (NÓBREGA FILHO, 1953, p. 284).

Não estranhemos a presença de um aluno negro na aula, uma vez que a família que o criava tinha condições financeiras para pagar. Por outro lado, a informação ainda pode ser considerada uma novidade por revelar a presença de um aluno negro, em um espaço idealizado para os filhos das elites brancas da cidade, o que justificaria o desprezo enfrentado por Eliseu Cesar⁸ no período em que ele frequentou a escola.

No livro *O Tambiá da minha infância*, as aulas particulares apareceram como frequentes nas casas dos professores:

Antes da esquina para a rua Santo Elias, o comandante das Guardas da Alfândega, Beiriz, morava com sua irmã Chiquinha Beiriz, mestra de letras, costumes e bordados. Compreende-se: uma escola feminina, de acordo com a

⁸ Agradeço a informação repassada sobre Eliseu Elias Cesar pela professora doutora Solange Rocha do Departamento de História da UFPB e do Programa de pós-graduação em história- PPGH, que tem se dedicado às pesquisas de homens e mulheres negros na Paraíba Oitocentista.

época: - as meninas, após as lições de escrita, leitura e contas, sentavam-se de pernas cruzadas sobre esteiras de carnaúba e executavam a tarefa determinada pela mestra. Um longo cipó-pau alertava o ânimo das preguiçosas, das descuidadas. (MEDEIROS, 1994, p. 32).

Poder-se-ia conjecturar sobre a movimentação oferecida por uma aula em uma casa, por exemplo, os empregados das famílias assistiam as aulas? E os escravizados, que realizavam os serviços domésticos, percebiam a circulação e prestavam atenção no ensinado?

Diante da dificuldade em responder essas questões, optamos por adotar a definição de Vasconcelos, que entendeu “[...] o ensino particular [como] àquele que era oferecido nos colégios particulares ou na casa dos mestres, que recebiam crianças e jovens para ensinar-lhes os conhecimentos estabelecidos”. (VASCONCELOS, 2005, p.17).

Dessa forma, entendemos que o ensino particular apresentava-se como uma alternativa de acesso às letras por parte da população mais abastada da sociedade paraibana. Sabemos que a educação no oitocentos não tinha como única alternativa a oferecida pelo governo. Mas, se configurava também em outras modalidades como a educação particular e a doméstica encontradas e, considerando os limites das informações das fontes disponíveis, aqui demonstradas.

3.3 Institucionalização da instrução pública primária

A institucionalização da instrução pública primária na Província da Parahyba do Norte, como em todo o Império brasileiro tinha a legislação como uma mediadora na formação moral dos alunos. Assim, as leis e regulamentos da instrução, para além de uma prescrição de criação de aulas, teriam uma “[...] conotação pedagógica implícita na ação legislativa: a lei moldaria o caráter, ordenaria as relações, civilizaria o povo, construiria a nação”. (FARIA FILHO, 1998, p. 113). A análise considerou a criação dos regulamentos gerais da Parahyba do Norte a partir dessa complexa orientação:

Quadro 05: Regulamentos Gerais da Instrução na Província da Parahyba do Norte – (1849 – 1889).

Ano	Localização	Tipo do Documento
1849	Dois regulamentos publicados na íntegra na coleção Documentos da Educação Brasileira. (LEIS E REGULAMENTOS..., 2004).	Regulamento Geral da Instrução
1852	Não localizado, embora os relatórios dos presidentes de Província e alguns jornais da Paraíba façam diversas referências a ele, sabemos apenas da sua existência.	Regulamento Geral da Instrução
1860	Texto localizado na íntegra na Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife.	Regulamento Geral da Instrução
1864	Texto publicado na íntegra na coleção Documentos da Educação Brasileira. (LEIS E REGULAMENTOS..., 2004).	Regulamento Geral da Instrução
1879	Texto não encontrado.	Regulamento Geral da Instrução
1881	Texto não encontrado. Assim como o regulamento de 1879, sabemos apenas da sua existência através das leituras realizadas nos jornais.	Regulamento Geral da Instrução
1884	Texto localizado na íntegra no Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte	Regulamento Geral da Instrução
1886	Texto publicado na íntegra na coleção Documentos da Educação Brasileira. (LEIS E REGULAMENTOS..., 2004).	Regulamento Geral da Instrução

Fonte: Quadro elaborado a partir das informações retiradas de Miranda (2012).

Os regulamentos de 1849, por serem os primeiros regulamentos da instrução pública e particular na Parahyba do Norte, foram analisados a partir das tentativas de uniformização da instrução no século XIX idealizada a partir da criação de regras gerais para as aulas, proposta de utilização de um método específico- o simultâneo- e de fiscalização e controle das aulas públicas e particular na Província, em especial com a criação do cargo de Diretor Geral da instrução e dos comissários, como estava prescrito no artigo 7º - “[...] as aulas públicas dos particulares ficam sujeitas a mesma inspeção, que as aulas nacionais, ficando inteiramente a autoridade competente, a fechar a escola, ou estabelecimento”. (LEIS E REGULAMENTOS..., Regulamento de 1849, p.21).

Os artigos 1º ao 8º do regulamento de 20 de Janeiro versavam sobre a infraestrutura das escolas para o funcionamento das aulas, que na maioria das vezes eram ministradas em casas de responsabilidade dos professores, sob inspeção do diretor ou do comissário da instrução pública.

No século XIX era comum que as aulas públicas funcionassem em casas de professores ou alugadas, denominadas por Faria Filho e Vidal (2005), como Casas-escolas. No entanto, o diretor da instrução pública, Manrique Victor de Lima, em seu relatório destinado à presidência da Província no ano de 1853, mostrou-se bastante insatisfeito com o funcionamento das aulas nas casas dos professores.

No Relatório passado propuz, como medida de notoria utilidade, a remoção das escolas para fóra das casas de residencia dos Professores, insisto de novo pela mesma providencia estando ainda na convicção de que não póde deixar de soffrer o ensino publico com a accomodação promiscua dos meninos e da familia do Professor no mesmo edificio, devendo ser a escola mal inspeccionada quer pelo Commissário, quer pelos mesmos paes de familia interessados em testemunhar e conhecer o methodo por que são instruidos e educados os seus filhos, sendo certo que com menos embaraço se entra n'uma casa publica do que n'uma de familia onde se exerce funcção publica; além de outras razões que omitte com as quaes o anno passado motivei esta providencia mostrando os meios de a levar a effeito. (PARAHYBA DO NORTE, Relatório... 1853, p. 23).

As aulas públicas na Província paraibana também funcionaram em diversos lugares, revelando com isso a dificuldade em definir um lugar específico para as aulas naquele momento. A fala do diretor geral da instrução ampliava o debate, pois anunciava as críticas em considerar o espaço privado como indigno da instrução das crianças.

Pinheiro (2002), fez referência a essa situação constrangedora que algumas vezes fizeram parte no interior das aulas, por funcionarem em espaços privados, ao apresentar uma solicitação destinada ao diretor da instrução pública no ano de 1865 sobre uma aula primária destinada a meninas na Vila de Bananeiras, no qual o solicitante declarava que as alunas estavam expostas a ouvirem palavras desonestas do marido da professora:

Para o Sr. Director da Instrucção Pública lêr.

Pede-se ao Ilm, Sr, Director da instrucção publica que lance suas vistas sobre a cadeira de primeiras letras do sexo feminino, da villa de Bananeiras, onde as respectivas alumnas estão constantemente expostas a ouvirem as palavras mais doshonestas, devido ao estado de constante embriaguez em que vive o marido da professora.

É fácil de avaliar quanto se torna prejudicial semelhante factio á educação das crianças que presencião quase todos os dias, e supomos fazer um benefício denunciando-o pela imprensa e pedindo providencias contra sua continuação. (*O Tempo*, n.88, p. 33 *apud* PINHEIRO, 2002, p. 74).

Essa condição fomentava a insatisfação quanto ao “estado pouco lisonjeiro” da instrução pública, marca do discurso oficial. Unido a falta de espaço apropriado para as aulas de primeiras letras, estava a problemática referente aos ordenados recebidos pelos professores públicos.

A instrução primaria da Provincia não obstante as providencias, que se há dado, as reformas por que há passado, ainda se acha mui longe do estado de regularidade necessária para produzir os importantes e beneficos effeitos, que d’ella deve obter a sociedade: a pequenez e insignificancia dos ordenados dos Professores, não convidando a empregar-se no magisterio pessoas mais habilitadas e instruidas, é em minha opinião huma das causas que produzem aquelle resultado: seria mais conveniente que se restringisse o numero de Cadeiras de 1.as Lettras, e se augmentasse o ordenado dos respectivos Professores. (PARAHYBA DO NORTE, Exposição... 1851, p. 7).

A proposta do vice-presidente da Província, Frederico de Almeida e Albuquerque, defendia suprimir algumas cadeiras do ensino primário para aumentar os ordenados dos professores. No entanto, não estamos convencidas que essa proposta foi consolidada, pois durante todo período estudado os baixos ordenados e a queixa em relação à formação dos professores estiveram presentes nos relatórios do diretor geral da instrução e nos relatos dos professores.

Ao analisar os quatro casos que apresentaremos no capítulo seguinte - as aulas que indicaram a presença de alunos pobres na instrução pública primária-, e ao tomar o regulamento de 1849 como referência para análise do processo de institucionalização das aulas públicas, considerando inclusive os espaços escolares, os salários percebidos pelos professores e os métodos de ensino, destacamos, já neste capítulo, as informações sobre a configuração dessas aulas/ cadeiras/ escolas.

A partir de informações das aulas do professor Graciliano Lordão e do professor João Licínio que estavam localizadas na Capital, a primeira no Bairro Alto e a segunda no Bairro Médio, foi possível perceber algumas diferenças das aulas que existiam na Capital da Província das de outras localidades. Os salários dos professores eram maiores que os outros. A lei nº 9 de 29 de Outubro de 1858, indicava que os professores primários da Capital deveriam receber o ordenado de 700\$ e mais 200\$ de gratificação. Já os professores de outras localidades receberiam o ordenado de 600\$ e 200\$ de gratificação. (LEIS E REGULAMENTOS..., 1858 [2004], p. 37).

Os métodos indicados também se destacavam, as leis faziam referências aos métodos individual, mútuo, vulgar e simultâneo. Encontramos uma indicação do presidente da Província Ricardo José Gomes Jardim no ano de 1843, sobre o assunto, informando que “[...] as duas

Escolas de Primeiras Letras da Capital forão estabelecidas pelo methodo de ensino mutuo em virtude de artigo 4 da Lei de 15 de Outubro de 1827”. (PARAHYBA DO NORTE, Província. Relatório..., 1843, p. 16).

O artigo 8º do Regulamento de 1849 prescrevia que “[...] na porta de toda escola estarão inscritas as seguintes palavras: - Instrução primária pelo método simultâneo dirigido (aqui o nome do professor) ”. No artigo 42, o regulamento referia-se aos métodos de ensino e que os professores deveriam conhecer tais métodos,

Art.42- os professores devem conhecer os melhores métodos de leitura, e não cingirem-se ao antigo soletramento, em extremo defeituoso. O professor caprichará em dar os alunos uma pronúncia clara e distinta, não bastará que o discípulo leia as palavras, é mister que faça sentir a pontuação. (LEIS E REGULAMENTOS..., regulamento de 20 de janeiro de 1849 [2004], p.27).

Considerando a própria lei como produção social do momento de sua elaboração, nos pareceu que o caráter didático de explicação do método era uma preocupação dos legisladores. (ANANIAS, 2014). Assim, o presidente Sinval Odorico de Moura, em 1864, afirmou que o método de ensino que deveria ser adotado na Província, deveria ser “[...], aquelle que se propõe á preparar a intelligencia e o espirito dos cidadãos para a jornada da civilisação e do futuro [...]” (1864, p. 7), e propôs que o curso do ensino mútuo era o meio mais eficaz para instrução.

No entanto, Cury (2006) ao analisar

[...] os textos dos regulamentos de 1849, sobre os métodos de ensino, pode-se dizer que se tratava, na província da Parahyba, a utilização de um método misto. A organização das aulas e dos estudos, pela óptica dos legisladores, deveria realizar-se com a ajuda de decuriões ou monitores, mas a figura central da ação pedagógica era o professor. Lendo cuidadosamente os documentos, percebe-se que aos decuriões cabiam as tarefas de apoio ao professor como contar os alunos na chegada e saída das aulas, fazer a distribuição dos cadernos nas carteiras, apontar os lápis antes da chegada dos demais discípulos, mas nunca a tarefa de ensinar as lições no lugar do professor que deveria estar atento a toda e qualquer falha de seus discípulos quanto a leitura e escrita. (CURY, 2006, p. 50 – 51).

As proposituras de métodos acompanharam a dinâmica de desenvolvimento da própria forma de ensinar aos alunos, sem uma uniformidade estabelecida, os professores atuavam de acordo com suas possibilidades, arranjando as aulas considerando as diversas formas de conhecimento que tinham dos métodos anunciados.

Os jornais indicavam que a situação da instrução para os pobres aparecia como um problema que necessitava da atenção do governo provincial.

Dicemos, que d'entre essa mocidade tem de sahir cidadãos, que devem mais tarde tomar parte nos destinos da nação. Mas, infelizmente, esta nossa asserção não prevalece, em vista da desatenção do governo para com a educação das classes pobres, pois que, **além das taes escolas primarias**, não vemos outros estabelecimentos de instrucção, onde os **filhos da pobreza possam receber melhor educação, independente de impostos, além das grandes despesas com os livros necessarios**. Portanto, é uma verdade, e verdade incontestavel, - os infelizes das classes desprotegidas da fortuna não podem aspirar a sua elevação á posições eminentes, porque não tendo meios de seguirem os estudos superiores, embora muitos sejam dotados de intelligencia, ficam, por isso, nas posições humildes, em que nasceram! (*JORNAL DA PARAHYBA*, 1882, p. 2, grifos nossos).

Na citação acima o *Jornal da Parahyba* criticou a insuficiência de escolas primárias para que os “filhos da pobreza” tivessem acesso às letras e pudessem aspirar a inserção em um grau mais elevado de ensino devido às más condições que a Província oferecia para instrução de parte da população pobre.

O Jornal apresentava-se como de oposição ao governo: “[...] ainda que tarde vamos cumprir este sagrado dever d’uma imprensa d’oposição; mas sempre justa, moderada, e até tolerante com os seus adversários políticos [...]”. (*JORNAL DA PARAHYBA*, 1882, p. 2).

Outro aspecto importante que, recorrentemente, apareceu na documentação refere-se à defesa da obrigatoriedade da instrução.

O regulamento da instrução pública de 1860 prescrevia que os pais ou tutores deveriam enviar as crianças à escola “[...] Art. 67. Os paes, tutores, curadores, ou protetores, que tiverem em sua companhia meninos maiores de 7 annos sem impedimento physico ou moral, e lhes não derem o ensino pelo menos do 1º gráo, incorrerão na multa de 20 a 100\$ rs. conforme as circunstancias”. (*LEIS E REGULAMENTOS...*, 1860, paginação irregular).

O discurso oficial fazia menção à instrução da população pobre como uma forma de obrigar os pais de família à matricularem as crianças, culpando-os pela falta de instrução dos filhos; em outros momentos, justificavam e defendiam os pais, alegando que os pobres não tinham meios de frequentar as escolas, considerando inclusive os materiais e vestimentas necessários para esse fim.

A defesa da criação de medidas que obrigassem os pais a enviarem os filhos às aulas perpassava a necessidade do fornecimento de materiais aos meninos pobres. A ação do Governo provincial indicava a legislação como caminho para a obrigatoriedade- “adopção de medidas”, da mesma forma, a lacuna- falta de materiais- reforça o nosso argumento de que “meninos pobres” frequentavam as aulas. Para além das supostas ações, subtendem-se que aos professores

caberia a responsabilidade de prover o que seria necessário para frequência dos alunos nas aulas.

A menção ao ensino obrigatório esteve presente nas falas dos gestores paraibanos com maior discussão sobre o tema na mesma proporção à oposição de tal ideia a partir da década de 1860. Em 1861, ao sugerir mudanças à instrução primária paraibana, o Diretor Geral da instrução, Manoel Porfírio Aranha, defendeu “[...] o ensino primario, deve ser levado mesmo á porta das familias, e que estas directa ou indirectamente devem ser obrigadas a recebê-lo, quando não queirão fazer voluntariamente”. (PARAHYBA DO NORTE, Província. Relatório do diretor geral da instrução..., 1861, p. 3). À negligência das famílias vinculou-se a criação de meios para obrigá-las a dar instrução aos filhos, mesmo que não pudessem ou quisessem, de acordo com o discurso oficial.

Novamente, em 1864, a discussão foi retomada, por considerar que os países civilizados já adotavam a medida:

Nos paizes mais adiantados em civilisação, onde a **instrucção popular** tem adquirido a importancia que merece, **o ensino é obrigatorio**. Na Prussia impõe-se para esse fim penas severas; como bem—multas, prisões, trabalhos e privações de soccorros publicos. Na Allemanha, e na Hollanda, graças a esses, e a outros meios efficazes, a instrucção se acha tão generalisada, que a ignorancia é considerada pelos habitos do povo como um vicio. É devido á esse systema de ensino obrigatorio que a Dinamarca deve a diffusão geral do ensino primario há mais de meio seculo. As Assembléas Provinciaes são em geral impotentes para decretarem medidas semelhantes: para isso é indispensavel a intervensão dos Poderes Geraes do Estado. (PARAHYBA DO NORTE, Província. Relatório do diretor geral da instrução..., 1864, p. 34, grifos nossos).

A “instrucção popular”, nesse discurso, foi entendida como a educação oferecida para todas as pessoas e necessária para o melhoramento da sociedade

Em 1866, o presidente Felisardo Toscano de Brito tratou do assunto ao considerar que os poderes públicos deveriam obrigar as famílias à mandarem seus filhos para as escolas, como podemos perceber na citação abaixo:

Que a acção dos mesmos poderes públicos possa chegar até o seio das famílias, obrigando-as a que mandem seos filhos receber as luzes da instrucção. Não desconheço os perigos da execução desta providencia e os abusos que se podem dar. Mas para mim tudo é preferível ao facto de ficar a mocidade, sem culpa propria, condemnada á ignorancia e ao embrutecimento. (PARAHYBA DO NORTE, Província. Relatório..., 1866, p. 39).

Em 29 de Setembro deste mesmo ano foi sancionada a Lei nº 240 pelo 3º Vice-Presidente da Província, João José Inocêncio Poggi, que tornava, com condições, o ensino primário obrigatório:

Art. 3º – **O ensino primário é obrigatório** para as que habitarem dentro do circulo das cidades, vilas e povoações em que houverem escolas.

Art. 4º – O Presidente da Província fica autorizado a dar Regulamento necessário para a execução do artigo antecedente, impondo as penas e multas precisas. (LEIS E REGULAMENTOS..., 1866, [2004], p. 45).

Não há indicações da aplicabilidade da obrigatoriedade, mesmo com a prudência da legislação que pressupôs antes a criação de escolas, depois a sua aplicação restringindo a norma aos limites das cidades, vilas e povoações que tivessem escolas.

Em 1867, o 2º Vice-Presidente da Província, o Barão de Maraú, defendeu a adoção do ensino obrigatório reforçando a ideia anterior que a regra seria válida diante das condições objetivas da Província em oferecer os espaços para as aulas. Assim, sugeriu a criação de um imposto para auxiliar as despesas dos meninos pobres, mais uma vez a realização da instrução pressupunha a existência de crianças pobres que não poderiam arcar com os custos- mesmo sendo aulas públicas-, das vestimentas e materiais que garantissem a frequência às aulas.

Entendo, como o Exm. Sr. Dr. Felisardo e outros, que o ensino gratuito e obrigatorio deve ser preferido, porque é o que se coaduna com a nossa civilização nascente, mas sou de parecer que codificar esta doutrina sem acompanha-la de uma medida que socorra a pobreza, a qual tem incontestavel direito a nossos cuidados, é uma inutilidade, se não uma iniquidade. Lembrovos, pois, a criação de um imposto destinado a supprir não só as eschololas dos objectos **necessarios para o ensino dos meninos pobres**, como para um vestuario simples, descende, e uniforme para elles, sendo esse imposto arrecadado em cada municipalidade, e recolhido ás respectivas collectorias, e á requisição do encarregamento da direcção e fiscalisação das aulas do municipio despendido em referidos fins. **Talvez vos embarace o numero de meninos pobres que deve admittir cada aula, e consequentemente a proporção entre dito numero e o rendimento do imposto.** (PARAHYBA DO NORTE, Província. Relatório..., 1867, p. 20 – grifos nossos).

Os discursos e as críticas trouxeram o debate sobre a pobreza. Ao obrigar os pais dos alunos à enviarem seus filhos às escolas a Província anunciou a sua responsabilidade, junto com as vilas e povoados, de prover o que fosse necessário para que os alunos pobres pudessem frequentar as aulas; a obrigação deveria elevar o número de frequentes.

O breve regulamento de 1860, apresentou em seu artigo 66, que “[...] todo o expediente dentro das escolas será feito á custa dos cofres provinciais. Concorrerão tambem por conta daquelles cofres as despezas de fornecimento de livros e outros objectos necessários ao ensino

dos meninos pobres”. (LEIS E REGULAMENTOS..., 1860, paginação irregular). Esse regulamento teve vida efêmera de apenas sete meses e logo foi retomado o regulamento de 1852 – que não tivemos acesso – e em 1864 foi promulgado um novo regulamento que não fez referência ao assunto.

Em 1874 os relatórios dos presidentes de Província apresentaram novamente a discussão da obrigatoriedade do ensino. Dessa vez, a proposta apresentou a defesa da responsabilidade do governo provincial em prover cadeiras suficientes para que o ensino obrigatório se efetivasse.

Não seja o ensino obrigatório em toda a Província, que demandaria uma grande despesa, para a qual não esta actualmente preparada, attenta a **necessidade de crear escolas por toda a parte**; seja-os nas Cidades, Villas, e grandes povoados para aquelles, que n’elles residem. Além disso, **conforme não ignorais, a instrucção obrigatória colloca o Estado ou a Província no dever de supprir de roupas e livros indispensáveis aos que não tem meios para isto**. (PARAHYBA DO NORTE, Província. Relatório..., 1874, p. 27, grifos nossos).

O regulamento nº 30 de 1883 anunciou que a Província deveria prover o que fosse necessário para que os alunos pobres frequentassem as aulas públicas de primeiras letras, como prescrito no artigo 4º: “[...] o prezidente da provincia fará distribuir gratuita e annualmente aos alumnos pobres trazlados e livros devidamente aprovados”. (LEIS E REGULAMENTOS..., 1883, paginação irregular). E, em seguida, o mesmo regulamento anunciou a criação de uma caixa escolar que deveria ser destinada ao fim de “[...] fornecer aos alumnos pobres o que for necessário para freqüentarem as escolas publicas”. (LEIS E REGULAMENTOS..., 1883, paginação irregular).

Percebemos que a temática da obrigatoriedade do ensino não foi defendida com unanimidade pelos gestores paraibanos, “[...] visto que cada novo presidente da província e/ou diretor da instrução pública encaminhava a discussão em sentidos opostos. Enquanto o diretor da instrução pública, em 1869, defendia, veementemente, a obrigatoriedade do ensino, o de 1871 aceitava o princípio em tese, mas, na prática o rejeitava”. (PINHEIRO, 2013, 175).

A discussão da obrigatoriedade do ensino foi uma realidade presente em outras províncias do Império brasileiro. Veiga (2013), ao apresentar a discussão sobre a obrigatoriedade escolar na Província de Minas Gerais, afirmou que sua implantação não foi uma ocorrência isolada. Outros elementos que se entremearam à ela foram a gratuidade escolar, a localização da escola e a vinculação entre a frequência escolar do aluno e a manutenção da cadeira.

Na legislação provincial havia a previsão de colaboração dos pais. Observou-se a intenção de algum tipo de contribuição das famílias ou mesmo doações por parte da comunidade, sendo que em 1873, regulamentou-se [na Província de Minas Gerais] a Caixa Escolar. (VEIGA, 2013, p. 141).

Na Província de Pernambuco, vizinha da Província da Parahyba do Norte, a discussão sobre a obrigatoriedade do ensino esteve ligada à institucionalização das aulas públicas. Silva (2013), ao pesquisar sobre o assunto na referida província, afirma que “[...] a obrigatoriedade não foi instituída e as aulas públicas primárias na província, sempre tiveram uma frequência muito menor do que esperada pelos governantes”. (SILVA, 2013, p. 212).

Na Província da Parahyba do Norte, a temática no Oitocentos é um assunto interessante e merecedor de pesquisas que possam responder a complexidade de uma defesa considerada inovadora para a realidade brasileira que ainda construía os seus espaços escolares próprios. Para esta pesquisa, interessou-nos destacar que o discurso da obrigatoriedade desvelou iniciativas para a uniformidade do ensino caracterizadas, em especial, a partir dos limites do acesso de uma população pobre e desvalida de recursos- como vestimentas e materiais escolares-, às incipientes aulas públicas. Pois, os discursos dos presidentes da Província, para além dos quatro casos que serão analisados, apontaram para isso.

Mesmo que a Província da Parahyba do Norte e seus gestores tenham empreendidos esforços para acompanhar o ritmo de avanço da instrução pública que acontecia em outras províncias do império brasileiro, a nossa Província – já no final do oitocentos – às portas da República, chegou a sofrer duras críticas quanto ao seu atraso, como as que foram encontradas no *Jornal Arauto Parahybano* que, em um editorial intitulado “o nosso atrazo” em 6 de junho de 1888, dizia que a Parahyba do Norte era a mais atrasada em instrução do país.

De todas as províncias do Império é a Parahyba a que se acha mais atrasada em materia de instrucção publica primaria. E nem temos esperança de vel-a em breve ocupando o logar a que tem incontestavel direito ao lado de suas irmãs, porque a indiferença parte d’aquelles mesmos que, ocupando cargos publicos, dispondo do poder e consequentemente de faceis meios de levar á realisação grandes melhoramentos, são os primeiros a recuar o apoio moral que podiam e deviam dar ás nossas instituições escolares, no intuito de levantar o ensino publico do abatimento em que se mantem. A luta selvagem de uma politica de botocudos, o odio, o rancor, a discussão baixa e nojenta na qual muitas vezes se patenteia a versatilidade de character, a leviandade de espirito, e o esquecimento das regras de civilidade, eis o apanagio das individualidades que em todos os tempos tem influido nos destinos de nossa provincia. (ARAUTO PARAHYBANO, 1888, p. 1).

Informações fornecidas pelos documentos oficiais revelaram a presença de alunos pobres e negros nas aulas públicas e particular da instrução primária da Província da Parahyba do Norte. O segundo grupo, vem assim desconstruir a sinonímia dada ao negro e escravizado durante algum tempo nas pesquisas em história da educação.

As questões apresentadas neste capítulo, como a criação e extinção das aulas, as casas escolas – como espaço destinado as aulas de primeiras letras –, os métodos de ensino e o debate acerca da obrigatoriedade escolar, revelaram a busca pela uniformidade da instrução, mesmo que essas questões não chegaram a ser resolvidas. Embora, sejamos defensoras de que o século XIX foi um importante período para o processo de institucionalização da escola moderna, sobretudo, no que diz respeito ao debate da importância da criação da forma escolar que seria colocada em prática nos finais do século XIX e início do XX.

No capítulo seguinte, apresentaremos quatro casos específicos que corroboram a nossa tese, de que as aulas primárias, para além das aulas que vimos aqui, foi um lugar também, frequentado por crianças pobres, apresentando-os como parte de uma população livre e liberta que precisava ser instruída para se constituir como parte de sociedade moderna e civilizada.

4 A ESCOLARIZAÇÃO DA POPULAÇÃO POBRE NA PROVÍNCIA DA PARAHYBA DO NORTE

Escrever sobre a história da educação da Paraíba é uma tarefa que exige dos novos pesquisadores uma responsabilidade instigante pelo desafio de aventurarem-se em contribuir com uma tradição historiográfica embasada em mais de vinte anos de estudos e publicações principalmente pela dedicação dos grupos de pesquisa Estudos e Pesquisas História da Educação da Paraíba - Histedbr/PB e História da Educação do Nordeste Oitocentista - GHENO, ambos vinculados à Universidade Federal da Paraíba, que têm dedicado suas pesquisas para a construção de uma história e historiografia educacional paraibana.

Construir uma narrativa capaz de (re) contar a história da educação paraibana a partir dos sujeitos que fizeram parte da instrução pública primária na então Província da Parahyba do Norte foi o desafio que nos motivou a buscar “provas”, indícios, notícias que fossem capazes de corroborar a nossa hipótese e problema sugeridos.

Para atingirmos o proposto, dividimos este capítulo em três tópicos. No primeiro, apresentamos a instrução como uma medida de civilização para uma parcela da população paraibana com a defesa de que traria o progresso e a modernidade para Província. No segundo tópico, destacamos algumas instituições escolares que funcionaram na Parahyba Oitocentista como lugares destinados exclusivamente para escolarização de crianças pobres, como por exemplo o Colégio de Educandos Artífices e as casas de caridade das irmãs do Padre Ibiapina. E no terceiro tópico, a análise de quatro casos apontados buscará desvelar que as aulas públicas de primeiras letras contaram com a presença de alunos pobres em corroboração ao problema de pesquisa anunciado.

4.1. Instruir para civilizar

Segundo o discurso da época, a sociedade afundaria para sempre nas trevas da ignorância, pois as pessoas pobres e rústicas não sabiam se comportar. Não conheciam seus deveres, os ensinamentos do evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo, nem a importância da sua Majestade Imperial e o seu indispensável papel para a sociedade. Quando questionadas sobre seus deveres, deveriam responder acerca dos seus afazeres domésticos e cotidianos, considerados obrigatórios e necessários. Além disso, zelarem pela ordem pública e cumprirem as leis em vigor, propostas pelos poderes do Imperador, provincial e legislativos. A miséria, a mendicância e a pobreza eram consideradas uma vergonha para a sociedade, que almejava

alcançar a perfeição da civilização: um homem – ou mulher- que não conhecia as luzes da civilização e tantos outros que estavam espalhados por toda Província eram vistos como estorvos na fúria de desenvolver o que chamavam, à época, de progresso.

O parágrafo anterior tem por finalidade introduzir o leitor no universo de ideias recorrentes no século XIX sobre a população que não tinha acesso às letras e assim era considerada ignorante e incivilizada, desconhecadora das leis e de seus deveres, o que a impossibilitava de contribuir para a ordem e o progresso da nação.

Os discursos oficiais sobre a instrução no período de 1855 a 1889 indicavam que o ideal de modernização e progresso estava ligado diretamente à necessidade de instruir o povo por meio da educação de primeiras letras.

As ideias de civilização e modernidade voltadas para a população apareciam como elementos centrais do debate sobre instrução. A defesa de instruir para civilizar tinha, em especial, a retomada dos ideais iluministas. O acesso à instrução, nessa visão, garantiria a libertação do povo da ignorância, reconfigurando uma moral pautada no desenvolvimento como forma de progresso social. Assim, tornou-se vital a compreensão de civilização que os homens da época tinham para relacionarmos ao ideal de instrução que eles defendiam.

Os estudos em História da Educação indicam que os escritos do sociólogo alemão Norbert Elias são utilizados como referências para se conceituar a civilização ou o processo civilizatório. A obra intitulada *O processo civilizador*, publicada em dois volumes, é recorrentemente citada como auxílio nessa empreitada.

Para Elias, o conceito de civilização deve ser analisado como um processo, assim “[...] civilização descreve um processo ou, pelo menos, seu resultado. Diz respeito a algo que está em movimento constante, movendo-se incessantemente para a frente”. (2011, p. 24).

O contexto que Elias desenvolveu seu estudo estava voltado para o continente Europeu e apresentava a ideia de civilização a partir de costumes que deveriam ser assumidos pela burguesia copiando um modelo já estabelecido pela Corte. Elias destacou o *Tratado de Erasmo* no estabelecimento de uma forma de se comportar à mesa. “[...] se deu uma mordida no pão, não molhe novamente na travessa de uso comum. Camponeses podem fazer isso, mas não, *gente fina*”. (ELIAS, 2011, p.74 – grifos do autor). Gradativamente, a civilização seria construída a partir dos “novos” costumes que identificariam pessoas especiais, atualizadas e capazes de administrarem serviços e ocuparem cargos no universo de construção dos estados nacionais e das nações, conforme indicamos ter ocorrido no Brasil na segunda metade do século XIX.

A civilização que estamos acostumados a considerar como uma posse que aparentemente nos chega pronta e acabada, sem que perguntemos como viemos a possuí-la, é um processo ou parte de um processo em que nós todos estamos envolvidos. Todas as características distintivas que lhe atribuímos – a existência da maquinaria, descobertas científicas, formas de Estado, ou o que quer que seja – atestam a existência de uma estrutura particular de relações humanas, de uma estrutura social peculiar, e de correspondentes formas de comportamento. (ELIAS, 2011, p. 70).

O que Elias (2011) apontou como um processo para a história da Europa, em especial a França, foi apropriado, anos depois, pelas elites brasileiras como ideal de sociedade a ser construída.

Para Carlota Boto a ideia de civilização está relacionada às mudanças de costumes, e que “[...] os saberes da escola constituem claramente uma forma de civilizar. O conceito de civilização traz implícita a suposição de superioridade de uma cultura sobre as outras”. (BOTO, 2010, p.35).

Assim, defendeu que a escola moderna assumiu, por excelência, a guarda do ensino da civilização, a partir do momento em que

A construção da escola moderna terá a marca de tal matriz civilizadora. A escola que ensina o ler, escrever e contar pretende, acima de tudo, civilizar – ou seja, conferir prioridade à transmissão sistemática e institucional de formas de se comportar. Tornar civilizada uma sociedade supõe ampliar sistematicamente o raio da racionalidade no trato. Abrandam-se as maneiras, criam-se sutilezas para o intercâmbio social, oferece-se um padrão de conduta de distinção, ao qual serão opostos como bárbaros todos os comportamentos divergentes. (BOTO, 2010, p.47).

Veiga (2002), definiu civilização como uma forma de autocontrole sobre a sociedade. Para ela “[...] O modelo de civilização produzido previa a reprodução das formas de comportamento presentes no interior de uma configuração social aristocrático-burguesa, para toda a população, de forma que transformasse as coerções externas em coerções interiorizadas”. (VEIGA, 2002, p. 98). Assim, a instrução no século XIX teria esse papel de controlar a sociedade, “[...] pela extensão do autocontrole ao conjunto das relações sociais, é também uma extensão do controle da violência (castigos físicos) sobre as crianças, interferindo no âmbito privado das famílias em geral”. (VEIGA, 2002, p. 98).

Ananias (2000, p. 80), ao pesquisar a escolarização primária para pobres em São Paulo, considerou que “[...] o ideal de progresso comportava um objetivo mais largo, a defesa da inserção do Brasil em uma civilização tendo, entre outros elementos, a educação como um dos pilares de tal intenção”. Para autora, a ideia de civilização estava unida à ideia de progresso e à

uma instrução diferenciada que identificava seu público a partir da origem social e posições assumidas na composição da sociedade. Aos pobres instrução primária e alguns meios para o exercício de uma profissão; aos mais abastados, instrução como acesso à educação secundária e superior.

A defesa do tipo de educação proposta pelos membros fundadores das escolas para a população pobre em Campinas era que fosse para todos, porém, conforme já indicamos, diferenciada. Sua justificação era considerada parte do projeto de modernização da sociedade, anunciado e praticado por eles, que, em última instância, pretendia alçar o Brasil ao rol dos países considerados civilizados. (ANANIAS, 2000, p. 86).

Schueler (1997), ao pesquisar sobre a instrução pública primária no Município da Corte – atual cidade do Rio de Janeiro – afirmou que a instrução popular destinada à população pobre tinha como ideais a civilização, o progresso e a ordem social. De acordo com a autora,

A “civilização” era genericamente representada pelo desenvolvimento material e industrial, pelas estradas de ferro, pelas invenções modernas, tão em voga nos países europeus e nos Estados Unidos. Porém, o termo “civilização” também significava moralidade, “bons costumes”, moderação e controle dos impulsos e paixões, abrangendo então o que anteriormente era comumente definido como “cortesia” ou “civildade”. (SCHUELER, 1997, p. 24).

Miranda (2012, p.46), para os estudos sobre a Província da Parahyba do Norte, definiu a ideia de civilização presente no discurso oficial ao afirmar que “[...] civilizar por meio da instrução era, portanto, pensar em desenvolver sujeitos aptos a corroborarem à moral pública e cristã, seres cultos, sabedores dos seus direitos e dos seus deveres”. (2009, p. 46).

De acordo com Oliveira (2014), ao pesquisar a educação e o trabalho como possibilidades de vida das crianças expostas e órfãs na cidade da Parahyba, afirmou:

Para atingir o ideário de civilização, a sociedade brasileira deveria passar por uma série de modificações nos campos da infraestrutura urbana, economia, transporte, política, segurança e cultura. A educação constituía-se em um instrumento fértil para modificação de condutas e comportamentos. Por meio do doutrinamento do intelecto, este se tornaria mais refinado e apto a absorver os valores relacionados ao trabalho e à instrução que proporcionaram ao Brasil o tão desejado *status* de civilização bem-sucedida. (OLIVEIRA, 2014, p. 128).

A autora justificou que “[...] a educação era um passo importante na disciplinarização dos expostos e órfãos pobres. A partir de processos educativos, essas crianças teriam corpos e

mentes instruídos, aptos para assimilarem os valores de uma sociedade que buscava ser civilizada”. (OLIVEIRA, 2014, p.129).

Os diretores da instrução e os gestores da Província da Parahyba do Norte, à época, anunciavam suas ideias e defesas da civilização em vários momentos e lugares. Em especial a análise dos discursos e relatórios anualmente apresentados à Assembleia Legislativa levou-nos a inferir que a ideia de civilização que esses homens defendiam apontavam-na como uma etapa da evolução, um melhoramento do homem que começaria pelas posturas individuais e deveria, gradativamente, atingir o nível das sociedades europeias. A instrução, para eles, organizada a partir dos métodos de ensino, da disposição das aulas, da frequência dos alunos e da postura dos professores deveria ser capaz de moldar a sociedade brasileira em direção ao progresso e ao desenvolvimento social.

Assim, compreendemos que à instrução era dada a responsabilidade para que o processo civilizatório, considerando as mudanças na sociedade, nas escolas e no comportamento e costumes da população, alcançasse o ideal de uma sociedade capaz de atender aos preceitos sociais e econômicos defendidos a partir de construções de bens materiais, como obras e estradas, e bens intelectuais, como colégios, liceus e aulas de primeiras letras.

Para melhor visualizarmos a ideia de civilização defendida nos discursos dos gestores da época, no quadro 06 fizemos a relação entre instrução e civilização defendida por esses homens.

Quadro 06: Relação da instrução com a ideia de civilização, a partir dos discursos dos presidentes da Província da Parahyba do Norte.

ANO	ORIGEM DO DOCUMENTO	CIVILIZAÇÃO X INSTRUÇÃO
1853	Exposição feita pelo Dr. Antonio Coêlho de Sá e Albuquerque na qualidade de Presidente da Provincia da Parabyba do Norte no acto de passar a administração da Provincia ao segundo Vice-Presidente, o excellentissimo Senhor Doutor Flavio Clementino da Silva Freire, em 29 de Abril de 1853. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1853.	A instrucção Publica, da qual não tenho afastado a minha attenção administrativa, é, como V.Exc., sabe, o primeiro elemento da civilização . Os meus esforços teem imprimido uma certa ordem á instrucção, e este ramo tão distincto do serviço publico, outr'ora mui irregular, e incompleto, está hoje protegido por medidas de reconhecida utilidade, e promete prosperar. (p. 11, grifos nossos)
1864	Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte no dia 1 de Outubro de 1864 pelo Presidente, Dr. Sinval Odorico de Moura. Parahyba, Typ. de J.R. da Costa, 1864.	O verdadeiro methodo de ensino, aquelle que se propõe á preparar a intelligencia e o espirito dos cidadãos para a jornada da civilização e do futuro, é thema para as mais serias e mais demoradas cogitações dos que governão. (p. 7, grifos nossos).
1866	Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo 1.º Vice-Presidente, Exm. Sr. Dr. Felisardo Toscano de Brito, em 3 de Agosto de 1866. Parahyba, Typ. Liberal Parahybana, 1866.	É com toda razão que se aquilata a civilização e o bem estar de um povo pelo seu maior ou menor desenvolvimento moral; e aos poderes do Estado corre o dever de zelar cuidadosamente de tão importante objecto. E se o exemplo edificante dos paizes cultos, e tão pouco as vantagens immediatas, que se apalpam, auferidas com o recebimento da instrucção, não os estimula a arranca-los da inercia e indifferentismo, e a mudar de proceder tão pouco lisongeiro e muito assustador para o futuro da Provincia e do paiz, aos poderes publicos corre a grande obrigação de lançar mão dos meios permittidos pela lei, e não reprovados pelas luzes do seculo, da civilização e liberdade, para levantar a sociedade desse torpor, e arranca-la desse estado perigosissimo, preparando, zelando e salvando assim o seu porvir. E não muito longe se reconhecerá, que cada cadeira na mais insignificante povoação será uma alampada da moral e civilização . (p.37, grifos nossos).
1867	Relatorio apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do	Eis-nos chegados, Senhores, ao ponto mais transcendente, e de que mais carecemos

	Norte pelo 2º Vice-Presidente, Exm. Sr. Barão de Maraú em 5 de Agosto de 1867. Parahyba, Typ. Liberal Parahybana, 1867.	cuidar para que se radiquem profundamente todos os outros ramos do publico serviço e de nossa civilização . Trato da = Instrucção Publica=. (p.16, grifos nossos).
1871	Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo Exm. Sr. 3.º Vice-Presidente da Provincia, Dr. José Evaristo da Cruz Gouvêa em 16 de Outubro de 1871. Parahyba, Typ. Conservadora, 1871.	Seria pura perda de tempo e trabalho demonstrar-vos a excellencia e a importância da instrucção e educação da mocidade com relação aos vitais interesses publicos e particulaes. Vós conheceis a influencia immensa que ella exerce nos destinos assim dos indivíduos, como da sociedade; sabeis que ella é a principal fonte, a condição essencial do bem estar, do progresso, da civilização, de todas as prosperidades. (p.15, grifos nossos).
1882	Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo Presidente, Exm. Sr. Dr. Manoel Ventura de Barros Leite Sampaio, em 4 de Outubro de 1882. Parahyba, Typ. do Commercio, 1882.	A instrucção publica é a questão social que mais importância tem merecido n'este século. Depois de grandes e profundos estudos de notáveis pensadores os governos dos países civilizados comprehenderam que desenvolver a instrucção era abrir nova e larga senda para o progresso de seus paizes e pozeram-se a frente do movimento de modo que estou convencido de que o nosso século há de ser conhecido no fututo como o século da instrucção publica. O Brasil não podia ficar indifferente n'este certamem de civilização. O nosso pacto constitucional garante a instrucção gratuita a todos os cidadãos e promete-nos universidade que infelizmente ainda não temos. (p. 23, grifos nossos).

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir dos relatórios, falas e exposições dos presidentes de Província da Parahyba do Norte dos anos de 1853, 1864, 1866, 1867, 1871 e 1882.

Os discursos referendavam a civilização como o ápice do desenvolvimento material e moral de um país. A partir dos modelos de países considerados cultos, defendiam que o Governo provincial era o responsável pela realização do processo. Assim, a instrução foi entendida como uma questão social, pois retiraria do “torpor”, do “estado perigoso” em que os “cidadãos” se encontravam; foi considerada pelos homens da época como o caminho, a fonte do conhecimento que levaria ao desenvolvimento e à prosperidade do país. Para tanto, deveria ser gratuita e estendida a todos. Havia uma ideia geral da uniformidade da instrução que poderia

nos levar ao entendimento de que defendiam um mesmo tipo de educação para todas as pessoas indistintamente. A escravidão, por exemplo, era um indicativo das diferenças entre as pessoas e do acesso à instrução. Para além do estatuto jurídico, a condição social também era um dos condicionantes para a escolarização.

A análise assumida conduziu o trabalho para a percepção de que, ainda que os discursos demonstrassem uma defesa de educação para todos, parcelas da população eram consideradas mais necessitadas em receber as primeiras letras. Pelas origens, pela exclusão dos fóruns considerados privilegiados de cultura, pela negação do letramento deveriam ser libertadas da ignorância e, a partir daí, colaborariam para a construção da nação que as elites consideraram ideal.

O diretor geral da instrução, Manoel Porfírio Aranha, afirmou ser a instrução:

[...] um poderoso elemento de moralidade, ordem e prosperidade publica, como é uma condição indispensavel de perfeição bem estar, e felicidade individual. E por tanto um beneficio de tão elevado alcance para a sociedade, não só deve ser largamente derramado por todos os membros d'ella; mas ainda é indispensavel que todos eles sejam constrangidos a acceital-o, se por ventura não o fizerem expontaneamente. (PARAHYBA DA PARAHYBA, Província. Relatório do diretor da instrução..., 1861, p. 2).

Nesse sentido, ao defenderem a instrução tinham como pressupostos um modelo e um ideal de civilização que perpassava a forma de gerir a sociedade, inclusive, relacionando a miséria e a pobreza às supostas causas da violência urbana.

A pobreza historicamente foi associada à marginalidade e à criminalidade. Na Parahyba os discursos mostraram frequentemente esta relação. Seu fim, perpassava por uma preparação das pessoas para assumir postos numa sociedade projetada e defendida como ideal. A instrução aparecia como um dos possíveis caminhos para atingir tal finalidade. O domínio das primeiras letras levaria uma parte da população ao conhecimento dos seus deveres para a vivência em coletivo. O convívio pedia uma garantia da ordem através da promoção de um controle social que, segundo o discurso, garantiria a prosperidade.

Ao considerar que “[...] E’ uma verdade dolorosa, mas infelizmente incontestavel, que uma grande parte da nossa população nenhuma cultura recebe, e jaz ahi na mais grosseira ignorância”. (PARAHYBA DO NORTE, Província. Relatório do diretor da instrução..., 1861, p. 3), algumas ações do governo provincial foram efetivadas para instruir parte da população pobre, a partir da criação de instituições específicas. Como também a iniciativa de particulares representados por instituições religiosas, que apresentaremos no tópico seguinte.

4.2 Instituições de ensino e escolarização de crianças pobres

Neste tópico apresentaremos instituições de ensino destinadas exclusivamente a instrução e educação de meninos e meninas pobres que funcionaram na Província da Parahyba do Norte durante o período estudado. A partir de pesquisas já concluídas, foi possível identificar a existência de instituições destinadas tanto à escolarização quanto à profissionalização da população pobre.

De acordo com Mariano (2015, p. 178), a introjeção do amor ao trabalho, a promoção da civilidade dos costumes, as formações religiosa e moral, a instrução elementar e a aprendizagem de um ofício compunham as propostas dos regulamentos desses estabelecimentos.

O Colégio de Nossa Senhora das Neves que embora fosse destinado a “[...] instruir as meninas da elite paraibana” (PINHEIRO, 2004, p. 7), foi também um lugar que recebeu meninas pobres e desvalidas. Criado pelo governo provincial de Henrique de Beaurepaire Rohan, e regulamentado pela lei nº 439 em 15 de dezembro de 1858, tinha caráter privado. Seu regulamento indicava que as internas deveriam pagar uma quantia de 25\$ reis mensais:

Art. 4º – As pensionistas pagarão mensalmente 25\$ réis, as semipensionistas residem no Colégio onde recebem instrução, educação e sustento; as semipensionistas entram pela manhã e saem a tarde, jantando a custa do estabelecimento; as externas vão somente nele receber a mesma instrução, que as outras. (LEIS E REGULAMENTOS..., 1858 [2004] p. 115).

O artigo 6º permitia uma quota para admissão de meninas pobres e desvalidas na mesma instituição “[...] Art. 6º – Na classe das internas poderão ser admitidas gratuitamente duas órfãs desvalidas, na das semipensionistas três e na das externas seis”. (LEIS E REGULAMENTOS..., 1858, [2004], p. 115).

O Colégio Nossa Senhora das Neves teve vida efêmera e foi fechado em 1861⁹ durante o governo de Luiz Antonio Silva Nunes, que justificou sua decisão ao considerar que,

Não prestando actualmente o Internato de meninas de N. Senhora das Neves o serviço correspondente á crescida despeza que com elle se fazia, suspendi-lhe provisoriamente o andamento até que a Assembleia deliberasse a esse respeito como melhor parecesse. Removi, a seu pedido, para a cadeira de Campina a respectiva Directora, exonerando também a seu pedido a

⁹ O Colégio foi reaberto na Capital paraibana em 1895 por D. Adauto e depois fechou, retomando as atividades novamente em 1908.

professora de Historia e Geographia, que nunca teve occasião de leccionar essas matérias.

Não podia ser por mais tempo conservado um estabelecimento onde apenas se conservavão ultimamente quatro pensionistas, **sendo duas desvalidas, por conta da Provincia.** (PARAHYBA DO NORTE, Província. Relatório... 1861, p. 22 – grifos nossos).

Podemos questionar se a presença das meninas desvalidas influenciou no seu fechamento? Seriam os pais de famílias que não queriam que suas filhas se misturassem com as meninas pobres? Será que é possível falar em alguma espécie de preconceito com as desvalidas que frequentavam o Colégio? São questões que poderiam direcionar uma nova pesquisa, a fim de compreender o universo de uma Instituição provincial, criada para as filhas das elites paraibanas, mas que também foi frequentada por meninas pobres e desvalidas, de acordo com as vagas destinadas para esse fim.

Outra instituição criada pelo governo provincial foi o Colégio de Educandos Artífices destinada para o aprendizado de ofícios e que também ensinava as primeiras letras, criada em diversas províncias do Império brasileiro no século XIX, destinada à população pobre, e que de acordo com Oliveira (1874), na obra o *Ensino Público*, tinha “[...] por fim não educar esses infelizes como colegiais, porém dar-lhes um estado que lhes permita viver honradamente. Além da instrução elementar – leitura, escrita, e cálculo – os meninos aprendem diversos ofícios”. (OLIVEIRA, [1874] 2003, p. 183).

No quadro 07, podemos identificar as províncias, os anos e os nomes das instituições criadas.

Quadro 07: Lista das províncias e os anos de criação das escolas de educandos artífices entre os anos de 1840-1874

PROVÍNCIA	ANO DE CRIAÇÃO	INAUGURAÇÃO	NOME DA INSTITUIÇÃO	LEI QUE CRIOU
Pará	1840	1840	Casa de Educandos	Lei nº 79 de 21 de outubro de 1840
Maranhão	1841	1841	Casa de Educandos Artífices	Lei nº 105 de 23 de agosto de 1841
Piauí	1847	1849	Casa de Educandos Artífices	Resolução nº 220 de 24 de setembro de 1847
Alagoas	1854	1854	Colégio de Educandos Artífices	Lei nº 234 de 7 de abril de 1854
Ceará	1856	1857	Colégio dos Educandos	Lei nº 754 de 5 de agosto de 1856
Amazonas	1856	1857	Casa de Aprendizizes Artífices	Lei nº 60 de 21 de agosto de 1856
Rio Grande do Norte	1858	1859	Colégio de Educandos Artífices	Lei nº 376 de 9 de agosto de 1858
Paraíba	1859	1865	Colégio de Educandos Artífices	Lei nº 6 de 1 de setembro de 1859
São Paulo	1874	1874	Instituto de Educandos Artífices	

Fonte: Quadro construído pela autora a partir das informações encontradas em Lima (2008, p. 42) e Gondra; Schueler (2008, p.121-122).

Na Parahyba do Norte, “[...] a Lei que autorizava a criação de uma escola de formação profissional pelo então Presidente da Província Ambrosio Leitão da Cunha e regulamentada em 5 de dezembro de 1865 pelo Presidente Felisberto Toscano de Brito”. [...] criou O Colégio de Educandos Artífices que foi organizado a partir do Regulamento nº 7 de 6 de dezembro de 1865 que apresentava 75 artigos para direcionar o andamento da Instituição. (LIMA, 2008, p. 42)

Durante os anos de funcionamento do Colégio, de 1865 a 1874, diversas foram as queixas relacionadas aos poucos recursos e as dificuldades financeiras enfrentadas. Inibindo a admissão de novos alunos, como pudemos perceber nos ofícios que negavam pedidos de algumas mães que solicitavam a matrícula de seus filhos.

O Colégio de Educandos Artífices também foi analisado como um dos espaços da presença da criança negra na Parahyba do Norte. O Regulamento ao qual estava regido a Instituição não proibiu expressamente o acesso de crianças negras e escravizadas, deixando livre a admissão desde que tivesse vagas e apresentassem o atestado de pobreza, como critério necessário para ser admitido.

Art. 1º – O Colégio de Educandos Artífices, criado nesta capital, em virtude da lei no 6 de 1o de setembro de 1859, tem por fim recolher, educar e instruir os meninos pobres e desvalidos da Paraíba.

Art. 2º – São considerados meninos pobres e desvalidos para serem recolhidos ao colégio:

1º Os órfãos, que por não terem quem se incumba de sua educação, estiverem no caso de ser dados à soldados pelas respectivos juizes.

2º Os filhos naturais de mulheres desvalidas.

3º Os que tiveram pai, não podendo este por sua pobreza dar-lhes educação e instrução conveniente. (LEIS E REGULAMENTOS..., Regulamento de 1865, [2004], p. 120).

Foi possível identificar na documentação disponível a presença de alunos negros e filhos de escravizados no Colégio. O que nos leva a crer que a etnia, cor da pele ou negritude não eram critérios capazes de impossibilitar a matrícula dos alunos.

No ano de 1866, foi admitido um menino de nome João, filho legítimo de um escravizado que dois anos depois, em 1868, saiu da Instituição para viver com seus irmãos antes de completar o tempo previsto para os estudos:

O menor João e não Manoel como por engano diz a petição, foi admitido a este Colégio em 27 de Novembro de 1866 por solicitação do D^o. Juiz Municipal do termo da Capital, que alegava levar esse menor vida descuidada e miserável. **Com efeito João Evangelista que é filho legítimo de Cláudio, velho escravo de Antônio Rufino Aranha, e cuja mãe, livre já não existindo, vivia em companhia de uma sua irmã que lhe não podia ministrar educação alguma.** Hoje, porém, me consta que José Baptista Baltazar e mais outro seu irmão; irmão também do menor João Evangelista, de volta do serviço da Guerra onde estiveram, se acham restituídos á família aquém procuram manter com o seu trabalho, dando a educação que podem a seu irmão. Sendo os recursos deste Colégio limitados e não podendo estender os seus benefícios se não a um pequeno número de verdadeiros desvalidos, entendo que se não deve privar ao dito Baltazar o direito de repartir com seu irmão menor os seus paternos desvelos. Entretanto a V. E. como permite o art. 33 do respectivo Regulamento, cabe bem apreciar se essas razões são

dignas de merecer o favor pedido. (PARAHYBA DO NORTE, Documentos Diversos, 1868, paginação irregular – grifos nossos).

O destaque dado à citação acima, recorre à informação sobre a origem étnica e social do menino admitido no Colégio. Revelando a presença de uma criança negra e filho de um escravizado em um espaço institucionalizado para difusão das letras e de ofícios para meninos pobres.

A falta de recursos financeiros para manter o Colégio também foi comentada nos discursos dos presidentes de Província; o que, provavelmente, pôde ter impedido alguns alunos de serem admitidos como solicitado pelas mães.

Cumprindo o respeitavel despacho de V. Ex^{cia}. de 6 do corrente, lançado na petição, que restituo, de **Lourença escrava, na qual pede para ser admittido neste Collégio seu filho menor de nome Luiz Antonio**, tenho a informar a V. Ex^{cia}. que avaliando em 30 educandos o numero que pode comportar este Collegio, e sendo 35 os que actualmente existem, encontra já bastantes dificuldades em sua marcha ordinaria, não só pelas acanhadas proporções do edificio, que poucos comodos offerece para conter um tão grande numero de alumnos, se não também pela verba do orçamento, que, pelas constantes e quotidianas necessidades do estabelecimento, se tem tornado bastante limitada para a sustentação de muitos collegiais, porisso não permite que seja admittido o de que trata a dita petição.

Deos Guarde a V. Ex^{cia}.

Collégio de Educandos Artífices da Parahyba em 12 de Setembro de 1873.

Il^{mo}. Ex^{mo}. Senr^o D^{or}. Francisco Teixeira de Sá. D. Presidente desta Província.

O Director

Antonio de Solz^a Govêa. (PARAHYBA DO NORTE, Documentos Diversos, 1873, paginação irregular - grifos nossos).

Assim, seria o Colégio de Educandos Artífices um lugar destinado à instrução da infância pobre e desvalida e formação de uma mão de obra para que esses meninos tivessem acesso ao mundo do trabalho. De acordo com os discursos dos presidentes da Província, o Colégio de Educandos também viria a preencher uma “lacuna” do ensino público. Questionamos assim, que lacuna seria essa? Seria a necessidade de formar a mão de obra? Ou a lacuna de alcançar a parcela da população desvalida que não era instruída e com isso não seria capaz de colaborar com o progresso da sociedade que buscava-se alcançar?

No tempo em que funcionou, as aulas de instrução primária, como dispostas no artigo 39 do regulamento, deveriam acontecer logo após as orações da manhã e acabariam às oito horas. As aulas de ensinar ler, escrever e contar e noções de gramática nacional deveriam ser

reguladas de acordo com as demais aulas da Província. Os educandos tinham aulas de primeiras letras de segunda à sábado.

Art. 39 – A aula de instrução primária começa logo depois da oração dos educandos e dura até as oito horas. É regulada pela mesma legislação que regula as demais aulas de instrução primária da Província. (LEIS E REGULAMENTOS..., Regulamento 1865, [2004], p. 127).

No quadro 08, mostraremos os horários e atividades desenvolvidas pelos alunos do Colégio.

Quadro 08: Os Horários e as Atividades no Colégio de Educandos Artífices da Parahyba do Norte

Horário	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado	Domingo
5h30 às 8h00	Revista matinal, oração e aulas de primeiras letras	Revista matinal, oração e aulas de primeiras letras	Revista matinal, oração e aulas de primeiras letras	Revista matinal, oração e aulas de primeiras letras	Revista matinal, oração e aulas de primeiras letras	Revista matinal, oração e aulas de primeiras letras	
8h00 às 8h25	Refeitório (almoço)	Refeitório (almoço)	Refeitório (almoço)	Refeitório (almoço)	Refeitório (almoço)	Refeitório (almoço)	8h00 Refeitório (almoço) e folga
8h25 às 12h00	Oficinas	Oficinas	Oficinas	Oficinas	Oficinas	Oficinas	10h00 aula de música até a hora do jantar
12h00 às 14h00	Jantar e folga	Jantar e folga	Jantar e folga	Jantar e folga	Jantar e folga	Folga e jantar	12h00 Jantar e folga o resto do dia
14h00 às 18h00	Oficinas	Oficinas	Oficinas	Oficinas	Oficinas	Oficinas	
18h00 às 19h00	Folga	Folga	Folga	Folga	Folga	Folga	
19h00 às 21h00	Lição de música	Doutrina cristã	Lição de música	Doutrina cristã	Lição de música	Doutrina cristã	

21h00 às 22h00	Ceia e estudo da lição do dia seguinte	Ceia e estudo da lição do dia seguinte	Ceia e estudo da lição do dia seguinte	Ceia e estudo da lição do dia seguinte	Ceia e estudo da lição do dia seguinte	Ceia e estudo da lição do dia seguinte	
22h00	Dormitório	Dormitório	Dormitório	Dormitório	Dormitório	Dormitório	Dormitório

Fonte: Mariano, 2015, p. 192.

Embora o tempo destinado às aulas primárias fosse curto, comparado ao tempo das oficinas – que eram oito horas diárias – como podemos observar no quadro 07, o Colégio de Educandos Artífices contribuiu para a escolarização da população pobre e negra na Província, apesar de não ter atendido a demanda da população que procurava a Instituição. Ainda de acordo com as informações presentes no quadro acima, foi possível perceber que não diferente do que era indicado para as demais aulas primárias, o ensino da doutrina cristã também era ministrado nas aulas do Colégio.

Para além das duas instituições públicas que apresentamos, percebemos a existência de outras criadas por iniciativas de particulares com caráter religioso.

O trabalho dissertativo de Maria Célia Marinho Nascimento (2009), intitulado *Filhas e irmãs do padre Ibiapina: Educação e devoção na Paraíba (1860-1883)*, indicou que no interior da Paraíba, as casas de caridade do Padre Ibiapina “[...] atraía tanto as moças pobres como aquelas de posses que lá buscavam a instrução necessária para um bom casamento e uma forma de sobrevivência. Contudo, alguns pais preferiam manter suas filhas analfabetas para evitar troca de correspondência com os namorados”. (NASCIMENTO, 2009, p. 92). A autora chamou a atenção ainda, para existência de um colégio noturno para pobres, criado por Joaquim Silva na cidade de Areia. O professor ficou conhecido como um latinista e autodidata, que “[...] ganhou em concurso a cadeira de latim e francês, em cujo exercício permaneceu por 25 anos de 1841 a 1865”. (ALMEIDA, 1980, p. 124). Além da escola noturna para pobres, há indicação de que tenha criado um outro colégio particular, também gratuito. (GAUDÊNCIO, 2007, p. 56).

Há indícios de que a criação das escolas noturnas foi uma realidade percebida na Província a partir da década de 1870.

Entendo também ser de grande vantagem o estabelecimento de escolas noturnas nas cidades de Mamanguape, Areia, Campina-Grande, Pombal e Souza. **O eloquente exemplo que nos oferece a desta capital, onde pais de família, artistas, empregados públicos, jornaleiros, etc, em grande numero e de envolta com meninos pobres, procuram instruir-se, nos deve**

incitar no desenvolvimento de tão útil e civilisadora instituição. E se não nós é permittido estendel-a por toda a província, ao menos dotemos com ella os centros mais populosos do interior. Estou convencido mesmo de que para algumas localidades deveriam as aulas nocturnas ser preferidas ás diárias. Suscito porem, apenas a idéia, sujeitando-a á melhor estudo. (PARAHYBA DO NORTE, Província. Falla..., 1871, p. 16, grifos nossos).

De acordo com a fala do diretor Joaquim Moreira Lima, existia na Capital da Província no ano de 1870 uma aula noturna que atendia os meninos pobres e que foi considerada como “útil e civilisadora”, mais uma vez remetendo à instrução a ideia de civilização.

No ano de 1874, o presidente Silvino Elvidio Carneiro da Cunha, ao prestar contas em seu relatório das aulas particulares na Província, também afirmou a existência de escolas noturnas nas cidades de Mamanguape e Campina Grande. O professor Lordão, que também era professor nas aulas primárias diurnas, atuou na aula em Campina Grande no ano de 1873, e, em outra, na Povoação da Bahia da Traição.

As aulas particulares de que esta repartição tem noticia e cujos preceptores tem licença são 10, sendo 8 do sexo masculino e 2 do feminino, frequentadas aquelas por 174 alumnos e estas por 48. Além destas estabeleceram-se **escolas nocturnas na cidade de Mamanguape, Campina e na Povoação da Bahia da Traição**, á cujo exercício se prestão os respectivos professores públicos, frequentadas por 76 alumnos. (PARAHYBA DO NORTE, Província. Relatório..., 1871, p. 29, grifos nossos).

O regulamento nº 30 de 7 de Dezembro de 1883, em seu artigo 14, mencionou a criação de escolas noturnas na Província,

Art. 14º Poderá o prezidente da província, quando julgar conveniente, crear no termo da capital e em outras quasquer da provincia, escolas nocturnas.
§ Unico- Estas escolas serão regidas, mediante uma gratificação razoavel, por algum dos professores públicos da localidade designado pelo prezidente da Provincia sob indicação da directoria geral da instrucção pública. (LEIS E REGULAMENTOS..., 1883 [2004], paginação irregular).

Diante do exposto, percebemos as escolas noturnas como uma alternativa para escolarização da população pobre na Província defendida e institucionalizada a partir da década de 1870. Os dados que apresentamos sobre as instituições para escolarização de meninos e meninas pobres nos pareceu indicar um movimento de defesa de um tipo de instrução específico e destinado à essa parcela da população.

Assim, o contingente maior de uma população pobre livre na Província, que dava lugar a população antes escravizada, esteve presente em “[...] um período em que a discussão sobre a necessidade de criação de espaços destinados a infância desvalida ganhou destaque e, as crianças pobres, passaram a ser assistidas pelos poderes públicos”. (MARIANO, 2015, p. 180).

4.3 Aulas, cadeiras e/ou escolas para pobres

Pensar as aulas públicas de primeiras letras no Brasil Imperial como um espaço destinado à escolarização de crianças pobres ou negras tem sido um movimento feito pelas pesquisas no campo da história da educação brasileira a partir da década de 1990 com a intenção de superar a ideia de que as aulas foram destinadas apenas aos filhos das elites da época.

Para além das instituições educativas, religiosas e de caridades que atenderam as crianças pobres e desvalidas, buscamos mapear, como principal objetivo deste trabalho, as aulas públicas que indicassem a presença de alunos pobres, como parte do processo de institucionalização da instrução primária.

Apesar das dificuldades encontradas nas fontes de pesquisa utilizadas neste trabalho, quanto as informações sobre as condições sociais dos alunos que frequentaram as aulas públicas primárias, como anunciado anteriormente, conseguimos mapear quatro casos que indicaram a presença de alunos pobres e negros nas aulas públicas de primeiras letras, que apresentaremos a seguir.

Illmo. Sr.

Tenho a vista o conteúdo do officio a V. Sa. Firmado em 24 do mes proximo findo ao qual estou respondendo.

Nunca desejando ser juis dos feitos da vida privada de pessoa alguma, eu devo dizer a V.Sa. que julgo malidicencia o quanto ahi tem chegado e disfavoravel a pessôa da Professora desta cidade, e creio que a razão de taes boatos é só filha de ter Ella em sua companhia uma Mana de quem alguma couza setter dito em sentido reprovado. **A aula da Professora é frequentada por vinte tantas meninas, sendo o maior nº filhas de pessoas pobres** mas no meio dellas tambem se encontrão filhas de pessoas concideradas, e não me consta que tenham algum pai de familia retirado suas filhas para evitarem que sejam testemunhas de imoralidades praticadas na dita aula, sendo certo que algumas vezes que tenho vizitado a aula tenho sempre encontrado boa ordem na pratica de ensino.

E a quanto despido de parcialidade tenho a informar a V.Sa que todavia em sua sabedoria e justiça fará o que bem entender.

D. G. a V. Sa. Felizmente
Cidade d’Areia 10 de setembro de 1866.

Illmo. Rmo Senr. Fr. Fructuozo da Soledade

Sigismundo D. Director interino da Instrucção Publica da Província da Parahiba

Antonio José Gonçalves Lima

Commisario. (PARAHYBA DO NORTE, Documentos Diversos, 1866, paginação irregular – grifos nossos).

A citação acima é parte de um ofício destinado ao diretor geral da instrução, Sigismundo Fructuozo da Soledade, pelo Comissário da instrução da cidade de Areia localizada na região do agreste paraibano, sobre a aula pública da professora Maria do Rosário Brasileira Mello. O motivo do envio se justifica pelos boatos que ocorriam na cidade sobre a moralidade da professora, questão imprescindível para o exercício do magistério à época. Nesse caso, as denúncias feitas contra a professora tiveram como base o fato de sua irmã ser mãe e solteira e morar na mesma casa em que a professora Maria do Rosário lecionava. Morar e trabalhar na mesma casa podiam ser consideradas situações corriqueiras para o período, muitas aulas públicas, mesmo sendo pagas pelo governo provincial, funcionavam nas casas dos professores ou em prédios alugados.

Assim, esses espaços privados- usados para as aulas- eram alvos de fiscalização e denúncias quando acreditavam existir alguma violação da ordem e moral públicas. A denúncia indicou-nos rastros em afirmar a existência de meninas pobres na aula. “De vinte e tantas meninas” o maior número delas era pobre, como também, a documentação indicou a presença de alunas de famílias “consideradas” na mesma aula. Entendemos por “consideradas”, famílias (mais) ricas, uma vez que na resposta dada ao ofício do comissário, o juiz de direito da Comarca de Areia, afirmou que os boatos não passavam da maldade de quem o fez, e que a aula também era frequentada por “[...] alumnas filhas dos principaes filhos desta cidade”. Considerando o contexto social da época, acreditamos que os “principaes filhos” da cidade de Areia seriam os que tinham melhores condições financeiras.

Ao buscar outras informações sobre a aula da professora Maria do Rosário, foi possível perceber que no ano seguinte da denúncia, a professora foi removida para a cadeira da Villa do Cuité. Entretanto, a cadeira da Villa do Cuité foi suprimida e a professora Maria do Rosário voltou a ocupar a cadeira da cidade de Areia.

Outrosim desejando dotar a villa de Pedras de Fogo com uma cadeira do ensino primario para o sexo femenino, beneficio esse de que a julgo merecedora por sua reconhecida importancia, de preferencia á alguns outros povoados, que d'elle já se acham de posse; e não me parecendo prudente augmentar a despeza já tão crescida que fazem os cofres publicos com a instrucção, **resolvi em data de 6 de Outubro crear a dita cadeira,**

supprimindo a da villa do cuité; e em atenção as boas informações que tenho á respeito da Professora publica do Ingá, D. Joaquina Simplicia da Purificação, a removi para a nova cadeira, e para a que ella tinha de deixar, **a Professora da cadeira supprimida, D. Maria do Rosario Brasileira e Mello, que para esta já havia sido tambem removida da cadeira d'Arêa, e que entretanto ainda não se achava em exercicio.** (PARAHYBA DO NORTE, Província. Exposição..., 1867, p. 7 – grifos nossos).

De acordo com a historiografia paraibana, a cidade de Areia destacou-se no período imperial por sua importância na economia e pelo seu contingente populacional que em 1850 “[...] segundo o recenseamento feito pelos vigários e acolhido por Beaurepaire Rohan, era de 20.552 habitantes, computados nesse número os moradores de Alagoa Grande, Pilões e Serraria. Em densidade demográfica, colocava-se Areia em terceiro lugar na Província, superada apenas pela capital e por Bananeiras [...]”. (ALMEIDA, 1980, p. 37). Outro dado sobre a cidade foi a existência de uma escola primária em 1821, “[...] instalada às vésperas da independência”. (GAUDÊNCIO, 2007, p.28). Ainda foi possível observar na documentação o movimento de criação de aulas da instrução primária e aulas avulsas do ensino secundário. Como também, os ordenados dos professores primários que em 1855 eram do mesmo valor dos professores da Capital:

Art.1º – Os professores da instrução primária da Província vencerão os ordenados seguintes:

§ 1º – Os da Capital e Cidade de Areia	600\$000
§ 2º – Os das demais vilas e freguesias	550\$000
§ 3º – As professoras da Capital e Cidade de Areia	550\$000
§ 4º – As da cidade de Souza e vila de Pombal	500\$000

(LEIS E REGULAMENTOS..., 1855 [2004], p. 34).

A partir das informações acerca da cidade de Areia aqui apresentadas, interessa-nos entender a presença de alunas de famílias pobres e famílias abastadas na mesma aula. As inferências nos levaram à uma novidade para as pesquisas em história da educação. Assim, no primeiro momento, podemos pensar acerca das relações econômica e social da cidade de Areia que era considerada importante para o desenvolvimento financeiro da Província. No segundo, inferimos que a presença dessas alunas pobres na aula da professora Maria do Rosário estava relacionada ao ideal de sociedade pensado que acreditava no poder da instrução como meio de civilização da população, que, por ser pobre – de acordo com o discurso dos presidentes – eram ignorantes e desconhecedores dos seus deveres. Assim, seria a instrução a forma pelo qual a ignorância desapareceria da sociedade paraibana. À medida que, de acordo com Sousa 2006, “[...] num país que se queria civilizado era inadmissível que continuassem a existir sujeitos sem

dominar os requisitos mínimos do *letramento*, ferramenta básica para o que considerava essencial”. (SOUSA, 2006, p. 101, grifos da autora).

A notícia da presença de alunos pobres nas aulas de primeiras letras foi adicionada a outro fator que vai além da pobreza, mas, sim, da escolarização de negros. Se faz mister não confundir aqui a palavra negro como sinônimo de escravizado, equívoco bastante recorrente na história da educação.

No século XIX havia uma população negra livre e liberta, e não apenas a escravizada. Para Província da Parahyba do Norte, não encontramos nenhuma lei que proibisse a população negra de frequentar as aulas de primeiras letras. Já a proibição de pessoas escravizadas pôde ser visualizada na legislação.

A lei de 1837 estabeleceu em seu artigo 14º que: “Os professores só admitirão em suas aulas pessoas livres” (LEIS E REGULAMENTOS..., 1837, [2004], p.16). Os regulamentos de 1849 não se pronunciaram sobre essa questão. Essa exigência foi retomada apenas em 1860 no artigo 59, que dizia: “[...]Não serão admittidos á matrícula ás escolas: § 1º Os meninos que padecerem de moléstias contagiosas; § 2º Os que não tiveram sido vacinados; § 3º Os escravos”. (LEIS E REGULAMENTOS..., Regulamento de 1860, paginação irregular).

Em uma denúncia feita pelo *Jornal da Parahyba* sobre a aula pública do professor Graciliano F. Lordão localizada no bairro alto da Capital, no ano de 1868, indicava que o professor havia castigado com mais palmatoadas um aluno por ser filho de uma escravizada. Infelizmente não encontramos o exemplar n. 602 do *Jornal da Parahyba* que contém a denúncia feita sobre o professor. Essa informação foi rastreada a partir do acesso que tivemos à notícia que indicava a defesa do professor em outro jornal, *O Publicador*, com data de 22 de julho do mesmo ano.

O professor Lordão defendeu-se ao afirmar que castigou os alunos devido ao mal comportamento diante da sua ausência da sala de aula. Castigando todos com palmatoadas. Mas, que o “anunciante” – que fez a denúncia sem se identificar – se compadeceu do filho da escrava, que ele julgou ter sido mais castigado que os outros.

[...] Sabbado (11 do corrente) não podendo eu ir à aula, por motivo de moléstia, e acontecendo, segundo o costume ter-se aberto a porta da referida aula antes de minha chegada, constou-me que às 9 1/2 horas do dia, quando alli chegara a participação de meu não comparecimento, ao fecharem-se as portas, se dera um grande alvoroço feito por diversos meninos, meus discípulos. Se o Sr. annunciante quizesse ou soubesse apreciar as cousas, conforme sua natureza facilmente se convenceria de que nem elle próprio, apezar do seu catonismo, poderia prevenir ou vedar, que meninos muitos dos

quaes de educação licenciosa, reunidos em grande numero, fora da vista dos paes e inspecção dos professores assim praticassem: factos desta ordem são e devem ser tão reprovados, quanto são os educadores obrigados a fazê-los reprimir e aniquilar; porém infelizmente elles se reproduzem à despeito da mais apurada e severa vigilância.

Na segunda-feira (13 do corrente) quando cheguei à aula, foi o meu primeiro serviço syndicar a desordem e todos seus pormenores, **sendo castigados com seis palmatoadas cada um de seus autores, em cujo numero achava-se o filho da escrava, do qual o Sr. annunciante mostra-se compadecido pelo rigoroso castigo que lhe foi aplicado**, em punição d'aquella mesma falta que elle em sua censura chama *espectaculo vergonhoso e digno da publica indignação!*

E' este e facto por que sou pelo Sr. annunciante acremente censurado e por que o meu nome é barateado à margem de um jornal, no mons parturiens, que em desabono de minha reputação e de minha vida publica foi oferecido à apreciação do Sr. diretor da I. Publica e de quantos o quizerem ver. (*O Publicador*, 1868, p. 2).

O professor continuava sua defesa ao afirmar que o anunciante/ denunciante faltou com a verdade quando se referiu a escravizada mãe do aluno, e que a mesma o havia proibido –no caso o professor Lordão- de castigar seu filho:

Cumpre-me também declarar ao Sr. annunciante cujo nome mui bem fez em ocultar que faltou a verdade quando disse haver a escrava mãi da pobre criancinha rigorosamente castigada, desautorizando-me em a própria aula pelo excessivo castigo de seu filho, ella nenhuma cousa mais fez do que perguntar-me, se o filho também estava complicado na desordem, cujo inquérito eu acabava de proceder e eu lhe respondi que – sim -. (*O Publicador*, 1868, p. 2).

Diante da denúncia feita sobre a aula de primeiras letras do professor Lordão, a presença de um aluno negro e pobre, filho de uma escravizada, frequentar a aula pública primária no ano de 1868, antes mesmo da Lei do Ventre Livre ter sido aprovada corrobora a nossa tese anunciada acerca da existência de pessoas negras livre e liberta na Província da Parahyba do Norte que, mesmo precariamente, frequentavam as aulas e não estavam totalmente- como muitos acreditaram-, distantes e insensíveis ao movimento que alçava a escola como algo central na vida dos indivíduos.

Conforme já indicado, pesquisas no campo da história da educação tem apresentado casos parecidos aos relatados¹⁰. O trabalho de Marcus Vinícius Fonseca indicou a presença forte da população negra nas escolas de primeiras letras na Província de Minas Gerais. Ao se referir

¹⁰ Na Paraíba há trabalhos em andamento que investigam a participação dos negros nas escolas primárias do oitocentos.

a população negra a classificou como aquela que “[...] no século XIX usufruía da condição de liberdade e se movimentava na sociedade mineira das mais diferentes formas”. (FONSECA, 2009, p. 19).

Argumentou que em Minas Gerais a população negra representava o maior número de pessoas e usou a defesa da instrução como um elemento principal “[...] no que se referia à necessidade de sua disseminação para civilizar a população”. (FONSECA, 2009, p. 62). Mesmo considerando as diferenças regionais, os dados que Fonseca apresentou para justificar sua pesquisa assemelham-se aos que apontamos para a população negra na/ da Província da Parahyba do Norte que, à época, era majoritária.

No mesmo ano da denúncia, o professor Graciliano Lordão foi removido para Fagundes “[...] e, em seguida, transferido para Campina Grande-, onde em 1875 permutou uma vaga de professor com um colega de Pedra Lavrada, depois de tantas andanças, lugar de sua residência”. (MARIANO, 2015, p. 16). Em 1873 era professor particular em Campina Grande.

Não sabemos o motivo da remoção do professor Lordão, talvez, a denúncia feita no Jornal possa ter influenciado a sua saída da aula da Capital que receberia maior fiscalização, como indicado na Lei no 20 – de 6 de maio de 1837

Art. 16º – As aulas da capital serão fiscalizadas imediatamente pelo Presidente da Província ou por pessoa de sua confiança; e as outras por um inspetor nomeado pelo mesmo Presidente. Estes Inspectores deverão inspecionar as aulas, vigiar a conduta dos professores, e admoestarão àqueles, que não cumprirem com seus deveres primeira e segunda vez em termos decentes; e não aproveitando darão ao Presidente da Província parte circunstanciada para este proceder como for de justiça. As pessoas nomeadas pelo Presidente para fiscalizarem as aulas passarão atestados de freqüência aos respectivos professores. (LEIS E REGULAMENTOS..., 1835 [2004], p. 18).

Uma peculiaridade a respeito desse professor refere-se a sua origem étnico-racial, pois, de acordo com Bittencourt (1914, p. 139), “[...] dedicando-se ao magistério, foi um esforçado professor primário durante longos anos, homem de boa estatura, mas de cor, dotado de superior inteligência”.

Um professor “de cor” corrobora o que anunciamos sobre a possível presença de uma população negra livre, que, ainda em uma sociedade escravocrata, ocupou lugares na instrução e no caso do professor Lordão, a exemplo do Professor Cardoso Vieira – apresentado no capítulo 2 – ocuparam lugar no corpo docente da instrução pública paraibana.

Em 1872, O *Jornal Correio Noticioso* indicava a presença de alunos pobres em uma aula pública primária. A notícia tinha teor de denúncia e fora direcionada ao diretor geral da instrução referindo-se às aulas da cidade de Mamanguape. A coexistência de meninos pobres e ricos pôde ser observada mais uma vez:

[...] Só gozam dos cuidados do tal Professor publico os meninos d'aquelles que ele adula, **sendo que os meninos de pessoas pobres entrão e sahem d'aula sem que mereção ser ensinados por ele!** [...] Pedimos ao Illm. Sr. Dr. Director da Instrucção publica providencia a respeito. Por que a continuarmos assim não sabemos por quanto _____ devemos cooperar para pagar os tributos ao Thezouro, sendo que a Provincia nem ao menos dá para os pobres uma aula para se instruir os filhos; porque ao cuidado do Professor só estão n'aula alguns meninos de pessoas que nem ao menos querem que os seus filhos se _____ com os míseros filhos de um pobre pae. (PARAHYBA DO NNORTE, *Jornal Correio Notticioso*, 1872, paginação irregular, grifos nossos).

Na carta, o remetente identificado como “Um interessado” denunciou a falta de cuidado do professor com os alunos pobres da região e cobrou da Diretoria da instrução pública uma providência para melhorar a situação da aula e dos alunos que a frequentavam como forma de garantir a instrução que era paga com os tributos da cidade repassados ao Governo provincial.

Um “interessado” clamava por igualdade entre os alunos na obtenção da instrução. Faltou-nos saber quem reclamava dessa situação. Será que era um pai que estava insatisfeito com a instrução que o filho recebia? Um jornalista que denunciava? Uma rivalidade entre professores?

Em qualquer dos casos é interessante destacar a denúncia que não apenas reclamava a educação, mas caracterizava um tipo de desigualdade na forma em que ela- neste caso- era repassada.

Foi possível acompanhar, que como aconteceu na cidade de Areia, em Mamanguape também houve um movimento de criação de aulas de primeiras letras, com mais de uma cadeira do sexo masculino no mesmo ano.

As aulas da cidade de Mamanguape e Areia, como em grande parte da Província, aconteceram em casas alugadas ou na casa do professor, como a professora Maria do Rosário, em Areia, que morava na casa que lecionava. Para tanto, o governo provincial deveria pagar uma gratificação para o aluguel da casa, como constava na Lei nº 66 de 19 de julho de 1862 que “[...] eleva a 100\$ rs. a gratificação de 50\$ rs. que percebe cada professor de instrução primária das cidades de Mamanguape, Areia e Souza para aluguel de casa da respectiva escola.” (LEIS E REGULAMENTOS..., 1862 [2004], p.170).

No entanto, alguns professores reclamavam do cumprimento da lei e do pagamento das gratificações para este fim. Em 1863, o professor Francisco Junior da Rocha, da cidade de Pombal, solicitou à Assembleia Legislativa o cumprimento da Lei nº 66, mas não foi atendido e a comissão, mesmo reconhecendo a legitimidade do pedido, propôs uma lei para revogar a anterior:

O Professôr Publico de Instrucção primaria da cidade de Pombal – Francisco Junior da Rocha _____ pede a esta Assembléa que lhe faça extensiva a disposição da lei nº 66 de 13 de Julho do anno proximo passado que elevem a 100\$000 reis as gratificação dos Professôres das cidades de Santo Antonio de Mamanguape por darem-se em seu favor as mesmas condições; e a comissão a quem foi submetida a sua petição entende, que não é sem fundamento a sua reclamação como não seria a respeito das demais.

Attendendo pela a Commissão ao estado pouco financeiro das rendas da Provincia municepaes de comportar aumento de despesas tão consideravel indeferindo o pedido do peticionario propõe o seguinte:

Nº 20

A Assembléa Legislativa da Provincia da Parahyba do Norte.

Resolve.

Art 1º Fica revogada a lei nº 66 de 19 de Julho de 1862 e as disposições em contrario. Salla das conferencias 24 de Outubro de 1863. (PARAHYBA DO NORTE, Documentos Diversos, 1863, paginação irregular).

Na documentação não encontramos a versão final da lei proposta, mas outras depois dessas datas continuavam a indicar o pagamento de gratificações aos professores para pagamento do aluguel das casas onde deveriam funcionar as aulas, como indicava a Lei nº 455 – de 22 de junho de 1872 “[...]Art. 3º – Os professores públicos não poderão lecionar nas casas de sua residência, sob pena de perderem a gratificação que percebem para aluguel de casa, além da responsabilidade pela desobediência”. (LEIS E REGULAMENTOS..., 1872, [2004], p. 52).

Em 1882 houve um pedido para a abertura de uma aula de primeiras letras para meninos pobres na povoação de Jacaraú, termo da cidade de Mamanguape. O documento foi destinado à diretoria da Instrução Pública da Província pelo subdelegado da povoação de Jacaraú, Manoel de Oliveira Braga, que consciente do regulamento da instrução em vigor, defendeu o restabelecimento da aula de primeiras letras, a fim de atender a população pobre daquele lugar.

Il^{mo}. Senr.

Sendo o ensino primário a fonte donde se resulta a felicidade do povo, e visando-se a população dessa localidade privada dele pela falta de um educandario da mocidade, eu, na qualidade de autoridade, vou pelo prezente, de conformidade com o § 1º do artigo 9 do regulamento da Instrucção Publica de 30 de Agosto do anno passado, solicitar de V. Excelência o

restabelecimento da cadeira do sexo masculino desta mesma povoação, remetendo juntamente o arrolamento dos meninos aptos para a escolla, segundo prescrição do § 20 do citado artigo. Ilmo. Excelentissimo. D^{or}. Director, se há palpitante necessidade de um preceptor da infância em algum dos povoados desta Provincia, parece que aqui com sobra de razão já deveria ter, por ter um lugar muito habitado, e onde por longos annos teve professor com uma freqüência crescida de alumnos como difundida, ver pelos respectivos mappas. **O povo pobre como é, espera que V. Excelencia lance suas vistas sobre esses mandando para essa povoação um professor que venhão tirar seus filhos da segueira em que se acham.**

Eu, pois confiado nos sentimentos que distinguem essa Directoria espero que será attendido o meu pedido, mas se não for quer renderá elle em proveito da população.

Deus guarde a V. Excelencia

Ilmo. Snr. D^{or}. Ivo Magno Borges da Fonseca M.D. Director da Instrucção Publica da Provincia da Parahyba do Norte.

Manoel de Oliveira Braga - Subdelegado

(PARAHYBA DO NORTE, Documentos Diversos, 1882, paginação irregular, grifos nossos).

No mesmo documento, o Juiz de paz da povoação de Jacaraú também reforçou o pedido e enviou em anexo o nome, idade e filiação dos 60 meninos aptos para frequentar a escola.

Ilmo. Sr.

Havendo o Sr. Subdelegado de Policia deste districto, baziado no regulamento de Instrucção Publica dessa Província, solicitado de V. excellencia da cadeira do sexo masculino dessa povoação e não podendo em vistas de approvar semelhante procedimento rogo a Vossa Excellencia que se digne de enviar os meios de alcance desta Directoria **afim de que a população pobre desta localidade tenha um professor para a educação de seus filhos**, única fonte onde poderão _____ a instrucção primária, donde por certo lhe o unirão a felicidade fuctura. O Ex^{mo}. Sr. Subdelegado deverá ter remetido o arrollamento dos meninos a _____ p^a escola, razão por que _____. A população de Jacaraú confia que V. Ex. se dignará de dar solução ao meu pedido porque ele tras um certo bem commum.

Deus Guarde V. Ex^a

Ilmo Dr. Ivo Magno Borges do Francisco

Dr. Director da Instrucção Publica da Provincia da Parahyba do Norte

Antonio Francisco Coelho Madruga.

Juiz de Pas

(PARAHYBA DO NORTE, Documentos Diversos, 1882, paginação irregular, grifos nossos).

Quadro 09: Arrolamento dos meninos aptos para a Escola da Povoação do Jacaraú em 08 de Abril de 1882.

Nº	Nomes	Idades	Filiação
1	Joaquim Higino Pinho	10 annos	Manoel Pinheiro de Sá Pinho
2	Galdino Higino Pinho	8 annos	Idem
3	José Gomes Ferreira	7 annos	Joaquim Gomes Ferreira
4	Francisco Gomes das Chagas	8 annos	Idem
5	Antonio Elias da Nobrega	14 annos	Manoel Elias da Nobrega
6	José Elias da Nobrega	12 annos	Idem
7	Miguel Elias da Nobrega	11 annos	Idem
8	Manoel Elias da Nobrega	10 annos	Idem
9	Andre Elias da Nobrega	9 annos	Idem
10	Peviano Elias da Nobrega	8 annos	Idem
11	Andre Ponciano Gomes	12 annos	José Ponciano Gomes
12	Antonio Gomes Ferreira	11 annos	Idem
13	Joaquim Gomes de Oliveira	14 annos	Leandro Gomes de Oliveira
14	Antonio Gomes de Oliveira	9 annos	Idem
15	Manoel Martins Albuquerque	14 annos	Antonio Martins Albuquerque
16	Antonio Martins Albuquerque Sobrinho	12 annos	Manoel Martins Albuquerque
17	Salustiano Lourenço d'Oliveira	12 annos	Manoel Lourenço d'Oliveira
18	Pedro Lourenço d'Oliveira	11 annos	Idem
19	Manoel Lourenço d'Oliveira	12 annos	Galdino Lourenço d'Oliveira
20	José Gomes d'Oliveira	12 annos	Fabricio Gomes d'Oliveira
21	Miguel Gomes d'Oliveira Sobrinho	11 annos	Idem
22	Francisco Gomes d'Oliveira	8 annos	Miguel Gomes d'Oliveira
23	Manoel Martins d'Oliveira	12 annos	José Martins d'Oliveira
24	Geremias Marques Franca	14 annos	Pedro Ferreira Marques
25	Benedito Borges d'Oliveira	14 annos	Justino Gomes d'Oliveira
26	Joaquim Ribeiro da Fonseca	10 annos	João Ribeiro da Fonseca
27	Manoel Vieira da Silva	12 annos	Silvestre Vieira da Souza
28	José Vieira da Silva	11 annos	Idem
29	Joaquim Vieira da Silva	9 annos	Idem

30	Miguel Vieira da Silva	9 annos	Idem
31	Manoel Nogueira Campos	8 annos	Dionizio Nogueira Campos
32	José Nogueira da Silva	14 annos	Pacifico Nogueira da Silva
33	Miguel Nogueira da Silva	13 annos	Idem
34	Fructuozo Nogueira da Silva	12 annos	Idem
35	João Leandro d'Oliveira	11 annos	Manoel Leandro d'Oliveira
36	Joaquim Gomes de Carvalho	9 annos	Alexandre Gomes de Carvalho
37	Joaquim Fernandes da Silva	12 annos	João Fernandes da Silva
38	Manoel Pedro do Nascimento	10 annos	Jaú Pedro do Nascimento
39	Bemvenuto Francisco da Silva	12 annos	Tangeiro Francisco de Lima
40	João Francisco de Lima	11 annos	Idem
41	Belarmino Francisco Pinheiro	14 annos	Candido Chaves de Medeiros
42	Luis Antonio da Rocha	11 annos	João Pereira Gomes Boraleiro
43	Graciliano Lopes da Silva	10 annos	Manoel Lopes da Silva
44	Rafael Gomes das Mercês	14 annos	Manoel Rezende das Mercês
45	Manoel Gideo da Silva	12 annos	Liturco Ferreira Leite
46	Manoel Claudino Ferreira	12 annos	Claudino Ferreira da Silva
47	Antonio Claudino Ferreira	10 annos	Idem
48	José Gomes Boraleiro	9 annos	Miguel Gomes Boraleiro
49	Antonio Francisco Pedreiro	10 annos	Francisco Pedreiro
50	Joaquim Barboza de Lima	12 annos	Manoel Barboza de Lima
51	Geremias Gomes Boraleiro	9 annos	Claudino Gomes Boraleiro
52	Vicente Gomes Boraleiro	12 annos	Idem
53	João Gomes Borateiro da Silva	16 annos	Idem
54	Christisno Gomes Bizanil	12 annos	Alexandre Gomes Bizanil
55	Pedro do Rego Foxino	14 annos	Honorio do Rego Foxino
56	José Pedro Ferreira	14 annos	Manoel Pedro Ferreira
57	Thomaz Pedro Ferreira	12 annos	Idem
58	Minervino Pedro Ferreira	11 annos	Idem
59	Bilizino Pedro Ferreira	11 annos	Idem
60	Francisco Joaquim da Silva	12 annos	Joaquim da Silva

Fonte: PARAHYBA DO NORTE, Província. Documentos Diversos da Instrução..., 1882, paginação irregular.

O documento que apresentamos acima foi enviado pelo Juiz de Paz, Antonio Francisco Coelho Madruga, à Diretoria da instrução pública no dia 8 de Abril de 1882 e, em data de 14 de Abril, o Diretor Geral respondeu à solicitação feita, indicando reconhecer a necessidade da abertura de uma escola naquela localidade.

Directoria da Instrucção Publica da Parahyba, em 14 de Abril de 1882

Nº 31

Ill^{mo}. e Ex^{mo}. Senr.

Representando-me o subdelegado e juiz de Paz da Povoação de Jacaraú sobre a necessidade de uma cadeira para o sexo masculino áquella Povoação remetendo ao mesmo tempo o arrolamento dos meninos aptos para frequentarem a escola, subindo o numero a 60, como verá V.Exa. dos papeis inclusos, entendo que deve ser creada a referida cadeira.

Deos guarde a V.Ex^a

Ill^{mo}. e Ex^{mo} Senr. D^{or} Antonio Alfredo da Gama e Mello, M.D._Vice Presidente d'esta Província.

O Director

(PARAHYBA DO NORTE, Documentos Diversos, 1882, paginação irregular).

Os dados apresentados com os nomes de sessenta (60) alunos indicou-nos informações preciosas, quando raramente deparamo-nos com dados sobre os alunos- e seus pais- na documentação.

Buscamos exaustivamente informações acerca desses nomes no arquivo da Cúria da Arquidiocese da Paraíba. Não sendo possível analisar todos os assentos de batismo, casamentos e óbitos, da provável Paróquia que estes nomes estariam registrados – Paróquia São Pedro e São Paulo da povoação de Mamanguape – achamos importante inferir sobre algumas questões que a análise do quadro nos possibilita.

A descrição do documento que acompanha o abaixo assinado com os nomes dos meninos e de seus pais, indicam que eram crianças pobres e que estavam em idade escolar. O juiz de paz da povoação que enviou o documento ao diretor da instrução da Província foi incisivo ao afirmar que solicitava a abertura da aula de primeiras letras “[...] afim de que a população pobre desta localidade tenha um professor para a educação de seus filhos”. (PARAHYBA DO NORTE, Documentos Diversos, 1882, paginação irregular).

Também é possível identificar que o abaixo assinado foi organizado por 37 famílias. A idade dos meninos, a maioria deles fazia parte da mesma família o que indicava que eram irmãos, mostrava a variedade das datas de nascimentos, meninos de 07 a 16 anos compunham

o público que, se esperavam, frequentassem as aulas. Antonio Elias da Nobrega de 14 anos e José Elias da Nobrega 12 anos, Miguel Elias da Nobrega 11 anos, Manoel Elias da Nobrega 10 anos, André Elias da Nobrega 9 anos, Peviano Elias da Nobrega 8 anos, todos filhos de Manoel Elias da Nobrega; seis irmãos que provavelmente frequentariam a mesma aula de primeiras letras. Seriam os seis irmãos analfabetos, mesmo com a idade do mais velho ser de 14 anos? Ou a aula que deveria ser criada para atender a tal reivindicação acolheria todos os meninos mesmo que estivessem em graus diferentes de instrução?

O regulamento de 1849, organizava a instrução a partir de três divisões ou níveis de ensino a partir da idade dos alunos e o que deveria ser ensinado nas aulas de instrução primária, que compreendia necessariamente “[...] a instrução moral e religiosa, a leitura, a caligrafia, a aritmética até proporções, os elementos da gramática portuguesa e as noções gerais de geometria prática sem demonstrações”. (LEIS E REGULAMENTOS..., regulamento de 20 de janeiro de 1849 [2004], p.26).

A primeira divisão era formada pelos meninos de 06 a 08 anos que “[...] além das leituras de piedade, feitas em voz alta, eles se exercerão particularmente na recitação das rezas. Aprenderão ao mesmo tempo a ler, escrever, e as primeiras noções do cálculo verbal”. (LEIS E REGULAMENTOS..., regulamento de 20 de janeiro de 1849, p.26).

A segunda divisão seria composta por meninos de 08 a 10 anos “[...] A instrução moral e religiosa consistirá no ensino da história santa; Velho e Novo Testamento. Os meninos continuarão os exercícios de leitura, escrita, e cálculo verbal. Aprenderão a calcular por escrita, e a gramática portuguesa”. (LEIS E REGULAMENTOS..., regulamento de 20 de janeiro de 1849, p.27).

E a terceira, “[...] se comporá dos meninos de 10 anos para cima. Estudarão especialmente a doutrina cristã, continuarão os exercícios de leitura, escrita, cálculos e da língua portuguesa”. (LEIS E REGULAMENTOS..., regulamento de 20 de janeiro de 1849, p.27). Para as meninas, além das lições indicadas, deveriam ser “[...] exercitadas nos trabalhos da vida doméstica”. (LEIS E REGULAMENTOS..., regulamento de 20 de janeiro de 1849, p. 30).

Embora o regulamento apresentasse a divisão das aulas da instrução primária por idade níveis de aprendizagem desde 1849, o abaixo assinado indicou a dificuldade em implementar tal proposta defendida pelo método simultâneo levando a inferir sobre as dificuldades em cumprir o que estava prescrito na lei há 33 anos.

A utilização do método misto pode ajudar no entendimento da questão, pois, como já mostrado, muitas vezes, em defesa da instrução de todos, se juntavam crianças de todas as

idades e níveis em uma mesma aula, com atendimento diferenciados, em grupos, para o atendimento das diversas realidades encontradas em um único espaço escolar.

Pareceu-nos que para a população de Mamanguape o mais importante naquele momento era a criação de uma aula para atender os 60 meninos que estavam em idade escolar. A forma pelo qual esses alunos em idades diferentes aprenderiam os conteúdos necessários de uma aula de primeiras letras parecia uma questão que não necessitava ser discutida para o momento. Afinal, para aquelas pessoas, o que mais importava era ter a aula/escola aberta para suprir a necessidade de aprender daqueles meninos considerados mais pobres.

Outra questão que corrobora com o que acreditamos acerca da condição social pouco favorecida desses meninos, foi o nome de um menino e de seu pai: Antonio Francisco Pedreiro de 10 anos era filho de Francisco Pedreiro, que indicava possivelmente a profissão exercida pelo pai da criança considerando que era comum, se identificar pela profissão que exerciam, passando através dos anos a compor a identidade de origem, como, por exemplo, se pensava ser a função do sobrenome das pessoas.

Não foi possível mapear a criação da aula na povoação de Jacaraú naquele mesmo ano. Mas, no ano de 1884 a Lei nº 775 criou uma aula para o sexo masculino na povoação de Jacaraú que acreditamos ter sido uma resposta ao abaixo-assinado enviado à Diretoria: “[...]. Ficam criadas as cadeiras de instrução primária, pelo sistema misto das povoações de Jacaraú e Araçagi da freguesia de S. Pedro e S. Paulo da cidade de Mamanguape”. (LEIS E REGULAMENTOS..., 1884 [2004], p. 159).

A cidade de Mamanguape se destacou por ser considerada, “[...] depois da Capital, a cidade mais influente da Província”. (RAMOS, 1993, p. 75). Recebeu o Imperador no ano de 1859, que visitou uma escola na cidade. E “[...] anotou sobre elas elementos que permitem espreitar questões relativas ao universo instrucional do período e, desse modo, constatar certos detalhes que as pesquisas recentes na área de História da Educação na Paraíba já vem apontando, ou seja, a precariedade da instrução na província”. (OLIVEIRA; CURY, 2013, p. 11).

O presidente da Província Luiz Antonio da Silva Nunes, quando visitou a cidade no ano de 1860 chegou a afirmar que “[...] Mamanguape era realmente uma cidade em progresso”. (COSTA, 1986, p. 65).

Assim, percebemos que as aulas públicas primárias que receberam a presença de alunos pobres e negros na Província da Parahyba do Norte durante o Império aconteceram em três grandes cidades da Província paraibana.

Ainda que incipiente, a movimentação urbana possibilitava a circulação de pessoas e a necessidade do “saber ler e escrever” para dar conta da decifração do universo que se apresentava, muitas vezes, como novo.

Assim, de acordo com Ananias (2015, p.116) as escolas para pobres

[...] foram construídas, mantidas e defendidas a partir do conhecimento da realidade, ou parte dela, e da defesa de que à educação caberia o papel de adequação social que seria garantida através da inserção, de forma diferenciada, da população na nova ordem burguesa e capitalista que embrionariamente instalou-se no Brasil do final do século XIX.

A forma que deveriam se comportar, como falar, como aprender, como obedecer eram prescritas e possivelmente ensinadas para parte da população pobre que circulava por esses espaços; os negros compunham a população pobre e a documentação encontrada nos possibilitou corroborar a hipótese de que parte dessas pessoas tiveram acesso à instrução.

Os resultados da pesquisa se juntam para defender a ideia de que para além das crianças de famílias abastadas, outras passaram pelas aulas públicas primárias no século XIX na Província da Parahyba do Norte, crianças pobres e negras – como demonstramos neste capítulo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos, novas pesquisas no campo da história da educação brasileira tem destacado a necessidade de analisar diferentes sujeitos históricos no que se refere ao acesso (ou não) à escola. Pesquisas que investigam as ações educativas de homens e mulheres têm dado visibilidade a presença de uma parcela da população até então considerada alijada do processo de escolarização no período imperial no Brasil. Esta questão aos poucos tem sido superada graças ao uso de novas abordagens, métodos e fontes de pesquisas que tem permitido o crescimento de estudos com o objetivo de investigar as pessoas consideradas como “os de baixo” que foram preteridos pela historiografia tradicional, pois, nesta abordagem, não fizeram parte da escola primária no século XIX.

O trabalho que apresentamos buscou colocar a Paraíba dentro desse contexto de pesquisas que escolheram esses novos sujeitos como agentes da formação da incipiente escola primária brasileira.

Para convencer o leitor que as aulas públicas primárias na Parahyba do Norte foram frequentadas e pensadas para população pobre, sabíamos que não era suficiente apenas dizer que existiram aulas particulares direcionadas para população mais abastada da sociedade paraibana, e que as aulas públicas – com suas precárias condições de funcionamento – bastavam aos pobres. Mais ainda, a referência historiográfica da educação sempre nos mostrou que as escolas públicas foram direcionadas à uma instrução para as elites.

A singularidade da Paraíba mostrou a presença de alunos pobres e ricos na mesma aula pública, como demonstramos no capítulo 4. Assim, as inferências encaminharam à uma análise mais complexa do que a pensada inicialmente, a instrução servia tanto aos pobres como aqueles mais abastados.

O estudo das características socioeconômicas da sociedade paraibana, com o auxílio da historiografia local, serviu como uma trilha para identificação dos sujeitos; uma vez que as fontes de pesquisas não traziam informações sobre os alunos matriculados nas aulas públicas primárias. Da mesma forma, as várias nuances de um mesmo tempo e espaço complicaram a nossa intenção de tentar configurar o que consideramos o começo da nossa atual escola moderna brasileira.

Dentre as principais características, a relação entre instrução e civilização esteve mais presente na pesquisa. O discurso civilizatório considerava a instrução primária como parte do desenvolvimento e progresso da sociedade. A análise partiu das falas oficiais encontradas nos

relatórios da instrução e dos presidentes de Província e identificou a defesa do ideal de instrução primária que indicava a instrução como medida de civilização da população paraibana.

Outra característica, diz respeito às tentativas empreendidas pelo governo provincial em alcançar a uniformidade do ensino a partir da criação de leis e regulamentos que pretendia direcionar o rumo daquele que era considerado o mais importante “ramo do serviço público” pelos gestores da época. No entanto, ressalva-se que a preocupação com o avanço e qualidade da instrução ficou muitas vezes no discurso, pois as ações do governo provincial estavam longe de estabelecer o anunciado, ainda que à instrução pública fosse destinado o terceiro maior valor das despesas da Província, mesmo assim, era comum aparecer nos relatórios dos presidentes e do diretor geral da instrução reclamações quanto à falta de recursos destinados para instrução.

O presidente da Província, Francisco Araujo Lima, no ano de 1861, chegou a justificar o fechamento de algumas cadeiras devido aos poucos recursos que a Província dispndia à instrução. No mesmo ano, o diretor geral da instrução também considerou que seria impraticável qualquer melhoramento da instrução pública “[...] em vista dos fracos recursos de que dispõe a Provincia. (PARAHYBA DO NORTE, Província. Relatório do Diretor Geral da Instrução..., 186, p. 20).

Já em relatório de 1871, o diretor geral da instrução, Joaquim Moreira Lima, chegou a discordar daqueles que justificavam o atraso da instrução pela falta de recursos financeiros, afirmando que:

Costuma-se dizer que a causa do atraso da instrucção publica provincial decorre da falta de recursos para prover as correspondentes despesas. Penso de modo contrário, se bem que reconheça até certo ponto alguma razão naquelles que assim raciocinam

Assim, repito, com os recursos actuaes da província muito se pode fazer em prol da educação de sua mocidade: a questão não é de meios que possuímos, porem de vontade que nos falta. (PARAHYBA DO NORTE, Província. Falla..., 1871, p. 16).

Dessa forma, o atraso da instrução pública primária era causado – para alguns- devido à falta de recursos; para outros, a falta de vontade política de dar continuidade às propostas de melhoramentos, justificava as deficiências reiteradamente anunciadas na documentação estudada.

Assim, percebemos que embora o debate acerca da institucionalização da instrução pública primária fosse intenso, as ações empreendidas não eram suficientes para estabelecer aulas/escolas capazes de atender toda população em idade escolar e que necessitava ser instruída. Havia um discurso que unificava esse problema como universal, dando a ideia de que

a instrução deveria atender a todos, unificando, nas palavras, os anseios da sociedade que era dividida e complexa.

Para atender a esse universo diferenciado, além das aulas públicas, havia um importante quantitativo de aulas mantidas por particulares em toda Província. Embora algumas destas aulas estivessem sob a égide do poder público quanto às prescrições acerca dos métodos de ensino, entendemos que foram frequentadas por alunos de famílias mais abastadas da sociedade paraibana como vimos com o professor João Lícínio, no capítulo 3, que cobrava um valor mensal a quem frequentasse as aulas particulares que, na maioria das vezes, funcionavam na casa do professor. Muitas aulas públicas também funcionaram nos ambientes domésticos, exceto as das instituições educativas para crianças desvalidas criadas em toda Província durante o período imperial.

Ao longo da pesquisa buscamos apresentar como as aulas públicas se constituíram em lugares da presença de alunos pobres. A partir dos cinco casos que identificamos, foi possível elucidar – um pouco- do perfil social da população paraibana e das condições precárias das aulas públicas. Questionamos se a elite estaria disposta a enviar seus filhos às escolas que eram alvos de críticas por parte dos próprios gestores e algumas vezes dos editoriais de alguns jornais paraibanos que circularam na época.

A narrativa se empenhou em destacar a presença de crianças pobres nas aulas, ainda que tenhamos percebido registros de alunos filhos das famílias mais abastadas nas mesmas cadeiras.

O movimento dinâmico da sociedade- para além dos discursos e da nossa própria concepção de escola da época-, acreditamos, estar relacionado ao ideal de instrução como meio por excelência de civilizar a população. Assim, a instrução seria a forma pela qual a ignorância desapareceria da sociedade e o conhecimento formaria uma nação culta e imune aos males da falta de saber. Dessa forma, a crença universal da instrução como redentora dos males sociais, permitiu que algumas pessoas pobres tivessem acesso à instrução; às vezes, junto aos filhos das famílias mais abastadas.

Dessa forma, a análise que fizemos sobre a população paraibana e sobre a instrução, considerando toda a documentação pesquisada, nos mostrou indícios que fundamentaram o nosso argumento central de que uma parte da população pobre, para além das instituições escolares- destinada aos pobres desvalidos-, teve acesso à instrução primária pela necessidade da instrução ser um elemento de consolidação do Estado provincial e da civilização de todas as pessoas.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Martha. Civilização. In: VAINFAS, Ronaldo (org.) **Dicionário do Brasil imperial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
- ALMEIDA, Horácio de. **Brejo de Areia**. João Pessoa, Editora Universitária, UFPB, 1980.
- ANANIAS, Mauricéia. **As escolas para o povo em Campinas: 1860-1889** Origens, ideário e contexto. Dissertação de Mestrado. Unicamp, 2000.
- ANANIAS, Mauricéia. A organização da instrução pública primária: província da Parahyba do Norte (1849 – 1864). In: **Anais do VIII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação**. São Luís, MA. 2010.
- ANANIAS, Mauricéia. **As escolas para pobres: instrução, trabalho e civilização: Campinas – SP, 1860-1889**. João Pessoa, Editora da UFPB, 2005.
- ANANIAS, Mauricéia.; CURY, Cláudia. Engler. A Escola pública de instrução primária brasileira. Província da Parahyba do Norte: 1822-1849. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 13, p. 115-127, 2013.
- ANANIAS, Mauricéia. **Instrução nas províncias: intelectuais**, escolarização e práticas docentes. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra)
- ANANIAS, Mauricéia ; BARROS, Surya Aaronovich P. de . Escolarização na província da Parahyba do Norte: a organização da instrução pública primária (1840-1860). **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 15, p. 83-108, 2015.
- ARANTES, Adlene Silva. **O Papel da Colônia Orfanológica Isabel na educação e na definição dos destinos de meninos negros, brancos e índios na província de Pernambuco (1874-1889)**. Dissertação. (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.
- ARAÚJO, Rose Mary de Souza. **Escola Normal na Parahyba do Norte: movimento e constituição da formação de professores no século XIX**. 2010. 320f. Tese. (Doutorado em Educação). PPGE-UFPB. 2010.
- BARBOSA, Socorro de Fátima P. Velhos Objetos, novas abordagens: O jornal como fonte para História Cultural. In. CURY, Cláudia Engler, MARIANO, Serioja Cordeiro (Org.). **Múltiplas visões: cultura histórica no oitocentos**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.
- BARROS, Surya Aaronovich P. de. **Negrinhos que por ahi andão: escolarização da população negra em São Paulo (1870-1920)**. São Paulo, 2005. Dissertação. (Mestrado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. (Org.). O Estado da arte da pesquisa em história da educação da população negra no Brasil [recurso eletrônico]. In: CURY, Cláudia Engler; ANANIAS, Mauricéia; PINHEIRO, Antonio Carlos F. **Coleção Documentos da Educação Brasileira**. Vitória, ES: SBHE/Virtual Livros, 2015.

BARROS, Surya A. P. de, SANTOS, Lays Regina B. de M. M. dos. Estado da Arte da produção sobre História da Educação: o negro como sujeito na História da Educação Brasileira em **Anais do IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”**, João Pessoa: UFPB, 2012.

BERTUCCI, Liane Maria; FARIA FILHO, Luciano Mendes de & OLIVEIRA, Marcus Aurelio Taborda de. **Edward P. Thompson. História e formação**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

BITTENCOURT, Liberato. **Homens do Brasil, em todos os ramos da atividade e do saber, de 1500 aos nossos dias**. Vol. 2, Paraíba. Rio de Janeiro: Gomes Pereira, 1914.

BOTO, Carlota. A racionalidade escolar como processo civilizador: a moral que captura almas. **Revista Portuguesa de Educação**, vol. 23, núm. 2, 2010. Universidade do Minho, Braga, Portugal

CASTANHA, André. Paulo. O Ato Adicional de 1834 na história da educação brasileira. In: **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 11, 2006.

COSTA, Ana Luiza Jesus da. **O educar-se das classes populares oitocentistas no Rio de Janeiro entre a escolarização e a experiência**. São Paulo, 2012. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo 2012.

COSTA, Adailton Coelho. **Mamanguape, a Fênix Paraibana**. Campina Grande, Grafset LTDA, 1986.

COSTA, Jean Carlo Carvalho; SOARES, Swamy de Paula Lima. **Educação e pobreza: teoria da justiça como equidade e a política do reconhecimento**. Educação (PUCRS. Impresso), v. 38, 2015.

CURY, Cláudia Engler. Métodos de ensino e formas de controle sobre o cotidiano escolar na instrução pública da Parahyba do Norte (1835-1864). In: SCOCUGLIA, Afonso Celso; MACHADO, Charliton José dos Santos. **Pesquisa e historiografia da educação brasileira**. Campinas: Autores Associados, 2006.

CURY, Cláudia Engler. Desafios da pesquisa com cultura escolar na documentação da Parahyba Oitocentista. In: **História das Culturas Escolares no Brasil**. (org.) VIDAL, Diana Gonçalves; SCHWARTZ, Cleonara. Vitória: EDUFES, 2010.

DIAS, Maria Odila L. da Silva. Sociabilidades sem história: votantes pobres no Império, 1824-1881. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2000.

DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial**: origens do federalismo no Brasil do século. XIX. São Paulo: Globo, 2005.

ELIAS, Nobert, **O processo civilizador**. Vol. 1. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação. In: **Educação, modernidade e civilização: fontes e perspectivas de análises para a história da educação oitocentista**. FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (org.) Belo Horizonte: Autêntica, 1998. FARIA FILHO, 2008

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. O processo de escolarização em Minas Gerais: questões teórico-metodológicas e perspectivas de pesquisa. In: FONSECA, Thais N. L; **História e Historiografia da Educação no Brasil**. Belo Horizonte, Autêntica, 2008.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Marta T; FARIA FILHO, Luciano M. de; VEIGA, Cyntia G. **500 anos de educação no Brasil**. 5. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FONSECA, Marcus Vinícius. **População negra e educação** – o perfil racial das escolas mineiras no século XIX. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Prefácio. In: ALGEBAILLE, Eveline. **Escola pública e pobreza no Brasil**: a ampliação para menos. Rio de Janeiro: Lamparina, Faperj, 2009.

GAUDÊNCIO, Francisco de Sales. **Joaquim da Silva**: um empresário ilustrado do Imério. Bauru, SP: Edusc, 2007.

GUIMARÃES, Matheus Silveira. Famílias e laços de solidariedades negras: parentesco da população parda e semibranca na Cidade da Parahyba do Norte (1833-1860). **Revista Paraibana de História**, v. 1, 2014.

GONDRA, José Gonçalves, SCHUELER, Alessandra Frota Martinez. Formas do Brasil e Formas da Educação In: GONDRA, José Gonçalves, SCHUELER, Alessandra Frota Martinez. **Educação, poder e sociedade no império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

LAPA, José Roberto do Amaral. **A cidade**: os cantos e os antros: Campinas 1850-1900. Campinas, SP: Editora da Unicamp. 2008.

LIMA, Guaraciane Mendonça de. **O Collégio de Educandos Artífices (1865-1874): a infância desvalida da Parahyba do Norte**. Dissertação. (Mestrado em História). PPGH-UFPE, 2008.

LIMA, Maria da Vitória Barbosa. **Liberdade interdita, liberdade reavida: escravos e libertos na Paraíba escravista (século XIX)**. Tese. (Doutorado em História). UFPE, 2010.

LUZ, Itacir Marques da. **Compassos Letrados**: profissionais negros entre instrução e ofício no Recife. João Pessoa, 2008. Dissertação (Mestrado em Educação). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2008.

MARIANO, Nayana Rodrigues Cordeiro. **Educação pela higiene: a invenção de um modelo hígido de educação escolar primária na Parahyba do Norte (1849- 1886)**. Tese. (Doutorado em Educação). PPGE-UFPB, 2015.

MEDEIROS, Coriolano de. **O Tambiá da minha infância**. João Pessoa: A União, 1994. [1942].

MELLO, José Baptista de. **Evolução do ensino na Paraíba**. João Pessoa, PB: Secretaria de Educação e Cultura; Conselho Estadual de Educação, 1996.

MIRANDA, Itacyara Viana. **Instrução, disciplina e civilização: uma perspectiva de leitura acerca das aulas públicas e particulares na Parahyba do Norte (1860-1889)**. Dissertação. (Mestrado em História). PPGH-UFPB, 2012.

NASCIMENTO, Maria Célia Marinho do. **Filhas e irmãos do Padre Ibiapina: educação e devoção na Paraíba (1860-1883)**. Dissertação. (Mestrado em História). PPGH-UFPB, 2009.

NÓBREGA FILHO, Seráphico da. **Revista da Academia Paraibana de Letras**. Número 6 - ano IV, 1953.

OLIVEIRA, Antonio de Almeida. **O Ensino Público**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

OLIVEIRA, Luiza Iolanda Pegado Cortez de. **Entre casa, ruas e igrejas: crianças abandonadas na cidade da Paraíba oitocentista**. Dissertação. (Mestrado em História). PPGH-UFPB, 2014.

OLIVEIRA, Carla Mary S; CURY, Cláudia Engler. **A província em festa: celebrações e poderes simbólicos na visita de sua Majestade Imperial à Parahyba do Norte – 1859**. Artelogie – Recherches sur les Arts, le Patrimoine et la Littérature de l'Amérique Latine, Paris, França, École des Hautes Études em Sciences Sociales/ Centre Nationale des Recherches Scientifiques, v. 4, 2013. Disponível em: <http://cral.in2p3.fr/artelogie/spip.php?article167>. Acesso em: 24 de junho de 2015.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba**. Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo: Universidade São Francisco, 2002. – (Coleção educação contemporânea).

PINHEIRO, Antonio Carlos. Ferreira. A Instrução Pública e particular na província da Parahyba do Norte (1840-1860). In: **III Congresso Brasileiro de História da Educação**, 2004, Curitiba. A Educação Escolar em Perspectiva Histórica. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2004.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. Permanências e mudanças nas prescrições destinadas à instrução pública da Parahyba do Norte (1852 a 1864). In: **Anais eletrônicos do IX Congresso Iberoamericano de História da Educação Latino-americana: educação, autonomia e identidades na América Latina**. Rio de Janeiro: UERJ, 2009b.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. A discussão sobre a obrigatoriedade do ensino no século XIX e a contribuição de Manuel Tavares Cavalcanti nos anos de 1910 a 1921. In: Diana Gonçalves Vidal; Elizabeth Figueiredo de Sá; Vera Lúcia Gaspar da Silva. (Org.). **Obrigatoriedade Escolar no Brasil**. 1 ed. Cuiabá: EDufmt, 2013, v. 1.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira; CURY, Cláudia Engler. **Leis e Regulamentos da instrução da Paraíba no período Imperial**. Brasília/DF: MEC/INEP/SBHE, 2004. (Coleção Documentos da Educação Brasileira).

RAMOS, José de Oliveira. **Pedaços da história de Mamanguape**. Mamanguape, 1993.

ROCHA, Solange Pereira da. **Gente negra na Paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual**. São Paulo: UNESP, 2009.

SÁ, Ariane Norma de Menezes. **Escravos, libertos e insurgentes: Paraíba (1850-1888)**. 2 ed. João Pessoa: UFPB, 2005.

SAVIANI, Dermeval et al. **O legado educacional do século XIX**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez. **Educar e Instruir: a instrução popular no Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em História). Niterói, UFF, 1997.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez; MAC COD, Marcelo. História social e História da Educação – As contribuições de Edward Thompson. In: ILKA, Miglio de M. et al. **Nas dobras de Clio: história social e história da educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014.

SILVA, Adriana Maria Paulo. Notas para o estudo da instituição da obrigatoriedade da educação primária na Província de Pernambuco. In: Diana Gonçalves Vidal; Elizabeth Figueiredo de Sá; Vera Lúcia Gaspar da Silva. (Org.). **Obrigatoriedade Escolar no Brasil**. 1 ed. Cuiabá: EDufmt, 2013, v. 1.

SILVA, Adriano Soares da. **O processo de escolarização na Província da Parahyba do Norte: aulas de primeiras letras (1834-1849)**. Dissertação de Mestrado. PPGE-UFPB. 2013, p. 36

SOUZA, Thiago Oliveira de. **Imprensa e Instrução na Parahyba do Norte: Cultura Educacional e Culturas Políticas nos anos de 1880**. Dissertação. João Pessoa: UFPB. 2013.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981. Traduzido por Waltensir Dutra.

THOMPSON, Edward. Palmer. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. NEGRO, Antônio L.; SILVA, Sérgio (Org.). Campinas: Editora Unicamp, 2001.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. **A casa e os seus mestres:** a educação no Brasil de Oitocentos. Rio de Janeiro: Gryphus, 2005.

VEIGA, Cynthia Greive. **A escolarização como projeto de civilização.** Revista Brasileira de Educação, São Paulo, v. 21, p. 90-103, 2002.

VEIGA, Cynthia Greive. Escola pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção Imperial. **Revista Brasileira de Educação.** vol.13, n.39, 2008.

VEIGA, Cynthia Greive. Obrigatoriedade escolar em Minas Gerais no século XIX: coerção externa e autocoerção. In: Diana Gonçalves Vidal; Elizabeth Figueiredo de Sá; Vera Lúcia Gaspar da Silva. (Org.). **Obrigatoriedade Escolar no Brasil.** 1 ed.Cuiabá: EDufmt, 2013,v. 1.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **As lentes da história:** Estudos de historiografia da educação no Brasil. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2005.

VIDAL, Diana Gonçalves; SCHWARTZ, Cleonara. Sobre cultura escolar e história da educação: questões para debate. In: **História das Culturas Escolares no Brasil.** (org.) VIDAL, Diana Gonçalves; SCHWARTZ, Cleonara. Vitória: EDUFES, 2010.

Fontes

- **Jornais**

Arauto Parahybano, Parahyba do Norte, ano 3, nº 23, 28 de junho de 1888.

A Regeneração, Parahyba do Norte, ano 1, nº 12, 29 de maio de 1861.

A Regeneração, Parahyba do Norte, ano 2, nº 69, 25 de janeiro de 1862.

Correio Noticioso, Parahyba do Norte, 17 de agosto de 1872. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaiseofolhetins> . Acesso em: 29 de novembro de 2015.

O Imparcial, Parahyba do Norte, ano 2, nº 51, 02 de janeiro de 1861.

O Publicador, Parahyba do Norte, ano 7, nº 1752, 12 de julho de 1868. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital> . Acesso em: 29 de novembro de 2015.

Jornal da Parahyba, Parahyba do Norte, ano 20, nº 2208, 21 de dezembro de 1881.

Jornal da Parahyba, Parahyba do Norte, ano 21, nº 2219, 23 de fevereiro de 1882.

Jornal da Parahyba, Parahyba do Norte, ano 21, nº 2220, 01 de março de 1882.

Jornal da Parahyba, Parahyba do Norte, ano 21, nº 2234, 13 de maio de 1882.

Jornal da Parahyba, Parahyba do Norte, ano 21, nº 2241, 21 de junho de 1882.

- **Legislação**

LEIS E REGULAMENTOS DA INSTRUÇÃO PÚBLICA NO PERÍODO IMPERIAL. PINHEIRO. Antonio Carlos Ferreira; CURY, Cláudia Engler (org.). Coleção Documentos da Educação Brasileira [recurso eletrônico]- Dados eletrônicos- Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.

PARAÍBA DO NORTE, Província da. **Coleção das Leis Provinciais do ano de 1860**. Paraíba, Tipografia de J. R. da Costa, 1860.

- **Relatórios, Falas, Ofícios**

FERRONATO, Cristiano. A instrução pública na Parahyba do Norte: discursos, falas e relatórios de presidentes da província (1837-1889) [recurso eletrônico]. In: CURY, Cláudia Engler; ANANIAS, Mauricéia; PINHEIRO, Antonio Carlos F. **Coleção Documentos da Educação Brasileira**. Vitória, ES: SBHE/Edunit/Virtual Livros, 2015.

CURY, Cláudia Engler; ANANIAS, Mauricéia; PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira Pinheiro. **Fontes para a história da educação da Paraíba imperial [recurso eletrônico]**: documentos diversos (1821-1860). Vitória, ES: SBHE/Virtual Livros, 2015.

PARAHYBA DO NORTE. **Discurso recitado pelo excelentíssimo senhor Ricardo José Gomes Jardim, Presidente da Província da Parahyba do Norte, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 4 de Agosto de 1843**. Pernambuco, Typ. de M.F. de F., 1843. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/about-project>. Acesso em: 18/06/2015.

PARAHYBA DO NORTE. **Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo presidente da mesma Província, o tenente coronel, Frederico Carneiro de Campos, em Maio de 1846**. Pernambuco, Typ. Imparcial, 1846. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/about-project>. Acesso em: 18/06/2015.

PARAHYBA DO NORTE. **Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excelentíssimo presidente da Província, o bacharel João Antonio de Vasconcellos, em o 1.º de Agosto de 1849**. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1849. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/about-project>. Acesso em: 18/06/2015.

PARAHYBA DO NORTE. **Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excellentissimo Presidente da Província, o coronel José Vicente de Amorim Bezerra, na abertura da sessão ordinária em 24 de Fevereiro de 1850**. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1850. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/about-project>. Acesso em: 18/06/2015.

PARAHYBA DO NORTE. Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excelentíssimo Presidente da Província, o coronel José Vicente de Amorim Bezerra, na abertura da sessão ordinária em 2 de Agosto de 1850. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1850. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/about-project>. Acesso em: 18/06/2015.

PARAHYBA DO NORTE. Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo Excelentíssimo Presidente da Província o Dr. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque em 2 de Agosto de 1851. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/about-project>. Acesso em: 18/06/2015.

PARAHYBA DO NORTE. Relatório apresentado á Assembléa Provincial da Parahyba do Norte pelo excelentíssimo Vice-Presidente da Província o Dr. Flavio Clementino da Silva Freire na abertura da sessão ordinária em 5 de Agosto de 1853. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/about-project>. Acesso em: 18/06/2015.

PARAHYBA DO NORTE. Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excelentíssimo Vice-Presidente da mesma, o Dr. Flavio Clementino da Silva Freire, em 2 de Outubro de 1855. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1855. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/about-project>. Acesso em: 18/06/2015.

PARAHYBA DO NORTE. Relatório apresentado a Assembléa Legislativa da Parahyba do Norte pelo Presidente da Província, o Dr. Ambrozio Leitão da Cunha, em 2 de Agosto de 1859. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1859. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/about-project>. Acesso em: 18/06/2015.

PARAHYBA DO NORTE. Relatório apresentado ao Illm. e Exm, Sr, Dr. Ambrozio Leitão da Cunha no acto de tomar posse do cargo de Presidente da Província da Parahyba do Norte por Henrique de Beaurepaire Rohan, 4 de Junho de 1859. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/about-project>. Acesso em: 18/06/2015.

PARAHYBA DO NORTE. Relatório apresentado a Assembleia Legislativa da Província da Parahyba do Norte em 15 de Junho de 1860 pelo presidente, Dr. Luiz Antonio da Silva Nunes. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1860. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/about-project>. Acesso em: 18/06/2015.

PARAHYBA DO NORTE. Relatório com que o Ill.mo e Ex.mo Snr. Barão de Mamanguape recebeu do Ill.mo e Ex.mo Snr. Dr. Luiz Antonio de Silva Nunes, a administração da Província da Parahyba do Norte a 17 de Março de 1861. Parahyba, Typ. de J.R. da Costa, 1861. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/about-project>. Acesso em: 18/06/2015.

PARAHYBA DO NORTE. Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo Exm. Sr. Dr. Francisco Araujo Lima na abertura da sessão ordinária de 1863. Parahyba, Typ. Parahybana, [n.d.]. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/about-project>. Acesso em: 18/06/2015.

PARAHYBA DO NORTE. **Exposição com que o Exm.Sr. Dr. Simbal Odorico de Moura passou a administração da Província da Parahyba ao Exm. Sr.Dr. Felisardo Toscano de Britto em 2.º Julho de 1865.** Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/about-project>. Acesso em: 18/06/2015.

PARAHYBA DO NORTE. **Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo 2º Vice-Presidente, Exm. Sr. Barão de Maráu em 5 de Agosto de 1867.** Parahyba, Typ. Liberal Parahybana, 1867. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/about-project>. Acesso em: 18/06/2015.

PARAHYBA DO NORTE. **Relatório com que o Exm.º Sr. Presidente, Dr. Américo Brasiliense de Almeida Mello, passou a administração da Província da Parahyba do Norte ao Exm. Sr. Barão de Maráu, 2.º Vice-Presidente, em 22 de Abril de 1867.** Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/about-project>. Acesso em: 18/06/2015.

PARAHYBA DO NORTE. **Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte no dia 1 de Novembro de 1868 pelo Exm. presidente, Dr. Theodoro Machado Freire Pereira da Silva.** Parahyba, Typ. dos herdeiros de J.R. da Costa, 1868. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/about-project>. Acesso em: 18/06/2015.

PARAHYBA DO NORTE. **Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte, no dia 2 de Outubro de 1869, pelo Exm. Presidente Dr. Venancio José de Oliveira Lisboa.** Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/about-project>. Acesso em: 18/06/2015.

PARAHYBA DO NORTE. **Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo Exm. Sr. 3.º Vice-Presidente da Província, Dr. José Evaristo da Cruz Gouvêa em 16 de Outubro de 1871.** Parahyba, Typ. Conservadora, 1871. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/about-project>. Acesso em: 18/06/2015.

PARAHYBA DO NORTE. **Relatório apresentado á Assembléa Legislativa da província da Parahyba do Norte em 7 de Agosto de 1874 pelo presidente, Exm. Sr. Dr. Silvino Elvidio Carneiro da Cunha.** Parahyba, Typ. do Jornal da Parahyba, 1874. Disponível em: <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/about-project>. Acesso em: 18/06/2015.